



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

KARINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**CACHOEIRA – BA
2020**

KARINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**“É MUITO FEMININO, SABE?” INTERSECCIONALIDADE NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CESOL RECÔNCAVO**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, do Centro de Artes, Humanidades e Letras, para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Política de Desenvolvimento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Tavares de Araújo

**CACHOEIRA – BA
2020**

O482m Oliveira, Karine Conceição de
 É muito feminino, sabe? Interseccionalidade nas políticas públicas
de economia solidária no Cesol recôncavo / Karine Conceição de
Oliveira. Cachoeira, BA, 2020.
139f. il.

Orientação: Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais: cultura, desigualdades e
desenvolvimento, Bahia, 2020.

1. Bahia – Condições Econômicas. 2. Cooperativismo – Aspectos
Sociais – Bahia. 3. Economia Social 4. Gênero – Aspectos Sociais. I.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes,
Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 334.98142

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (*Bibliotecária – CRB-5/ 1396*)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

KARINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**“É MUITO FEMININO, SABE?” INTERSECCIONALIDADE NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CESOL RECÔNCAVO**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, do Centro de Artes, Humanidades e Letras, para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Política de Desenvolvimento Territorial.

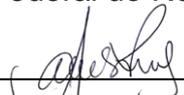
Aprovado em: 29/10/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edilson Tavares de Araújo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a. Dra. Ângela Lucia Silva Figueiredo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof^a. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo
Universidade Federal da Bahia

**CACHOEIRA – BA
2020**

Dedico esta dissertação a Maria do Carmo Conceição de Oliveira, minha mãe, a João Max e Eliana, irmão e irmã, a tia Cora e toda minha ancestralidade que resistiu e sobreviveu para que, hoje, eu chegasse aonde cheguei e pudesse passar o bastão para Maria Morena, minha sobrinha.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres que estiveram e estão em minha vida, desde a mais tenra infância aos dias atuais. A participação de cada uma foi e é fundamental para que eu consiga sobreviver a uma sociedade racista, machista, conservadora e preconceituosa. Em especial, agradeço às mulheres trabalhadoras da Economia Solidária que me receberam em suas casas e espaços produtivos e me possibilitaram revelar a minha inquietude.

Ao meu querido orientador e amigo Professor Doutor Edilson Tavares de Araújo, pessoa acolhedora e que me recebeu afetosamente após anos de distanciamento da prática acadêmica, e que, com paciência e cuidado, me conduziu ao reencontro com a minha essência. Gratidão!

À Doraliza Monteiro, amiga que esteve presente em todos os momentos desta jornada, antes mesmo da decisão de retornar à Academia. Minha grande incentivadora e companheira de casa em Cachoeira, cantinho que me acolheu com carinho e café quentinho... Dormida e o silêncio necessários para esse processo de aprendizagem e crescimento.

À minha família *Sarau*, à qual nominarei cada uma e cada um, tamanha a sua importância no que me tornei, profissional e humanamente: Bal, Bene, Cari, Deco, Fafá, Gal, Ilminha, Jê, Larinha, Mari, Mila, Renatinha... Minhas almas desdobradas.

À Austerlina, minha querida amiga e simplesmente: Lina!

À minha *galera* boa, minha Iniciação Científica, onde essa história de Mestrado um dia começou: Paulinho, Uli, Di, Lai, Guma, Rafa, Sheila... Amor resume e define!

Ao Vida Melhor, minha escola de Gestão Pública e compartilhamento de vida: Edelson, Edjane, Jadson, Silvia, Mônica, Paula, Maíra e Efon.

Às minhas amigas irmãs: Ângela, Dani, Evinha, Kadi e Lu.

À Organização Social Filhos do Mundo e aos amigos do Cesol que me reconectaram ao prazer de trabalhar: Jéssica, Guta, Eva, Rose, Igor e Junior.

À minha turma do Mestrado, luz nos dias sombrios... A Éric, com carinho!

Aos professores e professoras do Programa, cada uma e cada um contribuiu, imensamente, para o resultado desse trabalho.

À Professora Doutora Ângela Figueiredo e à Professora Doutora Ariadne Rigo, pelas contribuições valiosas no exame de qualificação.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e à Universidade Federal da Bahia que me deram régua e compasso.

À família Conceição, meu lastro, e ao meu núcleo familiar, meu ninho, porto seguro!

À Cidade de Cachoeira: heroica e monumento nacional!

A Deus, todos os Santos e Orixás!!!

Axé

“Nossa corrida é de resistência”
(Lara Matos)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as influências do instrumento de política pública Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol) na construção e/ou manutenção dos papéis desempenhados pelas mulheres negras nos empreendimentos econômicos solidários. Trata-se de um estudo de caso qualitativo realizado no Cesol do Recôncavo, gerido pela Organização Social Comissão Ecumênica do Direito da Terra – CEDITER e situado na UFRB, em Cruz das Almas. Por meio de rodas de conversa buscou-se escutar as vozes das participantes de quatro grupos produtivos com tipologias de produção distintas, de modo a perceber como a divisão sexual do trabalho se revela nos ambientes laborais dos empreendimentos, e, como o instrumento de políticas públicas Cesol poderia, ao interseccionar marcadores sociais de gênero, raça e classe, contribuir para o enfrentamento da naturalização da divisão sexual do trabalho. Além disso, foi realizada uma entrevista de modo remoto. Todas as narrativas foram analisadas por meio do método da análise de conteúdo, chegando-se a categorias de análise criadas a partir do agrupamento de respostas recorrentes. O aporte teórico da pesquisa se sustenta no quadrilátero conceitual: Divisão Sexual do Trabalho e gênero; Economia Solidária; Instrumentalização das Políticas Públicas; e interseccionalidade. Os resultados revelam que: as questões de gênero, raça e classe se apresentam de forma diluída na prestação dos serviços do Cesol; a reprodução das atividades laborais associadas ao feminino compõe o repertório narrativo dos agentes públicos e agências de fomento; os empreendimentos de Economia Solidária reproduzem, nas tipologias de produção, o desenho hierárquico estabelecido na sociedade, e, não havendo reflexão e problematização da divisão sexual do trabalho junto aos empreendimentos, a Economia Solidária reproduz o sistema de opressão imposto às mulheres.

Palavras-chave: Instrumentos de Política Pública. Economia Solidária. Divisão Sexual do Trabalho. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the influences of the “Public Centers for Solidarity Economy” (Cesol), a public policy instrument, in the construction and / or maintenance of the roles played by black women in solidary economic enterprises. It is a qualitative case study carried out at Cesol do Recôncavo, managed by the Social Organization Ecumenical Commission on Land Law - CEDITER and located at UFRB, in Cruz das Almas. Through discussion groups, the investigation sought to listen to black women's voices. They participated in four different production groups. The objective of the circles(groups) was to understand how the sexual division of labor is revealed in the work environment of the referred enterprises. Furthermore, the objective was to analyze how Cesol can contribute to facing the naturalization of this division by intersecting social markers of gender, race and class. We examined the data collected through discussion groups and remote interviews according to the content analysis approach. Then, we grouped the recurring responses in analysis categories. The literature covered by this study is organized into four conceptual domains, namely: 1) Sexual Division of Labor and Gender; 2) Solidarity Economy; 3) the theory of Public Policies Instrumentation; 4) and intersectionality. The results reveal that: Cesol's services slightly address gender, race, and class issues; the reproduction of work activities associated with women is part of the narrative repertoire of public agents and funding agencies; Solidarity Economy enterprises reproduce the hierarchical design established in society in the types of production, and; there are no reflection and problematization regarding the sexual division of labor within the enterprises the Solidarity Economy reproduces the system of oppression imposed on women.

Keywords: Public Policy Instruments; Solidarity economy; Sexual Division of Labor; Intersectionality.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1	Adaptação do Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia atendidos pelos Cesol.....	23
Gráfico 1	Distribuição percentual (%) da população de 25 a 49 anos de idade ocupada, na semana de referência, por grupamentos ocupacionais do trabalho principal – Brasil – 4º trimestre – 2018.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Organizações sociais, territórios e valores presentes em editais – Brasil - 2012/2013/2018.....	50
Tabela 2	Beneficiários dos Cesol.....	51
Tabela 3	Síntese Instrumento Centro Público de Economia Solidária – Brasil – 2011/2013/2018.....	51
Tabela 4	Taxa de desemprego: Percentual da população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desocupada – Brasil – 2010.....	62
Tabela 5	Território do Recôncavo – População por cor ou raça e o sexo – Brasil – 2010.....	65-66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjos Produtivos Locais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CadCidadão	Cadastro Cidadão
CEDITER	Comissão Ecumênica do Direito da Terra
Cesol	Centros Públicos de Economia Solidária
COD	Classificação de Ocupação para Pesquisas Domiciliares
CONSADs	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Ecosol	Economia Solidária
EVE	Estudos Viabilidade Econômica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPP	Instrumentos de Políticas Públicas
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PP	Políticas Públicas
PPA	Plano Plurianual
PPDLES	Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
Sesol	Superintendência de Economia Solidária
Setre	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS INSTRUMENTOS: ALINHAVANDO CONCEITOS.....	30
1.1 Política pública: por uma abordagem a partir dos seus instrumentos.....	32
1.2 Economia Solidária: as práticas levam aos conceitos e os conceitos levam as práticas?.....	35
1.3 Centro Público de Economia Solidária (Cesol) como instrumento da política pública: O Cesol e sua atuação.....	45
2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUA REPRODUÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	53
2.1 Divisão sexual do trabalho e sua reprodução na Economia Solidária.....	54
2.2 Os marcadores sociais de gênero, raça e classe nos editais de contratação das executoras do instrumento Cesol.....	63
2.3 Interseccionalidade como método transversal de análise da ação pública de Economia Solidária.....	67
3 MULHERES NEGRAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: MULHER, E TRABALHO E SER NEGRA	74
3.1 Percurso e aspectos metodológicos.....	75
3.2 Quem são e com que trabalham as mulheres negras na Economia Solidária – participantes da pesquisa.....	83
3.3 A percepção das mulheres negras associadas a grupos atendidos pelo Cesol acerca da divisão sexual do trabalho.....	90
3.4 Ferramentas de enfrentamento à naturalização da divisão sexual do trabalho e a invisibilidade das diferenças de raça.....	98
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103

REFERÊNCIAS..... 108

APÊNDICES..... 114

INTRODUÇÃO

O tema que trago nesta pesquisa resulta da minha vivência enquanto pesquisadora e militante da Economia Solidária - Ecosol, somada a minha experiência na formulação e execução da Política Pública Estadual de Economia Solidária e o reencontro com as minhas origens: mulher, negra, periférica, órfã de pai e filha de mulher negra que fazia *geladinho* para complemento da renda.

O meu interesse em pesquisar gênero, raça e trabalho foi se delineando na medida em que eu percebia a relação desses temas com a minha infância e juventude, pois foi dentro de casa, e com as minhas vizinhas, que aprendi que as mulheres com quem convivi eram responsáveis por, além das atividades domésticas e cuidados com os filhos, também, pelo sustento da família. A elas o trabalho informal, por força das necessidades, era a única forma de obtenção de renda. Por meu lugar ser a periferia de Salvador, essas mulheres tinham cor e eram negras.

Ao observar as mulheres do meu cotidiano eu as enxergava como mães, trabalhadoras, filhas, irmãs, tias, amigas e quase sempre afetivamente solitárias. Eu percebia a existência de diferenças e divergências à compreensão universal de mulher, a branca heterossexual europeizada. Definitivamente as mulheres da minha convivência, inclusive eu, não carregavam o repertório da mulher que se apresentava nos livros, revistas e comerciais, mas elas, e eu, existíamos.

Ainda que houvesse diferenças físicas, de tonalidade da cor da pele, de acessos a cultura e bens públicos e de compreensão/visão de mundo, a classe e a raça nos unificavam, sendo esses os marcadores que determinam a nossa relação com o trabalho.

As mulheres do meu cotidiano tinham o trabalho como principal forma de sobrevivência e enfrentamento às violências sofridas. Eu também acreditei que o trabalho me libertaria das violências estruturais de um país racista, machista e sexista mas, falar da libertação por meio do trabalho requer a ampliação do olhar, requer o entendimento que vivemos em uma sociedade patriarcal.

O patriarcado como sistema político-social insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e todos que são considerados fracos, especialmente as mulheres (HOOKS, 2004). No patriarcado o homem branco heterossexual tem o direito de dominar e governar os mais fracos, as mulheres, os diferentes, imprimindo, quando lhe convém, o terrorismo psicológico e violência.

Desse modo, em uma sociedade patriarcal todas as relações são construídas na premissa de que ao homem branco cabe o poder do mando e a todos os outros e outras a obrigatoriedade do cumprimento, quase sempre inquestionável. Na relação trabalho, classe e raça a subjugação da mulher negra se faz mais marcante, na medida em que trabalhar obtendo remunerações baixas não significa libertação da dominação masculina (HOOKS, 2018) e, por consequência, a emancipação feminina.

Ainda que não saibam elaborar dessa forma, algumas mulheres negras de onde vim, incluindo a minha mãe, viam na educação o caminho para o acesso a estes espaços de trabalho melhor remunerados, e é essa percepção que faz, dentro de um mesmo contexto social, com que algumas mulheres negras mudem a rota do trabalho subalternizado.

Meu percurso educacional me levou à graduação, e, chegando lá, aproximei-me da temática da Economia Solidária, período em que tive as primeiras experiências junto a grupos produtivos, primeiramente na iniciação científica estudando Capital Social, e, posteriormente, em programas de extensão destinados à aproximação da universidade com a Gestão Social.

Esse caminho percorrido me proporcionou atuar como gestora pública na Superintendência de Economia Solidária do Governo do Estado da Bahia, onde permaneci de outubro de 2007 a abril de 2019, formulando e executando políticas públicas neste campo.

Após 10 anos na gestão pública, em 2017, a necessidade de reflexão teórica sobre as práticas me conduziu, indutivamente, à presente pesquisa. Dos questionamentos nas orientações e da reaproximação com o debate de gênero e raça, em sala de aula, a ideia inicial da investigação foi reformulada, dando lugar à inquietações que me mobilizaram em busca de respostas sobre o que leva as mulheres empreenderem em atividades relacionadas com aquelas já desenvolvidas no ambiente privado, por exemplo: por que as principais atividades de complemento de renda estão vinculadas à produção e comercialização de alimentos (almoço, doces, salgados, mingau etc.), confecção de vestuário, pintura em tecido e bordado? Por que as mulheres negras estão mais propensas a executar esses tipos de atividades, no geral de baixa remuneração, enquanto as mulheres brancas são, comumente, observadas nos ambientes formais de trabalho?

A relação trabalho, classe e raça sempre esteve presente na vida das mulheres negras. Diferentemente das feministas brancas, no início do século XX, que lutavam

pelo direito ao trabalho e ao voto, as mulheres negras desde o tráfico de pessoas em África sempre trabalharam. Suas necessidades eram outras, dentre elas o direito à família e a convivência no lar, questões essas não abordadas pelo movimento naquela época (DAVIS, 2016).

Trabalhar fora de casa sempre foi realidade para a maioria das mulheres negras, e sem distinção de gênero como evidencia Davis (2016) ao afirmar que tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura. Ainda segundo a referida autora, o espaço que o trabalho ocupa na vida destas, também, reproduz um padrão estabelecido pelos primeiros anos da escravidão; mesmo hoje a mulher negra tem os demais aspectos da vida ofuscados pelo trabalho.

Assim como no período da escravidão, a mulher negra da atualidade continua sendo observada como a trabalhadora ideal para os serviços domésticos, os serviços braçais e o cuidado dos filhos das mulheres brancas. À mulher negra não é atribuída a existência de uma família, de filhos, de cuidados afetivos. Ela é, tão somente, a trabalhadora.

Ao articular classe, raça e gênero, o poder de classe aprofunda a separação existente entre mulheres brancas e negras, pois o conjunto de privilégios advindos da raça situa as primeiras citadas em posição de superioridade em postos de trabalho com melhores ganhos.

Para Hooks (2018), o trabalho não irá, necessariamente, libertar as mulheres do patriarcado, mas a autossuficiência econômica é necessária para o alcance dessa libertação, assim, é importante pensar qual o tipo de trabalho é libertador e quais mulheres conseguem acessar esses trabalhos. Indo além, é importante pensar quais mulheres, dentro de uma estrutura social racializada, servem para garantir o acesso de outras a esses trabalhos e quais os caminhos para proporcionar maior democratização desses espaços laborais.

Ao relacionar as atividades executadas em grupos de Economia Solidária percebi que as mulheres, em sua maioria negras, atuam majoritariamente em empreendimentos de alimentação, confecção e artesanato; não sendo percebida a presença dessas, de forma significativa, em cooperativas e associações nas quais a produção está associada a atividades culturalmente tidas como masculinas, a exemplo da lapidação de pedras preciosas e beneficiamento e transformação do couro. Além disso, os homens, quando em empreendimentos mistos, quase sempre ocupam funções de gestão e direção desses, revelando uma hierarquização de

gênero.

Ao se tratar de grupos constituídos exclusivamente por mulheres, as negras quase nunca aparecem como principal representante, o que indutivamente revela uma hierarquia racial, ainda que não consciente ou intencionalmente praticada. Outra questão diz respeito às diferenças quanto ao tratamento dessas quando se observam as faixas etárias, sendo as mais velhas, detentoras dos conhecimentos e técnicas de produção, muitas vezes, as que ocupam espaços de representação nos grupos.

Assim, o meu percurso me levou a questionar como as políticas públicas, em especial as de Economia Solidária, contribuem (ou não) no sentido de movimentar os espaços naturalizados para serem ocupados por mulheres negras?

Para o entendimento de quais conceitos de Economia Solidária foram abordados neste trabalho é importante saber que são duas as suas principais vertentes teóricas: a vertente social europeia e a vertente popular latino-americana, ambas discutidas em seção específica. Essas, todavia, não divergem em essência e acabaram por estimular o surgimento de várias abordagens para a discussão conceitual da Economia Solidária no Brasil.

Por se tratar de realidades diferentes, alguns outros termos foram cunhados, contudo, há um ponto em comum entre eles: todos se referem a um espaço de vida social e trabalho que não é nem Estado, nem mercado (FRANÇA FILHO, 2002), ainda que diverjam fundamentalmente sobre os motivadores que levam as pessoas a se organizarem em torno de empreendimentos econômicos solidários e sobre onde pretendem chegar.

A Política Pública de Economia Solidária, por sua vez, busca apoiar essas iniciativas de trabalho, que, para além das necessidades da geração de renda e sobrevivência, buscam articular outras dimensões importantes para a vida social.

Ao observar os grupos atendidos pela Política Pública de Economia Solidária da Bahia é, notadamente, perceptível a quantidade de mulheres que tomam o associativismo como forma de organização do trabalho para a geração e/ou complementação da renda familiar. Entretanto, a visível participação majoritária das mulheres nos empreendimentos não revela, de forma igualmente perceptível, como o Estado percebe as diferenças de gênero e raça dentro destas organizações.

Em um país como o Brasil, marcado por assimetrias sociais e concentração da riqueza, que segundo nota técnica 17 da Unafisco Nacional (2020) aponta que apenas

0,1% da população brasileira detém aproximadamente 30% da riqueza nacional, a questão da escassez e precarização do trabalho e baixa geração de renda é problema permanente na agenda pública; sobretudo, em função da carência de postos de trabalho formal, consequência do modelo de produção capitalista concentrador e dos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos trinta anos.

Entre os anos de 1994 a 2001 a Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada para medir a taxa de desemprego, e que se baseava no número de pessoas que procuravam trabalho, apresentou uma média de 6,20% da população, economicamente ativa, fora dos processos laborais formais. No ano de 2001 a metodologia da PME foi revisada de modo a atender recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e em 2002, com a nova metodologia, a taxa de desemprego apresentou o percentual de 11,66% (IBGE/2002).

Esse novo dado, à época, contribuiu para que o governo federal promovesse uma transformação na matriz de concepção das políticas públicas para o desenvolvimento e superação da pobreza e consequente inserção dos trabalhadores e trabalhadoras no mundo do trabalho.

A primeira proposta do Governo Federal, a partir de 2002, foi de territorialização da ação pública, com uma visão municipalista que estimulava a formação dos Arranjos Produtivos Locais – APL. Em 2003, a estratégia territorial foi introduzida na formulação das Políticas Públicas, passando a territorialização a ter papel ativo na esfera da ação federal, devendo considerar além das dimensões econômica e social do desenvolvimento, a ambiental, cultural e política.

No ano de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), sendo essa vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A medida visava, além do atendimento ao programa de governo da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), a retomada do crescimento econômico do país e a geração de trabalho e renda a partir, também, das experiências de Economia Solidária já praticadas em âmbito nacional.

Em 2004, o Governo Federal criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e instituiu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios¹ Rurais – PRONAT, que tinha por objetivo “promover o planejamento e a

¹ Definição de território utilizada pelo PRONAT e posteriormente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - [...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo,

autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia” (SEPLAN-BA, 2015). O principal instrumento de planejamento e gestão social no território era o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), documento elaborado a partir de metodologias participativas para levantar e problematizar o território.

Observa-se, portanto, significativo avanço quanto à lógica multidimensional para demarcar os territórios e as Políticas Públicas, entretanto, não se percebeu maior atenção às categorias analíticas gênero e raça enquanto marcadores sociais igualmente importantes para a busca da superação das desigualdades socioeconômica e cultural do país.

Para a implantação da metodologia de territorialização no Estado da Bahia, a SDT instituiu inicialmente cinco territórios, entretanto, devido à diversidade e o tamanho do Estado foram ampliados para 26 e em 2007, na gestão do governador Jaques Wagner, foi adotado a unidade de planejamento de Políticas Públicas o *Território de Identidade* (SILVA, 2013).

Foi ainda no ano de 2007 que o governo estadual, recém-eleito na Bahia, incorporou na sua reforma administrativa a instituição da Superintendência de Economia Solidária (Sesol) buscando, desde o início, o alinhamento com as estratégias de desenvolvimento socioeconômicas promovidas pelo Governo Federal. Vinculada a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), a Sesol inicia suas atividades com orçamento de cerca de R\$ 270.000,00, com três coordenações, a saber: Coordenação de Fomento à Economia Solidária; Coordenação de Formação e Divulgação e; Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias, sendo estas responsáveis pela a estruturação da Política Pública de Economia Solidária na Bahia.

Como resultado do primeiro ano de trabalho, a Sesol incluiu no Plano Plurianual – PPA 2008-2011, o Programa Bahia Solidária, que visava promover ações de fomento, formação, divulgação e crédito produtivo através de instrumentos e equipamentos concebidos para apoiar a organização e promoção da sustentabilidade dos grupos produtivos identificados como de Economia Solidária.

Foi para atingir os objetivos de melhorias na produção e comercialização dos

compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005, p. 28).

produtos da Economia Solidária que se estabeleceu os marcos para a criação do Centro Público de Economia Solidária – Cesol, equipamento público que passou a ofertar apoio aos empreendimentos que manifestassem interesse em passar pelo rito de atendimento, que tinha início com um diagnóstico participativo para com a elaboração de um plano de ação finalizando com a realização das consultorias indicadas para agir nas fragilidades identificadas.

Quatro anos depois o Cesol foi incorporado ao Vida Melhor, programa instituído pela Casa Civil do Estado da Bahia que utilizava a transversalidade de ações e atividades intersecretariais como estratégia de inclusão socioproductiva para pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho com vistas à sua emancipação. Nesta nova fase o Cesol passou por modificação metodológica, passando a não mais ofertar consultorias, mas a prestar serviços de assistência técnica continuada.

Por definição, o novo Cesol é um equipamento multifuncional de atendimento a grupos econômicos solidários que visa a contribuir, através da assistência técnica continuada, com a sustentabilidade destes grupos. A proposta é de, a partir da utilização de métodos de educação popular, criar condições para que os empreendimentos atendidos possam se munir de instrumentos e entendimentos acerca dos processos de gestão e produção a fim de emancipá-los tecnicamente e financeiramente (BAHIA, 2012).

Na perspectiva dos marcadores desta dissertação, gênero, raça e classe, observa-se uma lacuna na concepção do Cesol na medida em que, conceitualmente, o instrumento está alinhado aos princípios balizadores da Economia Solidária e apresenta como um dos seus objetivos a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Convém afirmar que não existe a possibilidade de promoção do desenvolvimento justo e solidário sem a percepção de que vivemos em uma sociedade patriarcal, com características marcadamente machistas e estruturada sob o racismo.

Para este trabalho analiso as ações dos Cesol, compreendido aqui como um dos principais instrumentos da política pública de Economia Solidária. É importante ressaltar que a compreensão utilizada de Políticas Públicas - PP (*policy*) não é sinônimo de Instrumentos de Políticas Públicas - IPP (*policy instruments*), embora estejam diretamente relacionados.

Ao me referir à Política Pública de Economia Solidária compreendo-a como uma diretriz instituída para lidar com os problemas públicos referentes à falta de

emprego e renda, bem como, ofertar bens e serviços públicos. Os IPP são, portanto, formas de dar materialidade dessa diretriz, por meio de normas, orçamentos, instituições, programas, projetos etc. Diz respeito a um “dispositivo simultaneamente técnico e social que organiza as relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função de representações e de significações de que ele é portador” (LASCOUMES; LE GALÈS, p 21. 2004).

O Cesol, portanto, é assumido aqui como um dos IPP que constituem um conjunto de ações públicas com complexo *policy design* que combina distintas estratégias para o enfrentamento de problemas públicos do desemprego e trabalho e, da ausência da segurança de renda. Os IPP de Economia Solidária vêm sendo cada vez mais diversificados, dando origem a órgãos públicos (secretarias, superintendências, conselhos etc.) em todos os níveis de governo.

A escolha pelo Cesol enquanto *locus* se justificou por ser um dos instrumentos com maior tempo de execução contínua, desde 2008. Inicialmente, foi executado de forma direta e, a partir de 2013, por meio dos Contratos de Gestão. Além disso, possui grande capilaridade, já esteve presente em 21 Territórios de Identidade; teve grande volume de recursos investidos, cerca de 64 milhões de reais em seis anos de execução indireta; ter atendido pouco mais de 2000 empreendimentos neste período; e uma diversificação da oferta de atendimento às demandas do público beneficiário.

Em 2020, estão em funcionamento 13 Cesols, atendendo e apoiando empreendimentos de 16 Territórios de Identidade, conforme identificados na Figura 1:

Figura 1 – Adaptação do Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia atendidos pelos Cesol

É importante salientar que nesse ponto a questão racial amplia as vulnerabilidades e dimensões de análise da problemática levantada aqui. De acordo com o Censo 2010, do IBGE, 51,30% da população brasileira é constituída por mulheres. Na Bahia, esse percentual não difere, a estimativa publicada pelo IBGE (out/2019) é de 51.10%, cerca de 7,4 milhões de mulheres, considerando uma população de 14.888.147 habitantes. A cor/raça predominante na Bahia é de 59% de pardos, 22% de brancos e 17% de pretos. A categoria negra é construída a partir das categorias preta e parda, assim, temos no Estado 76% da população negra (IBGE, 2010).

Ainda de acordo com o Censo 2010, IBGE, a população do Recôncavo é de 514.792 habitantes, destes 266.361 são mulheres, ou seja, 51,74%, seguindo os dados nacionais. Quanto a cor/raça, 84,60% da população se encontra na categoria negra, desta 51,56 de mulheres, sendo 84,15% mulheres negras (IBGE,2019).

Mesmo que ao longo dos últimos anos o Governo do Estado da Bahia venha adotando instrumentos que articulam as suas políticas públicas de modo territorial, ampliando as ações governamentais para a inclusão socioprodutiva, e, ainda que marcadores gênero e raça estejam disponíveis para os formuladores das Políticas Públicas, esses são pouco observados quando da elaboração dos programas de geração de trabalho e renda.

Permanece, assim, sucessiva reprodução de instrumentos que ignoram particularidades que interferem nas relações de trabalho quando interseccionadas as questões de gênero, raça e classe.

A interseccionalidade é uma categoria analítica crítica para pensar os sistemas de opressão articulando em particular, mas não exclusivamente, raça, gênero e classe. Cunhado por Kimberlé Crenshaw em um documento político e jurídico, há cerca de 25 anos, o termo foi utilizado para descrever as opressões cruzadas que incidiam sobre as mulheres afro-americanas.

Segundo Akotirene (2018, p.14), a interseccionalidade demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, se constituindo enquanto ferramenta que “visa dar instrumentalidade teórica-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-hétero-patriarcado”.

Utilizando dessa ferramenta teórica, como apontado por Akotirene (2018, p.35), ao observarmos o local da mulher negra nos espaços de trabalho conseguimos

perceber sobre “quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras”.

Desse modo, tendo em vista os indicadores de desigualdades de gênero no trabalho, evidenciando que o trabalho informal tem maior capacidade de absorver a mão de obra das mulheres, sobretudo negras; sendo o Cesol o principal IPP de economia solidária, a pergunta de pesquisa proposta foi: **Como o instrumento de política pública Cesol influencia na construção e/ou manutenção dos papéis desempenhados pelas mulheres negras nos empreendimentos econômicos solidários?**

O objetivo geral foi **analisar as influências do instrumento de política pública Centros Públicos de Economia Solidária na construção e/ou manutenção dos papéis desempenhados pelas mulheres negras, nos empreendimentos econômicos solidários**. Esse objetivo desdobra-se em quatro objetivos específicos:

- 1) analisar as percepções das mulheres negras associadas a grupos atendidos pelo Cesol do Recôncavo acerca da divisão sexual do trabalho;
- 2) identificar marcadores sociais de gênero, raça e classe nos editais de contratação das executoras do instrumento Cesol;
- 3) analisar possíveis ferramentas de enfrentamento à naturalização da divisão sexual do trabalho ofertadas pelos Cesol;
- 4) contribuir para a inclusão do debate da interseccionalidade de gênero e raça na formulação das Políticas Públicas de Economia Solidária.

Neste momento se faz necessário, antes de entrar propriamente no debate teórico central desta pesquisa, demarcar qual o entendimento de gênero e raça que consolida aquilo que adiante será tratado de maneira interseccional. Assim, ao falar de gênero, me refiro a dicotomia homem e mulher, e ao referir-me a raça, a hierarquia entre o humano e o não humano, sobre este último Grada Kilomba (2019) fala da urgência em refletirmos como a ideia de sujeito e construção do conhecimento está relacionado a um discurso centrado na retórica branca e que inferioriza as identidades rotuladas como periféricas, subalternos.

A partir das dicotomias e hierarquização social ao referir-me a raça e gênero não discuto conceitos biológicos, e sim construções culturais que estruturam a nossa sociedade. Ao trazer o gênero, enquanto categoria social, não quero me ater a diferenças biológicas de macho e fêmea, mas a papéis que foram socialmente

delineados numa perspectiva colonial para hierarquizar a partir do sexo. Ao debater raça, evidencio que dentro da nossa estrutura social há a construção de uma raça que se projeta superior à outra, e essa detém, historicamente, o privilégio da decisão, inclusive de definir os papéis de gênero e quem não são humanos, logo, passíveis de serem controlados e exterminados.

Nesse sentido, evidencio a raça na perspectiva da construção trazida por Almeida (2018). A raça como classificação de seres humanos é uma construção da modernidade, na medida em que o homem se tornou objeto científico da Biologia e Física. A partir das características biológica, e geográfica das pessoas é que as duas áreas citadas constroem explicação para definir as capacidades entre as diferentes raças. Assim, características étnico-culturais e atributos biológicos servem para hierarquizar os sujeitos, evidenciando a raça como categoria política utilizada para justificar as desigualdades existentes (ALMEIDA, 2018).

Enfatizo, também, que ao tratar a dicotomia de gênero, não utilizarei a construção de mulher universal, por isso a intersecção de gênero e raça, pois trato de mulheres, sobretudo da mulher negra.

Teoricamente, a pesquisa se sustenta no quadrilátero conceitual: Divisão Sexual do Trabalho e gênero discutida por Rubin (1993), Hirata;Kergoat (2007); das abordagens conceituais da Economia Solidária discutidas nos termos da Economia Popular Solidária apresentada por Laville (2004) e França Filho e Laville (2004), da Economia dos Setores Populares defendida por Kraychete (2000) e da Economia do Trabalho trazida por Coraggio (2000); a teoria da Instrumentalização das Políticas Públicas, discutidas em Lascoumes e Le Galés (2012); e, por fim, os estudos acerca da teoria da interseccionalidade, proposta por Crenshaw (2004), Davis (2016) e Akotirene (2018).

A defesa em ter como partida a pesquisa qualitativa se justifica pelo fato dessa observar os fenômenos no seu acontecer natural, sem estabelecer, a princípio, categorias de análises, quantificação ou mensuração desses fenômenos, enfatizando que a subjetividade é importante à pesquisa social.

Somado a isso, os estudos sobre a ação pública devem usar uma lógica indutiva, da prática para a teoria. A compreensão da ação pública abrange analisar os atores, as instituições, os processos, os resultados e as representações, (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012).

O trabalho investigativo buscou, a partir da escuta das vozes das participantes, perceber como a divisão sexual do trabalho e a interseccionalidade se revelam nos ambientes laborais dos empreendimentos de Economia Solidária, e, como as Políticas Públicas desse campo tratam essas temáticas.

Trata-se de um estudo de caso sobre o Cesol Recôncavo. O equipamento conta com uma equipe técnica de sete agentes socioprodutivos que realizam as atividades de assistência técnica junto aos empreendimentos de Economia Solidária, constantes da carteira ativa do equipamento. Para a etapa da comercialização o projeto dispõe de um espaço formativo denominado “Loja Cesol”, espaço tipificado como um laboratório de vendas para habilitar os grupos nos processos de comercialização.

Inicialmente, foi realizada revisão bibliográfica sobre os conceitos citados e, em seguida, a pesquisa empírica, que incluiu três etapas:

- a) análise dos documentos licitatórios do IPP Cesol: os editais de chamamento público para contratação das executoras da política pública e seus critérios de seleção, as metas contratuais e indicadores de desempenho;
- b) análise documental dos empreendimentos nos formulários do CadCidadão, de modo obter informações sobre o perfil de cada grupo;
- c) realização de rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas, com roteiro contendo quatro questões abertas, voltadas a ampliar debates em torno dos objetivos traçados.

Para a confecção do roteiro e realização das entrevistas segui as orientações de Manzini (2012), assim, utilizei perguntas abertas, que são as indicadas para estudar um fenômeno com uma população específica, flexível na sequência da apresentação, e que oportuniza a realização de perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta. As técnicas de coleta de informações usadas foram a roda de conversa e a entrevista direta, os quais se revelaram na realidade da pesquisa.

Tendo em vista os marcadores sociais analisados neste trabalho, e que no contrato atual o Cesol Recôncavo atendeu 64 empreendimentos até novembro de 2019, foram utilizados dois critérios para escolha dos grupos entrevistados: a) empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres; b) serem empreendimentos com tipologias de produção distintas. Neste caso, buscando ter maior representatividade das cadeias produtivas foram definidos cinco grupos:

marisqueiras, confecção, alimentação, artesanato e terreiro de religião de matriz africana.

Uma vez estabelecidos os grupos, o Cesol disponibilizou os formulários do CadCidadão² para delineamento do perfil de cada grupo. A partir daí, foram contatadas as dirigentes de cada grupo para agendamento das entrevistas, momento em que foi solicitado que o convite fosse ampliado a todas as participantes.

As rodas de conversa foram realizadas entre 02/2020 e 03/2020 e duraram em média 1h30min, foram gravadas, mediante termo de consentimento livre e esclarecido, sendo garantido o sigilo quanto aos nomes das entrevistadas e dos empreendimentos e transcritas. Em que pese a necessidade de dar visibilidade aquelas que sempre tiveram espaços de fala cerceados, o sigilo foi uma forma de garantir as narrativas sem receio de elaborar críticas aos serviços prestados pelos Cesols. Devido às restrições de mobilidade intermunicipal em função do início da pandemia, as outras duas entrevistas foram realizadas remotamente e aconteceram dentro das possibilidades de atendimento de cada presidente/representante e do acesso as tecnologias a elas disponíveis.

Os materiais coletados, sejam nas rodas de conversa ou por meio das entrevistas remotas, foram analisados pelo método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) buscando chegar a categorias criadas a partir do agrupamento de respostas reincidentes. A partir dessas narrativas surge o título significativo dessa dissertação, “é muito feminino sabe?”, indagação feita por uma das participantes das rodas de conversa. Tal fala sugere o cerne da problematização que faço ao longo dessa pesquisa.

Ainda que perguntas complementares fossem feitas, a fim de contribuir com a compreensão acerca das questões norteadoras, as categorias utilizadas não se afastaram dos marcadores sociais que permearam toda pesquisa, sendo elas: escolha da tipologia de produção; gênero e trabalho; percepção de gênero; percepção de raça; colaboração do Cesol na reflexão dos papéis de gênero; ganhos simbólicos; e outros apoios do Cesol.

Um cuidado importante foi quanto a minha proximidade com o tema estudado, deixei evidenciado que o meu percurso está permeado por ideologias e militância, e

² CadCidadão - sistema informatizado para registro da identificação do cidadão e os atributos que o caracterizam quanto aos dados de caráter pessoal e sob o ponto de vista sócioprodutivo, a partir de questionários inerentes a prestação de serviço que é executado pelo Estado (SAEB, 2019).

que não sou porta voz dos grupos, nem das mulheres entrevistadas, assim como não houve intenção de realizar uma pesquisa exclusivamente denunciante, como alerta Cardoso (2004).

Na realização da pesquisa empírica foi muito importante compreender o meu local e papel de pesquisadora nesta caminhada, e essa compreensão perpassou por reconhecer a parcialidade da “pesquisadora”. Assim, a escolha pelos marcadores gênero e raça foi resultado desse entendimento do meu interesse por estudar aquilo que me constitui enquanto ser humano: mulher e negra.

Importante destacar que o contexto pandêmico impactou no desenvolvimento do percurso metodológico, assim como imprimiu outro olhar sobre as mulheres atuantes nos grupos estudados, sendo essas: negras, atuantes em atividades laborais sem segurança social, residentes em espaços com pouca oferta de serviços públicos, reforçando ainda mais a necessidade de interseccionar a percepção das opressões sofridas por este grupo social.

Além dessa introdução, a dissertação está estruturada em três seções. Na primeira, são estabelecidos os marcos teóricos conceituais que dialogam com o campo estudado e descrevem o Instrumento de Política Pública Centros Públicos de Economia Solidária, de modo a situar que tipo de intervenção se trata o objeto, bem como o *locus* de investigação, o CESOL Recôncavo. Na segunda seção, apresento dados secundários que caracterizam a divisão sexual do trabalho e sua reprodução na Economia Solidária, expondo ao final a proposta de transversalização do debate da interseccionalidade na Política Pública de Economia Solidária. Por fim, na terceira apresento os dados empíricos e suas revelações.

Nas considerações finais, são tecidas, portanto, as minhas contribuições para a inclusão do debate da interseccionalidade, no pensar e executar das Políticas Públicas de Economia Solidária.

1 POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS INSTRUMENTOS: ALINHAVANDO CONCEITOS

*Longe da onomatopeia
De tapar o sol com a peneira
E escantear o índice
Na prateleira
Não fecha a conta
A cota é pouca
E o corte é fundo
E quem estanca
A chaga o choque
Do terceiro mundo?
(Pra que me chamas? - Xênia)*

O alinhavo é a etapa que precede a costura, nele os pontos, ainda frouxos, começam dar a forma do que será, em breve, uma peça costurada. Ele une pedaços, guia o trabalho da costureira até que, após medidas e testes, a peça, finalmente, possa ser definitivamente fechada com pontos mais apertados. A costura é uma das principais técnicas utilizadas pelas mulheres que se agrupam em empreendimentos econômicos solidários, são artesãs que utilizam das habilidades desenvolvidas, quase sempre na infância, para a geração de renda. E foi inspirada nelas que iniciei o alinhavo conceitual desta dissertação, unido com os fios da interseccionalidade os conceitos que sustentaram a minha investigação.

Articular os conceitos de Economia Solidária, política pública, divisão sexual do trabalho e interseccionalidade é um dos desafios deste trabalho. Dialogar teoria e prática contribui para uma reflexão crítica sobre o que as ações públicas promovidas pelo Estado e sociedade estão fazendo, ou contribuindo, para mudanças estruturais desse sistema que subjuga e subalterniza as mulheres, sobretudo, as mulheres negras.

Sendo classe, gênero e raça categorias estruturantes das sociedades, sobretudo as colonizadas, não é admissível pensar a posição das mulheres nos espaços de trabalho desconsiderando essas categorias. Como já afirmado, ao reproduzir sem refletir a condução das mulheres nos espaços laborais remunerados, as políticas públicas de enfrentamento a pobreza e destinadas à inclusão socioprodutiva destas trabalhadoras reforçam na sociedade a divisão sexual do trabalho. O que significa dizer que ao estimular e apoiar, mediante *instrumentos de*

políticas públicas, a ocupação das mulheres nos espaços produtivos (trabalho remunerado), o espaço reprodutivo (trabalho doméstico) é transplantado para o espaço público.

Não à toa nos deparamos com materiais de divulgação de cursos ofertados para as mulheres no âmbito das políticas públicas de qualificação profissional aqueles, quase que exclusivamente, associados a trabalhos minuciosos, aos cuidados do lar e do corpo, alimentação e confecção, refletindo o trabalho remunerado como uma extensão do trabalho doméstico.

Ao observar o mapeamento da Economia Solidária concebido pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), realizado em 2013, constata-se uma forte presença das mulheres em trabalhos artesanais associadas ao bordado, pinturas em tecido, corte e costura, bem como na produção de alimentos para o lar. Todos esses, em geral, possuem baixo valor agregado e com capacidade produtiva de acumular o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho remunerado, como se houvesse uma conciliação pacífica entre eles.

A percepção dessas assimetrias, quando da construção das políticas públicas, é permeada de valores partilhados dentro da sociedade que as estrutura. Assim, compreender que os instrumentos construídos para execução destas políticas não são apenas técnicos, mas também sociopolíticos é fundamental, uma vez que resultam de processos políticos de tensionamento entre os destinatários da *policy* e o poder público (LASCOUMES; LE GALÈS 2012) que se concilia dando forma à Política Pública de Economia Solidária.

Nesse sentido, a partir da Sociologia da Ação Pública, especificamente da Teoria da Instrumentalização das Políticas Públicas, discutida por Lascoumes e Le Galès (2007, 2012), pode-se analisar a política pública de Economia Solidária, sua ação concreta a partir dos seus instrumentos e seus atores e beneficiários; principalmente as mulheres e grupos produtivos, entendendo que essas não são agentes passivas, mas também demandantes, formuladoras (*policemakers*) e executoras das ações.

Nesta seção trago o debate sobre a instrumentalização da ação pública no campo da Economia Solidária, buscando *alinhar* suas concepções e perceber como a divisão sexual do trabalho pode acabar sendo reproduzida nesta outra lógica econômica de suposto enfrentamento do sistema capitalista.

1.1 Política pública: por uma abordagem a partir dos seus instrumentos

Na busca do alinhamento teórico sobre a Economia Solidária e a divisão sexual do trabalho, a Sociologia da Ação Pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2007, 2012) e a teoria da instrumentalização enquanto abordagens para a análise das Políticas Públicas permite melhor situar o objeto desta pesquisa.

Diante da complexidade das sociedades em que ocorrem o fenômeno da Economia Solidária, bem como sua própria concepção no esboço a existência de uma economia plural, é preciso compreender uma abordagem menos estadocêntrica de políticas públicas, restrita a lógica do “governo em ação”, para uma lógica mais sociocêntrica da ação pública. Assim, compreende-se que a definição e enfrentamento dos problemas públicos e a oferta/garantia de bens públicos se dá, também, por meio de diversos atores públicos e privados. Logo, a ação remete a um conjunto de ações coletivas e multitoriais voltadas para a criação de determinada ordem social e política, pautadas no direcionamento e regulação das tensões da sociedade, na integração de diferentes grupos sociais e resolução de conflitos em torno de problemas de pública relevância (LASCOUMES; LE GALÈS, 2007, 2012).

Uma das questões centrais da Sociologia da Ação Pública é analisar as relações entre Estado e sociedade quanto às formas de compreender e estruturar os problemas públicos e as alternativas para enfrentá-los. As capacidades dos diferentes atores políticos na formulação e implementação da ação pública exercerem o concreto do poder político também é um desafio. Consiste em identificar os mecanismos pelos quais a política pública é governada, ou seja, por quem, como e com que finalidade, atividades e grupos são colocados em ordem por meio de diferentes operações regulatórias por meio das *policies*. Além disso, é importante questionar os limites do governo, com relação a capacidade de empoderamento de certos grupos e interesses sociais (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012).

A Política Pública de Economia Solidária surge, essencialmente, das demandas do movimento social criado em torno da causa, quando, em momento político favorável, teve suas demandas negociadas e incorporadas nas agendas governamentais. Passam, a partir de então, a serem executadas ações, quase que exclusivamente, mediante arranjos institucionais com repasses consideráveis de recursos públicos, ainda que tais ações sejam reguladas pelo Estado.

A garantia da efetivação dessa política pública é dos seus beneficiários (*policytakers*), e está centrada na atuação dos empreendimentos econômicos solidários. É na prática da produção, da comercialização, da autogestão e horizontalidade das decisões que essa política ganha solidez. Nesse sentido, o conceito de política pública em Lascoumes e Le Galès (2012, p.53), remete a “um espaço sociopolítico construído tanto por meio de técnicas e instrumentos como por objetivos ou conteúdo”. Assume-se nesse estudo a política pública como forma da ação pública, num sentido mais ampliado de compreensão da *policy*, numa perspectiva pluricêntrica, considerando a grande diversidade de atores e formas de mobilização da Economia Solidária, sendo preciso dar mais atenção à dimensão política do processo. Ou seja, a ação pública enquanto articulação entre regulação social e política, compreendendo um conjunto de ações coletivas e multilaterais para a criação de determinada ordem social e política, direção da sociedade e regulação de suas tensões, integração de diferentes grupos sociais e resolução de conflitos em torno de problemas de pública relevância (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012).

A análise da ação pública deve envolver a percepção de cinco elementos articulados entre si: atores (individuais e coletivos, dotados de recursos, guiados por interesses materiais e/ou simbólicos), representações (espaços cognitivos e normativos que dão sentido às suas ações), instituições (normas, regras, rotinas e procedimentos que governam as interações), processos (formas de interação e recomposição no tempo que justificam as mobilizações) e resultados (consequências, outputs, efeitos da ação pública) (LASCOUMES; LE GALÉS, 2012).

Para operacionalizar a ação pública, Lascoumes e Le Galès (2012) propõem a instrumentação dessa por meio de escolhas e utilização de técnicas e práticas que propiciem a sua materialidade. Desse modo, os instrumentos são considerados dispositivos capazes de orientar as relações entre governantes e governados.

O conceito de instrumento de política pública remete a um dispositivo que é, ao mesmo tempo, técnico e social visando representar e dar significados às relações entre o Estado e a sociedade. Logo, a escolha de um instrumento em detrimento de outro não é apenas algo técnico, mas fundamentalmente político. Esse é o conceito basilar da teoria da instrumentalização de políticas públicas ou da ação pública que diz respeito ao estudo do:

conjunto de problemas apresentados pela escolha e o uso de instrumentos (técnicas, formas de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental. Trata-se de compreender, não apenas as razões que levam a escolher um instrumento em detrimento de outro, mas também verificar os efeitos produzidos por essas escolhas (LASCOUMES; LÉ GALÈS, 2004 *apud* LE GALÈS, 2012, p. 200).

Compreende-se que os Cesols são instrumentos, neste caso, instituição com características peculiares, que representam um dispositivo técnico com uma finalidade genérica de realizar um conceito concreto da relação política/sociedade, sustentado por uma base de regulação, como definido por Lascoumes e Le Galès (2007).

O estudo sobre a instrumentalização das Políticas Públicas nesta pesquisa assume que existe independência entre discursos implícitos - aqueles que são práticos e vividos, e explícitos - os que são professados nos documentos, leis, projetos, editais, narrativas etc. (LASCOUMES; LE GALÈS, 2007, 2012). Busca identificar como os problemas e soluções para implementação dos Cesols, neste caso, foram definidos e como vem sendo praticados (vividos). A Instrumentalização de Políticas Públicas revela, razoavelmente, uma explícita teorização entre governantes e governados (LASCOUMES; LÉ GALES, 2007). A teoria implícita diz respeito às ações de *politic* que são vivenciadas. Isso faz com que busquemos um modo de raciocínio que vá além da divisão entre a *politic* (política) e a *policy* (política pública), considerando, neste caso, que o Cesol é um instrumento, enquanto uma instituição que estrutura e influencia o modo como os atores devem se comportar; cria incertezas sobre a balança do poder; como os atores e interesses serão privilegiados em detrimento de outros; como os problemas públicos são analisados e representados (ibid).

Os Cesols determinam, parcialmente, quais os recursos que podem ser usados e por quem, bem como permitem formas de ação coletiva para estabilizar e fazer o comportamento dos atores o mais previsível e, provavelmente, mais visível. Desta forma, trata-se de um instrumento que, como trazido por Fligstein, Stone e Sandholz, (2001) *apud* Lascoumes e Lé Galés (2007), abre novas perspectivas de usos ou de interpretações por empreendedores políticos, que não têm sido previstas e são difíceis de serem controladas, alimentando assim uma institucionalização dinâmica.

Ao compreender os instrumentos como dispositivos que estruturam as políticas públicas, busco, como sugerem Lascoumes e Le Galès, analisar os instrumentos Cesols desnaturalizando esse objeto técnico “mostrando que seu progresso depende

mais das redes sociais que se formam nas relações do que pelas suas próprias características” (LASCOMES; LE GALÉS, 2007).

1.2 Economia Solidária: as práticas levam aos conceitos e os conceitos levam às práticas?

Falar sobre a economia popular solidária é um local de relativo conforto, sobretudo abordar suas práticas. Após quase doze anos de experiência na gestão de Políticas Públicas governamentais de Economia Solidária, somada aos anos de graduação, nos quais, efetivamente, despertei para o conceito de algo que há muito observava, e de certa maneira experimentei enquanto criança, coloco-me na posição de afirmar, antes de tudo, que na Bahia a economia popular e solidária tem classe, cor e gênero. Ela é majoritariamente pobre, negra e feminina!

Analisando o Atlas Digital de Ecosol, resultado do mapeamento realizado pela Senaes (2013), é possível constatar que grande parte das pessoas que se agrupam em torno dos empreendimentos produtivos solidários o faz em função da geração de renda, seja por estar fora do mercado de trabalho ou para complementação salarial. A pesquisa entrevistou 19.708 empreendedores de Economia Solidária em todo o Brasil e cada um pode assinalar até três das alternativas ofertadas, sendo as mais citadas “o complemento da renda”, com 49% de incidências, a “alternativa ao emprego”, com 46% de indicações e 42,9% para “obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo”, entendo, entretanto, esses três fatores como complemento de renda. As variáveis de gênero e raça não foram objetos do mapeamento, ou tais dados não foram disponibilizados no portal, o que pode ser entendido como uma demonstração de pouco interesse em perceber como opressões de gênero e raça se entrelaçam com a Economia Solidária.

Nessa mesma pesquisa foram entrevistadas na Bahia, 1.611 empreendimentos, sendo 65% desses na zona rural, 15% em espaços urbanos e 20% rural/urbano, ou periurbanos³, concluindo que mais da metade dos grupos exercem atividades rurais relacionadas à agricultura familiar. Destaca-se que 75% dos grupos

³ Área periurbana – Bozzano (1990), em seus conceitos gerais, considera-a como a interface entre cidade e campo, ou seja, uma área de transição, e ainda, precisa melhorar a conceituação dessa área valendo-se da analogia com um conceito ecológico, o de ecotono, entendido como o ambiente de contato entre dois sistemas diferenciados. A área periurbana não está urbanizada (dividida em lotes urbanos), mas está organizada no interesse da vida urbana.

são formados por até 20 (vinte) participantes, sendo estes formados essencialmente por mulheres.

Ainda que a sistematização de dados do mapeamento da Economia Solidária revele o fato das pessoas se organizarem em empreendimentos muito mais em função da renda do que como uma mudança de consciência em relação as práticas de trabalho, é recorrente ouvirmos experiências nas quais a confiança e solidariedade pautam as práticas econômicas solidárias. São pessoas que se agrupam para fazerem frente a escassez de alimentos e água, à exclusão dos processos educacionais, dentre outras privações.

Os dados evidenciam, ainda, que a Economia Solidária incide com maior frequência no espaço rural, seguido dos periurbanos, talvez por esses ainda manterem práticas solidárias e vínculos de confiança comunitária mais fortalecidos. Como exemplos dessas práticas solidárias ainda é possível identificar o caderninho do “fiado” no mercadinho da esquina que vende a prazo o alimento e outras necessidades do mês, se assemelhando ao cartão de crédito; a organização dos vizinhos para “bater laje”, prática comum também em alguns bairros populares ou a construção de cisternas, estabelecendo como moeda de troca o compromisso tácito da reciprocidade; o fundo de pasto compartilhado; as cooperativas escolares; e claro, os grupos de pessoas que se reúnem para produzir, comprar ou vender coletivamente.

Para Singer (2000), que considera essas práticas enquanto movimento de contestação ao modelo de produção e exploração capitalista, esses são fenômenos recentes e somente estudados no Brasil a partir dos anos 1990.

Muitas experiências produtivas solidárias surgiram na década de 1990 como novas formas de organização do trabalho, configurando espaços nos quais pessoas mais vulneráveis encontraram possibilidades de empregabilidade e geração de renda por meio do fortalecimento de vínculos e da solidariedade. Esse fenômeno criou agendas de pesquisa e extensão no âmbito acadêmico, havendo ampla expansão dos usos e análises da Economia Solidária.

Dois são as principais vertentes teóricas da Economia Solidária: a vertente social europeia e a vertente popular latino-americana.

Neste trabalho é fundamental compreender a Economia Solidária perpassando por ambas as vertentes que têm seu nascedouro conceitual na Economia Social (GAIGER, 2009). Assim, busco estabelecer diálogo com os termos Economia Popular Solidária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), Economia dos Setores Populares

(KRAYCHETE, 2000) e Economia do Trabalho (CORAGGIO, 2009). A junção dessas abordagens reflete as múltiplas formas de organização da Economia Solidária na realidade brasileira e fornece maior aporte para discutir com o campo prático dos empreendimentos econômicos solidários aqui pesquisados.

De acordo com França Filho (2002), economia social surge na Europa como contestação ao modelo de organização do trabalho assalariado, instituído pelo modelo econômico que se consolidava hegemonicamente. O termo remete às experiências associativas e ao socialismo utópico daquela época.

Para Defourny (1998) *apud* Gaiger (2009), a economia social forjou cooperativas e associações vinculadas a setores econômicos ao mesmo tempo em que estimulou movimentos sociais correlatos a atuarem nesse campo de ação. Combinando recursos vindos do mercado com recursos não mercantil, essas organizações se distinguiam das demais, sendo elas o Estado ou terceiro setor. O legado da economia social, ao se opor às tendências de redução da economia diante do princípio do mercado, e à racionalidade da acumulação privada, é que esta desempenhou um papel considerável na construção dos regimes do bem-estar social (GAIGER, 2009).

No início do século XX a economia social começou a apresentar sinais de fraqueza. O movimento operário perdeu, gradativamente, legitimidade, ao tempo em que sofreu ataques de forças diversas e dominantes que desmobilizaram os trabalhadores. O capitalismo avançou e, de forma processual, a Economia Social foi assimilada ao regime dual Estado-mercado; esse, por sua vez, assumiu o papel de gerador de riquezas e assistência social, tornando a economia social subsidiária ao novo Estado, fragmentando a sua ação política e combativa (GAIGER, 2009).

Somente nos anos 1970 o termo Economia Social voltou a ser mencionado, dessa vez no Canadá, sendo citado como nova economia social para designar arranjos produtivos organizados em cooperativas, finanças solidárias, comércio justo, empresas recuperadas e prestação de serviços sociais.

Na Europa o abandono às grandes ideologias e suas formas de militância deu espaço ao surgimento de novas formas de envolvimento político, que buscavam respostas para questões mais específicas e de interesses difusos. A nova crise do capitalismo, que gerou uma grande onda de desemprego, estimulou o ressurgimento de alternativas de geração de renda aliado a outros problemas específicos do continente, a exemplo do envelhecimento da população e baixa taxa de natalidade,

além da crescente demanda de mulheres para prestação de serviços destinados ao cuidado (LAVILLE, 2004).

Em que pese suas ações concretas e bandeiras atuais que defendem a necessidade de um novo sistema de regulação econômica, a Economia Social nega a separação entre as esferas social e econômica e esconde o seu alinhamento com a omissão do debate político sobre os modelos de sociedade. A nova geração da Economia Social recusou-se a cumprir o simples papel de reparação social, fazendo com que esses defensores passassem a chamar essa nova onda de Economia Solidária, termo hoje predominante na América Latina (LAVILLE, 2004).

Na América Latina o termo Economia Solidária se refere ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visa ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso comum dos meios de produção e à autogestão, exercida na condução dos empreendimentos (GAIGER, 2009).

De acordo com Gaiger (2009) os empreendimentos organizados em torno do conceito de Economia Solidária aproximam a relação capital-trabalho. A forma de participação nas decisões estimula seus membros a atuarem de modo mais ativo na resolução de problemas da comunidade em que vivem, cumprindo, portanto, o papel formativo político. Semelhante a experiência europeia, esses empreendimentos se utilizam de recursos e relações mercantis e não-mercantis⁴.

É perceptível, portanto, que as vertentes teóricas não divergem em essência, o que levou ao surgimento de várias abordagens para a discussão conceitual da Economia Solidária à luz das diferentes realidades, cunhando, inclusive, outros termos para definir as práticas. Há entre eles, contudo, um ponto em comum, ainda que possam divergir fundamentalmente sobre os motivadores que levam as pessoas a se organizarem em torno de empreendimentos econômicos solidários e sobre onde pretendem chegar. Entre essa diversidade de termos, destaco aqui: Economia dos

⁴ Economia mercantil — fundada no princípio do mercado autorregulado (sugiro trocar para essa forma de escrita, segundo o Novo Acordo Ortográfico). Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíproca; economia não mercantil — fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los. (FRANÇA FILHO, 2004).

Setores Populares, (KRAYCHETE, 2000), Economia Popular Solidária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004;) e Economia do Trabalho (CORAGGIO, 2009).

A economia dos setores populares é formada por pessoas que vivem à margem da economia capitalista (KRAYCHETE, 2000). São trabalhadoras e trabalhadores que, ao não se adequarem aos padrões rigorosos de exigências para ingresso no mercado formal do trabalho, seja por questões raciais, de gênero, classe, educacional ou geracional, buscam no empreendedorismo formas alternativas de geração de renda. Apresenta-se no espaço rural e urbano, guardando em si características que vão além dos processos de exclusão.

No ambiente rural é possível perceber os vínculos de solidariedade compartilhados entre os membros dos empreendimentos, quase sempre supra familiar, eles agregam muitas vezes pequenos núcleos familiares com vínculos de parentesco entre eles, mas não exclusivamente. A autogestão é uma prática distante, mas perseguida na medida em que esses passam por processos formativos ou de incubação.

Já nos centros urbanos, os grupos produtivos se pautam com mais evidência na solidariedade familiar, diferente do rural onde existem, ainda com muita força, as práticas coletivas que extrapolam os vínculos sanguíneos. No urbano muitos destes trabalhadores e trabalhadores produzem dentro das próprias casas, não estabelecendo separação de insumos e equipamentos, sendo todos eles de uso comum.

Uma reflexão importante feita sobre a Economia dos Setores Populares, sendo essa uma economia para excluídos, é que esta não se pretende ser alternativa a dominação do capital, mas, sobretudo, faz parte dele uma vez que absorve os excluídos, conformando-os ao sistema (PASSOS, 2007). Essa interpretação, em certa medida, não considera com maior importância os processos formativos promovidos pelas entidades de apoio e fomento e, mais recentemente, pelo poder público; assim como desconsidera os tensionamentos sociais gerados pela crise do capital que fazem com que inquietações aconteçam e promovam, de tempos e tempos, lutas sociais com resultados.

Esta interpretação também leva ao pensamento de que, sendo essas pessoas motivadas ao associativismo e empreendedorismo familiar em função da falta de emprego, uma vez inseridas no mercado formal de trabalho largariam a produção em troca do serviço assalariado. Deveras, esse pensamento não está de todo

equivocado. Em estudo realizado em 2013, o Sebrae Nacional apontou que 24,4% dos pequenos negócios fecham as portas com menos de dois anos de existência, sendo os profissionais realocados em postos formais de trabalho, ou engrossando a massa de trabalhadores em busca desse último. E esse percentual pode chegar a 50% nos estabelecimentos com menos de quatro anos (SEBRAE, 2004). No caso da Economia Solidária esse período varia de acordo com a disponibilidade de assessorias. Fato é que muitos trabalhadores e trabalhadoras se afastam dos empreendimentos quando se tornam assalariados.

Segundo França Filho (2004) a Economia Solidária brasileira apenas pode ser compreendida mais adequadamente se inserida no contexto de uma economia popular. A economia popular se firma nas relações de “solidariedade ordinárias”, ou seja, aquelas praticadas nos grupos primários – família, vizinhos, amigos, comunidade – e é na reciprocidade que se encontram os meios para a produção, confrontando a ideia de indivíduos autônomos e evidenciando relações de interdependência em todos os espaços sociais.

Segundo Rosanyalon, *apud* Sendón (2012), o princípio que expressa a relação entre indivíduos é a reciprocidade. A ideia da sociedade de iguais, defendida pelo autor, se sustenta nos princípios da singularidade, comunalidade e reciprocidade. Entendendo a singularidade como um vínculo entre indivíduos, uma espécie de “igualdade das singularidades”, reconhecendo as particularidades como filosofia compartilhada da igualdade; a comunalidade como uma forma social onde os cidadãos constroem um sentido em comum; e a reciprocidade entendida como igualdade na interação, organiza a troca e o envolvimento entre indivíduos.

No âmbito da Economia Solidária, as atividades econômicas desenvolvidas são de base comunitária e articula necessidades e saberes com ênfase na dimensão econômica. Para França Filho (2020) o conceito de Economia Solidária compreende um amplo espectro de iniciativas de auto-organização socioeconômica partindo da sociedade civil e dos meios populares. O autor defende que a economia popular se revela em formas comunitárias, contidas na base dos projetos de Economia Solidária.

O mesmo autor ressalta que a Economia Solidária, hoje em curso, se pretende ir além da economia popular, na medida em que essa última se destina, *a priori*, a geração de renda para garantir a sobrevivência, estando, portanto, subordinada a lógica do capital, funcionando como reprodutora simples da vida e sem capacidade, ou pouca, de agir nos problemas sociais mais graves a partir de sua ação (FRANÇA

FILHO, 2004), e não tendo como principal objetivo a obtenção da renda. As experiências de Economia Solidária, ainda segundo França Filho (2020), têm sido definidas a partir de cinco características:

(1) são sociedades de pessoas, e não de capital (como ocorre com as empresas privadas); (2) ao associar pessoas assumem, originalmente, função social e, assim, a função mercantil é a ela subordinada e dela dependente; (3) são associações de pessoas iguais e isso exige relações de poder paritárias com processos de tomada de decisão horizontais, dialogados e constituídos por consensos; (4) a propriedade dos meios de produção é coletiva, assim como a apropriação do resultado econômico; e (5) o trabalho dos sócios não é assalariado, mas sim resultante do volume de transações que ele realiza com o empreendimento (princípio da equidade) (FRANÇA FILHO, 2020, p.572).

É importante ressaltar que iniciativas começam a surgir tendo como objetivo, também, a atuação na realidade social a qual estão inseridas. Ao assumirem, em dada medida, características autogestionárias, entendendo que essas ainda são processos de aprendizagem de uma cultura política de governança democrática e de amadurecimento dos indivíduos que constituem os grupos, os empreendimentos se familiarizam com conteúdos políticos importantes para entendimento da ação e do propósito da Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2020), resignificando o papel dos empreendimentos. Neste sentido o autor afirma:

O trabalho na Economia Solidária adquire outros significados para além da produção econômico-financeira em si. É como se a atividade econômica não servisse a um único propósito, diferentemente da relação capitalista de produção. Para Max-Neef (2012) a dimensão econômica (convencionalmente acatada) deve ser considerada meio, pois o trabalho precisa preencher necessidades existenciais de ter, ser, fazer e estar e, não exclusivamente, econômico-financeiras, monetárias - é esse o caso da Economia Solidária. A ocorrência da atividade produtiva com outros propósitos é também observada fora da ação organizacional na Economia Solidária, quando, por exemplo, as práticas passam a compreender novas modalidades de ação pública em dado contexto local e territorial (FRANÇA FILHO, 2020, p.573).

As experiências de Economia Solidária, a qual se refere o autor, conseguem mobilizar atores diversos para a busca de soluções para problemas públicos. Uma forma de organização que pode ser citada como uma experiência exitosa de acumulação política e de autogestão é o Fórum de Economia Solidária, instância representativa dos empreendimentos. Associado ao apoio das assessorias, Universidades e entidades de fomento, conseguiram de forma organizada levar a agenda governamental às demandas dos empreendimentos, colocando no debate um

novo modelo de desenvolvimento econômico que, ao priorizar as iniciativas locais, se pautam em relações justas, ecologicamente sustentáveis e ambientalmente corretas.

Tais iniciativas não se limitam à esfera da chamada "reprodução simples", e se orientam mais para a "reprodução ampliada" das condições de vida em sociedade. Isso quer dizer que sua ação abrange tanto o plano do nível de renda quanto aquele das suas condições de vida mais gerais, o que significa inscrever essa iniciativa igualmente no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando uma abertura da sua ação para um espaço público (FRANÇA FILHO, 2004, p.12).

As experiências de Economia Solidária no Brasil ocorrem em diversos espaços de organização da sociedade, sendo, portanto, um campo difuso e com públicos diversos. França Filho (2020) identifica, ao menos:

Pessoas com transtornos psicossociais - em tratamento no Centro de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (Caps/SUS), presidiários cumprindo pena em centros de detenção, donas de casa (em clubes de mães e associações comunitárias e de moradores), trabalhadores da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, quilombolas, nativos de florestas, pescadores, indígenas, artistas, artesãos/artesãs, catadores de material reciclável, profissionais, técnicos e especialistas do setor de serviços - a exemplo de associações de assistência técnica e extensão rural (Ater) - além de todo o segmento de pessoas em situação de desemprego/desocupação, incluindo população em situação de rua. Junto a tais segmentos, as EAF [Escolas Agrotécnicas Federais] atuam tipicamente como incubadoras universitárias e OSC e, em alguns casos, os governos ou gestores públicos específicos. (FRANÇA FILHO, 2020, p.573)

Essa diversidade de público impacta, também, na multiplicidade de propósitos para sua organização e formalização, não sendo possível, portanto, afirmar que o aspecto econômico seja o único motivo para a formação dos empreendimentos, embora seja preponderante, como sinalizado no mapeamento da Economia Solidária.

Por fim, alinhavando o último conceito para o debate da Economia Solidária, trago o de economia do trabalho, que se refere, sobretudo, a uma das formas de organização da produção de acordo com a lógica da reprodução da vida. Nessa definição é incluída toda forma de trabalho autogestionário, individual ou coletivo, entre eles os empreendimentos familiares, abrangendo, inclusive, o trabalho doméstico, comunitário e o assalariado. Para Coraggio (2009), estes trabalhadores e trabalhadores estão em permanente batalha com o capital, em busca de uma autonomia crescente. O que prevalece é a qualidade de vida, a realização do potencial das pessoas interligadas por relações solidárias, com justiça e paz.

Na lógica da economia do trabalho, defendida pelo autor, a grande questão social não se encontra na recuperação do pleno emprego sob a direção do capital, mas no desenvolvimento de outras formas e coordenação das atividades humana com vistas à alcançar o gozo pleno da vida cotidiana, o qual inclui o trabalho como experiência prazerosa.

Nesse contexto, a economia social pode ser analisada como uma etapa transitória para uma economia do trabalho, o que, segundo Coraggio (2009), significa a possibilidade de desenvolver uma economia centrada no trabalho para satisfazer as necessidades de todos, contendo um grau de reflexão crítica e mediada por um mercado regulado e por diversas relações diretas de solidariedade.

Coraggio (2009) comenta, ainda, que sendo a sociedade levada a acreditar no imaginário do emprego formal como única forma de garantia de sobrevivência, as pessoas continuam a optar pelo trabalho sem autonomia, pois atribuem a esse a garantia da remuneração assalariada regular.

Com a apresentação desses quatro conceitos percebe-se que, ainda que o nascedouro teórico da Economia Solidária se situe na Europa, entretanto, na América Latina ele assume algumas diferenças, passando a temática a ser reconhecida enquanto fenômeno sociológico, abrindo o campo de pesquisa para outras áreas de conhecimento (SILVA, 2018).

Conveniente ressaltar que, independentemente das abordagens, em todas sempre são citadas como unidades básicas de análise nas pesquisas científicas os grupos produtivos com características autogestionárias que visam à geração de renda para seus participantes. As características dessas experiências possuem algumas dimensões em comum, dentre elas a solidariedade, a cooperação e a livre associação. Esses empreendimentos se organizam de diferentes maneiras, alguns se formalizam juridicamente, outros não. Em função das similaridades de natureza política, econômica e social há um esforço dos diferentes intelectuais dos diversos campos em estabelecer diálogos teóricos e metodológicos que possibilitem o alinhamento dos conceitos em torno da temática (SILVA, 2018).

Os conceitos, aqui apresentados, convergem quanto à caracterização básica dos empreendimentos, mas divergem quanto a sua capacidade de transformação macrossocial. Essas iniciativas significam, por um lado, respostas pontuais de grupos populares ao processo de exclusão social, bem como, instrumentos de luta contra o capitalismo; por outro lado, podem ser consideradas iniciativas populares precárias e

marginais de trabalho e renda, assim como, formas funcionais de manutenção do capitalismo e sem capacidade de transformação social (SILVA, 2018). Penso que a economia solidária ainda é um espaço de geração de renda com capacidade de emancipar a percepção dos seus membros acerca dos processos políticos sociais, quando trabalhados em seus processos formativos.

Esta pesquisa adota, portanto, uma leitura plural desses conceitos, entendendo que esses não são divergentes, mas complementares, frente a complexidade dos instrumentos de política pública, especialmente, do Cesol, analisado empiricamente. Compreende-se, portanto, que a Economia Solidária compõe um conjunto de iniciativas baseadas na solidariedade e autogestão. Tal conjunto busca responder aos processos de exclusão do trabalho e ausência de segurança de renda que, a partir da articulação de diferentes atores sociais podem ser instrumentalizados visando enfrentar as consequências do capitalismo e atender as necessidades da vida cotidiana.

Ao incorporar o debate sobre classe, raça e gênero nessas relações sociais em torno de outra economia possível, deve-se atentar para uma necessária mudança, quanto às lógicas tradicionais de poder e dominação para que essas não se reproduzam desigualdades em espaços econômicos solidários, mesmo que de modo, por vezes, não tão consciente. Para que a concepção de Economia Solidária avance não apenas enquanto alternativa ao capitalismo, mas meio de enfrentamento do patriarcado, é preciso avançar no debate sobre interseccionalidade.

Desse modo, o instrumento Cesol pode servir como um espaço empírico para mensurar, ou perceber, até que ponto a política pública de economia solidária está atenta aos marcadores sociais aqui trazidos.

1.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUA REPRODUÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA da política pública: o Cesol e sua atuação

O Cesol surge como resposta à demanda apresentada na carta do Fórum Baiano de Economia Solidária à equipe de transição do governador eleito Jaques Wagner. A proposta constou parte integrante da carta “*Documento da Articulação de Movimentos Sociais da Bahia para o Diálogo com o Governo Estadual*”, entregue ao governador em 07 de março de 2007, no Teatro Gregório de Matos, em Salvador-BA. Ele trazia como elementos de contribuição para a Política Pública de Economia Solidária da Bahia propostas de ações distribuídas em quatro dimensões, quais sejam: Marco Legal; Ações Institucionais; Redes de Produção, Comercialização e Consumo; e Educação e Cultura.

Na perspectiva institucional, a carta entregue ao Governador eleito apresenta os alicerces da Política de Economia Solidária da Bahia:

1. Criação de um espaço institucional que atue como referência para a execução e articulação transversal de políticas de Fomento à Economia Solidária no novo Governo do Estado. Tal Espaço deverá contar com orçamento apropriado, estar incluído na estrutura do Desenvolvimento Social ou do Trabalho, e contar com a CAR como Braço Operacional; [...] 3. Constituição dos Centros Públicos de Economia Solidária como instrumentos de convergência das ações e atores que desenvolvem a Economia Solidária nas diversas regiões do estado, fortalecendo e ampliando a sua visibilidade [...]. (DOCUMENTO DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS DA BAHIA PARA O DIÁLOGO COM O GOVERNO ESTADUAL, 2007, p.11).

Ainda em 2007, integrando a reforma administrativa daquele governo, foi criada a Superintendência de Economia Solidária – Sesol, espaço institucional responsável por formular e organizar a execução das ações e atividades destinadas aos empreendimentos de Economia Solidária da Bahia, tendo início, também, a primeira experiência de Cesol⁵. A institucionalização da Economia Solidária por meio da criação da Superintendência de Economia Solidária - Sesol permitiu um maior diálogo entre a sociedade civil e o Estado.

⁵ O primeiro Cesol funcionou, provisoriamente, em um espaço cedido pelo extinto Instituto Mauá, no Pelourinho, e com uma equipe multifuncional de 14 (quatorze) profissionais em Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, contemplando as seguintes funções: Coordenador Geral; Agente Socioprodutivo; Agente de Crédito; Agente Administrativo; Agente Jurídico; Agente Contábil; Agente de Marketing; Assistente Social; Secretária; Técnico em Informática.

Cria-se, assim, o Cesol como um equipamento público, de caráter multifuncional, concebido, inicialmente, para prestar consultorias temáticas a empreendimentos de Economia Solidária com vistas a contribuir com a emancipação e sustentabilidade desses. A sustentabilidade almejada pelo Estado se referia prioritariamente a capacidade de geração de renda regular para a manutenção do empreendimento e dos seus participantes, ou seja, a manutenção de ganhos financeiros materiais, ainda que os ganhos imateriais fossem igualmente importantes para a Sesol.

Nesse sentido, o Cesol se apresenta como um instrumento de ação pública, que, percebido à luz do que traz Lascoumes e Le Galès (2012), pode ser considerado como um dispositivo, ao mesmo tempo, técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários.

Sua inauguração foi efetivada em 2008 e representou um avanço no atendimento às demandas do Fórum Baiano de Economia. Nesse espaço, além da prestação dos serviços das consultorias relacionadas às funções da equipe técnica contratada, funcionavam, também, o Espaço Solidário, a Cantina Solidária, e o Centro de Inclusão Digital, todos eles destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades dos empreendimentos.

A proposta constante no Plano Plurianual-PPA 2008 a 2011 era colocar em funcionamento outros 30 (trinta) Cesols, com escopo menor e de abrangência territorial, um por Território de Identidade e quatro no Metropolitano Salvador.

O caráter territorial do Cesol revelou os desafios inerentes às Políticas Públicas que se pretendem, ao mesmo tempo, programa e instrumento. Ainda segundo Lascoumes e Le Galès (2012), o instrumento pode ser definido como um dispositivo de vocação genérica, portador de uma concepção concreta da relação política/sociedade e sustentada por uma concepção de regulação. Assim, ao tempo em que o Cesol atendia aos interesses do movimento de Economia Solidária e aos empreendimentos, precisava estar permanentemente vinculado ao PPA – objetivos e metas, e a política de territorialização das ações do Estado.

Do ponto de vista quantitativo, segundo o documento *Balanço das Ações Governo do Estado 6 anos* os Cesols atenderam de 2008 a 2011 2.7 mil empreendimentos, beneficiando diretamente 37,7 mil pessoas, contudo, tais dados demonstram imprecisões quando analisados os instrumentos de registro, visto que

esses contabilizavam o quantitativo de consultorias e o número de pessoas participantes, e não o número de empreendimentos.

Existiam duas metodologias de acesso aos serviços do Cesol: a busca ativa de empreendimentos e a demanda espontânea. Na busca ativa, de posse do mapeamento da Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária os agentes socioprodutivos iam a campo apresentar o equipamento, reconhecer as fragilidades e demandas dos empreendimentos. Em seguida, retornavam para fazerem as agendas de atendimento junto aos demais agentes, o passo seguinte era a prestação das consultorias. Já na demanda espontânea, os próprios empreendimentos entravam em contato com o Cesol e solicitavam as consultorias, que eram agendadas dentro das possibilidades de viagens da equipe.

Devido às limitações orçamentárias e logísticas, e a impossibilidade de abertura de concurso para contratação de servidores efetivos, a Sesol foi obrigada a fazer uma revisão de meta no PPA e a mudar sua estratégia de execução da política, até então realizada de forma direta. A nova estratégia estabelecida foi a utilização do instrumento Contrato de Gestão, tipo de contratualização do Estado com Organizações Sociais⁶, regido por lei específica, que objetiva o alcance da eficiência administrativa.

A decisão da Setre de adotar o modelo de contratualização da Gestão dos Cesol, associava-se a uma expectativa de maior capacidade de execução da política pública, ampliando e qualificando os serviços de modo a atingir o atendimento a um maior número de beneficiários, com custo menor e maior eficiência, contribuindo para a diminuição das desigualdades e ampliando a sustentabilidade dos empreendimentos de Economia Solidária (Edital 06/2018, p.20).

Desse modo, passa-se a ocorrer a instrumentalização da ação pública de economia solidária na Bahia. Assim, em 2011, a Setre publicizou o serviço de assistência técnica a empreendimentos de Economia Solidária, de modo a alçá-lo no Estado como um serviço necessário e de caráter universal. Nessa nova modalidade os Cesols não mais prestariam os serviços de consultorias, pois não haviam

⁶ Qualificação de entidade como Organização Social é a titularidade conferida pelo Governo do Estado à entidade jurídica de direito privado e sem finalidade lucrativa que reúne os requisitos legais para ser habilitada como Organização Social tornando-a apta, desde que vencedora de processo seletivo, para firmar contrato de gestão. Pode qualificar-se como Organização Social, entidades cujos objetivos sociais e normas estatutárias atendam ao disposto na Lei Estadual 8.647/2003 e Decretos nºs 8.890/2004 e 9.588/2005. (Site SAEB – Secretaria de Administração da Bahia)

demonstrado, na experiência anterior, a capacidade de elevar os empreendimentos ao grau de sustentabilidade proposto pela política. Ao contrário, apontaram como necessidade urgente a criação de uma metodologia de assistência técnica gerencial e socioproductiva continuada a empreendimentos econômicos solidários, a exemplo da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) prestada a agricultores.

As ações desse novo Cesol seguiram tendo por objetivo macro a sustentabilidade dos empreendimentos e, para tanto, a formação técnica, gerencial e política eram os sustentáculos para estimular a construção de um modelo de desenvolvimento pautado no associativismo e cooperativismo. A ideia inicial de atendimento territorial se manteve, na tentativa de manter a Política Pública de Economia Solidária alinhada à metodologia dos Territórios de Identidade adotada pelo Estado.

O Cesol evidencia a pertinência dos efeitos políticos e sociais do instrumento, o que vai além das características técnicas. Nesse sentido, e reforçando a sua não neutralidade, torna evidenciada a relação entre atores e sujeitos da política, o que o faz ser percebido como uma instituição, no sentido sociológico da palavra, como abordado por Lascoumes e Le Galès,(2004).

De acordo com esses autores a ação pública é um espaço sociopolítico que envolve técnica e política, portanto, se faz necessário, a partir de então, contextualizar o instrumento, apresentando as suas características técnicas e seus dispositivos simbólicos de transmissão de valores e poder.

No primeiro chamamento público para contratação de Organizações Sociais para a implantação e manutenção dos serviços prestados pelos Cesol, o Edital 09/2012, foram celebrados contratos de oito dos nove lotes licitados, sendo esses instalados três na Região Metropolitana de Salvador e cinco distribuídos nos seguintes Territórios de Identidade: Sertão Produtivo; Sertão do São Francisco; Litoral Sul; Bacia de Jacuípe e Recôncavo.

Dando sequência ao planejado no PPA 2012/2015, outro chamamento foi publicado, o Edital 003//2013, somando mais nove contratos dos dez lotes licitados: Portal do Sertão e seguintes municípios: Lamarão, Valente, Candeal, Biritinga, Serrinha, Ichu, Teolândia, Retirolândia e Conceição do Coité; Irecê; Bacia do Rio Grande; Itaparica e Semiárido Nordeste I; Piemonte Norte do Itapicuru e Piemonte da Diamantina e seguintes municípios: Monte Santo, Cansanção e Itiúba; Médio Rio de

Contas e Baixo Sul; Vitória da Conquista e municípios de Itapetinga; Chapada Diamantina; e Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas.

As Organizações Sociais contratadas tiveram, inicialmente, 24 meses para cumprir as metas pactuadas traduzidas nos seguintes serviços: instalação do Cesol, com respectivo processo de trabalho implantado; elaboração do diagnóstico e análise do contexto socioproductivo local/territorial; elaboração dos Estudos Viabilidade Econômica – EVE dos empreendimentos a serem atendidos; disponibilização de assistência técnica gerencial aos empreendimentos que passaram pelo EVE; promoção do acesso a ativos produtivos, de acordo com os planos de ação de cada empreendimento; manutenção da assistência técnica socioproductiva e específica, como ação continuada; orientação do acesso ao crédito aos empreendimentos que necessitem desse tipo de atendimento; disponibilizar espaço para formação e prática em comercialização e; monitorar todos os atendimentos do Cesol (BAHIA, 2012; BAHIA, 2013).

As metas eram aferidas, trimestralmente, pela Comissão de Monitoramento e Acompanhamento designada pela Setre, tendo por referência os indicadores constantes nos editais. As Organizações Sociais, por sua vez, apresentavam, a cada trimestre, um relatório de prestação de conta contendo o descritivo das atividades desenvolvidas para o cumprimento de cada meta com os respectivos quantitativos e informações da execução financeira, sendo esse o documento apreciado pela comissão.

De forma sintética, o instrumento Cesol foi operacionalizado a partir de três chamamentos públicos, executado por entidades qualificadas como Organizações sociais, implantados nos Territórios de identidade e com repasse financeiro da ordem de R\$ 74.000.000,00, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Organizações sociais, territórios e valores presentes em editais – Brasil – 2012/2013/2018

Edital	Organizações Sociais	Territórios	Total de recursos
Edital 09/2012	Pangea, Filhos do Mundo, Pangea, CEDITER, IDSB, Associação Josué de Castro, Rede Pintadas, Associação Josué de Castro	Metropolitana de Salvador II, III e IV; Recôncavo; Sertão Produtivo; Litoral Sul; Bacia do Jacuípe; Sertão do São Francisco	R\$ 28.301.859,92
Edital 03/2013	Pangea, Filhos do Mundo, COMVIDA, Luiz Gama, Central da Cidadania, Associação Josué de Castro, CAEES, ARESOL, Oficina da Cidadania	Metropolitana I, II; Litoral Norte /Agreste de Alagoinhas; Itaparica/ Semi-árido Nordeste II; Irecê; Bacia do Rio Grande; Portal do Sertão; Baixo Sul/ Médio Rio de Contas; Chapada Diamantina; Piemonte Norte do Itapicuru/ Piemonte da Diamantina; Vitória da Conquista	R\$ 28.325.947,48
Edital 06/2018	Filhos do Mundo, CEDITER, IDSB, Associação Josué de Castro, Rede Pintadas, ADESBA, COMVIDA, Central da Cidadania, IGPS, CTEC, ARESOL, Oficina da Cidadania, Central da Cidadania	Metropolitano I e II; Recôncavo; Sertão Produtivo; Litoral Sul; Bacia do Jacuípe; Sertão do São Francisco; Irecê; Sisal / Portal do Sertão; Baixo Sul; Chapada Diamantina; Piemonte Norte do Itapicuru; Vitória da Conquista	R\$ 17.713.815,64
Total			R\$ 74.341.623,04

Fonte: Editais 09/2012, 03/2013 e 006/2018 – Setre

Do edital 06/2018 foi possível apreender algumas informações que se configuram como uma possível avaliação quantitativa dos cinco anos de execução da política, sendo a tabela, a seguir, a reprodução daquele apresentado no referido documento:

Tabela 2 - Beneficiários dos Cesol – Brasil – 2018

CESOL/ Território	Empreendimento RURAL	Empreendimento URBANO	Total de Empreendimentos atendidos
Bacia do Jacuípe	100	64	164
Litoral Sul	107	98	205
Metropolitano 2	0	294	294
Metropolitano 3	09	150	159
Metropolitano 4	02	269	271
Recôncavo	55	60	115
Sertão do São Francisco	125	72	197
Sertão Produtivo*	116	42	158
Baixo Sul/ Médio Rio de Contas	51	21	72
Itaparica/ Semi-árido Nordeste II**	64	33	97
Chapada Diamantina	18	05	23
Piemonte Norte do Itapicuru/ Piemonte da Diamantina	96	12	108
Portal do Sertão	25	08	33
Irecê	107	06	113
Vitória da Conquista	15	07	22
Litoral Norte /Agreste de Alagoinhas	16	14	30
Bacia do Rio Grande*	0	0	0
TOTAL	876	1152	2028

Fonte: Edital 006/2018 – Setre

Nota: Bacia do Rio Grande teve o seu contrato rescindido após três meses de execução.

Ao analisar o instrumento Cesol a partir do pentágono das Políticas Públicas, defendido por Lascoumes e Le Galès (2012), é possível estabelecer relação com os seus cinco elementos: atores, representações, instituições, processos, resultados.

Tais elementos se articularam e deram formato ao referido instrumento de política pública, evidenciando que não há hierarquização entre eles, mas interações, por vezes conflituosas, na medida em que existem interesses diversos, sejam materiais e/ou simbólicos.

Tabela 3: Síntese Instrumento Centro Público de Economia Solidária – Brasil – 2011/2013/2018

Atores	Representação	Instituições	Processos	Resultados
- Estado	- Fórum Baiano	- Edital	- PPA	2.028
- Organizações Sociais – OS	de Economia Solidária	09/2011	- Conferência de Economia Solidária;	empreendimentos atendidos com o serviço de assistência técnica sócio produtiva e espaços de comercialização
- Empreendimentos	- Conselho Estadual de Economia Solidária	- Edital	- Comissão de Monitoramento e Avaliação	
- Universidades		03/2013		
- Prefeituras	- Conselho de Gestão das Organizações Sociais	- Edital		
		06/2018		

Fonte: Editais, CadCidadão, Balanço de ações e da minha experiência profissional (Elaboração própria)

Do ponto de vista institucional, o Fórum Baiano de Economia Solidária demandou a criação de uma instância governamental, com dotação orçamentária, para o atendimento das demandas e sugestões apresentadas na carta.

Para Dewey (*apud* LASCOMES; LE GALÈS, 2012), uma política pública nada mais é que uma hipótese de trabalho, não sendo ela um programa restrito e racional, mas uma experimentação a ser observada ao longo da sua execução. Assim, ao transferir a sua gestão para Organizações Sociais, por intermédio do instrumento legal Contrato de Gestão, a Superintendência de Economia Solidária se valeu da possibilidade do experimento, e, a partir da observação e avaliação, reconheceu seus limites realizando uma recondução na forma de executar o instrumento. Com isso, saiu da implementação direta para indireta, promovendo, desse modo, a interação entre agentes públicos e atores sociais - sendo esses últimos entendidos, também, como um elemento político importante e com capacidade de mobilização e tomada de decisões.

A partir das leituras dos editais e relatórios, relacionando-os com a teoria da instrumentalização da ação pública, o Cesol demonstrou a tentativa da Sesol em criar condições para a implementação da Política Pública de Economia Solidária. Desta forma, buscava-se responder às demandas do Fórum Estadual de Economia Solidária e ao problema público da inclusão socioproductiva através do fomento e fortalecimento de grupos produtivos formalizados, ou não, que desejassem passar pelo conjunto de serviços ofertados pelo instrumento.

A operacionalização não deixou de ser regulada pelo Estado, seja através dos Editais de chamamento público, pela qualificação de quem poderia executar, ou, por determinar os territórios de identidade que receberiam a política. Contudo, a implantação e execução ficou por conta das entidades que se qualificaram, junto ao Estado, como Organizações Sociais para receberem os recursos necessários à implementação.

Em linhas gerais, o instrumento reforçou a capacidade de execução do Estado, diminuiu barreiras à execução das Políticas Públicas, ao utilizar a lei específica de Contrato de Gestão, garantindo a previsibilidade jurídica.

2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUA REPRODUÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Triste, louca ou má,
será qualificada quem recusar
seguir receita cultural do marido,
da família, cuida, cuida da rotina.
Só mesmo rejeita bem conhecida
receita quem não sem dores
aceita que tudo deve mudar.
Que Um homem não te define.
Sua casa não te define.
Sua carne não te define.
Você é seu próprio lar
(Triste Louca ou má - Francisco El Hombre)*

Em cinco séculos da chamada “modernidade”, o capitalismo e a industrialização promoveram mudanças significativas nas relações sociais e culturais, colocando o gênero e a raça como duas categorias fundamentais de exploração para a estruturação de estados-nação. Somos sujeitadas a um conjunto de normas e regras de um sistema opressor, no qual a subordinação das mulheres, especialmente das negras, é naturalizada, dolorosamente apaziguado e reproduzida em todas as esferas da vida social, tendo pouca, ou nenhuma crítica na elaboração da vida cotidiana.

Por sua vez, a formação nacional brasileira resulta de um projeto racial pautado no pensamento colonizado de supremacia branca para a subjugação e anulação da população negra. De acordo com Pinho (2018), esse projeto opera em duas dimensões: na microsocial, que está no campo do subjetivo e que determina as práticas do cotidiano; e na macrossocial, situada no campo objetivo e que regula a vida social a partir da política do Estado, instaurando, dessa forma, a ordem social vigente.

Nessa ordem social, a classe se evidencia e é vivida na raça, assim como o gênero determina, na racialização, as distinções entre homem negro/ homem branco e mulher negra/mulher branca (DAVIS, 2016). Do ponto de vista macro, a estrutura da sociedade foi amalgamada, desde a escravização, para determinar o local da mulher negra, de modo a não haver mobilidade de classe e, conseqüente, reposicionamento dessa, na sociedade que lhe estrutura.

Do ponto de vista micro, a interferência do macro influencia no cotidiano vivido pela população negra, pois é essa que habita os locais tidos como inabitáveis e que exerce os trabalhos que exigem maior esforço físico, menor remuneração e sem proteção trabalhista. Assim, discutir gênero implica em considerar o marcador raça e suas relações com a classe social, que implica em analisar o trabalho. Nesse sentido, a interseccionalidade proposta por Crenshaw (2002), Davis (2016), Akotirene (2018) se revela como o ponto de partida transversal para analisar os instrumentos das Políticas Públicas.

O conceito de divisão sexual do trabalho aqui utilizado vai além da mera descrição de fatos e constatação de desigualdades. A defesa teórica de Hirata (2007) o conceitua como subversivo e questionador da ordem vigente ao mostrar que as desigualdades de gênero são sistêmicas e determina a relação social recorrente entre grupos de homens e mulheres.

Nesta seção trato dos aspectos teóricos e apresento dados secundários que caracterizam a divisão sexual do trabalho e sua reprodução na Economia Solidária. Em seguida, finalizo com a proposta de transversalização do debate da interseccionalidade no pensar e fazer da Política Pública de Economia Solidária.

2.1 Divisão sexual do trabalho e sua reprodução na Economia Solidária

A divisão da sociedade a partir do gênero é estruturante. Nascemos, biologicamente, machos e fêmeas e, rapidamente, somos categorizados como homens e mulheres, sendo atribuídos, de forma impositiva, papéis sociais que determinam o comportamento nas mais diversas esferas da socialização humana. Essa hierarquização, que foi socialmente construída para ser tido como humano e não humano, foi imposta nas Américas e Caribe pelos colonizadores, estava a serviço do homem ocidental e se tornou a marca da civilização (LUGONES, 2014). O homem europeu, colonizador, burguês, reunia em si as qualidades do “homem virtuoso”. A ele cabia a decisão, a vida pública, o governo, a virilidade heterossexual, ele era a personificação do ser dotado de mente e razão; o civilizado. A mulher europeia, burguesa, cristã, era a reprodutora da pureza racial, a cuidadora do lar, a capaz de garantir as condições, imateriais, para a reprodução do capital. E quem era o negro escravizado, trazido do continente africano, assim como a população autóctone? O não humano, os selvagens; a personificação da incivilidade.

A binaridade de gênero estrutural construída em todas as sociedades colonizadas se reflete em todas as esferas das relações humanas, sendo a divisão do trabalho por sexo a que melhor serve ao propósito de assegurar a união entre homens e mulheres, criando uma relação de dependência e reciprocidade, determinando que a unidade familiar seja composta por, pelo menos, um homem e uma mulher (Levi-Strauss *apud* Rubin, 1993).

Há aproximadamente quarenta anos a divisão sexual do trabalho se tornou objeto de trabalhos acadêmicos. Foi na França, com o movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que assentou as bases teóricas do conceito. Segundo Hirata e Kergoat (2007) a tomada de consciência de uma opressão específica, que deu origem ao movimento de mulheres, evidenciou a existência de um trabalho realizado gratuitamente para outros.

A partir desse ponto, surgiram os primeiros trabalhos nas Ciências Sociais abordando as funções domésticas desempenhadas pelas mulheres como “trabalho doméstico”; permitindo análises simultâneas dessas atividades na esfera doméstica e profissional, abrindo caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho” (HIRATA, KERGOAT, 2007). De acordo com as autoras:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado [...] (HIRATA; KERGOAT, 2007, p 599)

A aplicação desse termo percorre duas correntes de pensamento distintas. A primeira estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, considerando suas variações em tempo e espaço, e como isso se associa a divisão do trabalho doméstico entre os sexos, ou seja, a conciliação das tarefas domésticas e a assalariada. A segunda corrente teórica estuda a complexidade do sistema de gênero, em outras palavras, reflete sobre como a prática social utiliza a diferenciação de sexo para hierarquização das atividades desempenhadas por cada um deles, em resumo, analisa-se a origem dessas desigualdades (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A divisão do trabalho, por sexo, pode ser vista como um tabu que divide o sexo em duas categorias, reciprocamente exclusivas e exacerba as diferenças biológicas

entre os sexos, criando, como consequência, o gênero. Ao servir à opressão da mulher na sociedade, a divisão sexual do trabalho, ainda que possa variar de acordo com a cultura e tempo, determina uma inferioridade da mulher ao homem, subjugando suas habilidades e capacidades, mantendo-a no perverso local da manutenção da força reprodutiva de manutenção do capitalismo.

A divisão sexual do trabalho se entrelaça com o patriarcado. Segundo Hooks (1995) o pensamento patriarcal molda os valores de nossa cultura e somos socializados nesse sistema. Todos e todas aprendemos atitudes patriarcais em nossa família de origem e elas, geralmente, eram ensinadas por nossas mães; é dentro de casa que aprendemos a nos conformar com a função reprodutiva e com a reprodução social.

Ao ser atribuído às mulheres tal função, condicionando o sexo (biológico) ao gênero (cultural), a narrativa construída é de que há um destino natural dessas para a reprodução da nossa espécie, como se a elas coubesse a primazia da constituição da família. E, não só, pertence a elas, também, a obrigatoriedade natural de criar os meios para a manutenção da família mediante cuidados que, por questões biológicas, ou seja, naturais, somente essas podem executar.

Por outro lado, considera-se que é de responsabilidade dos homens a produção de bens e serviços, pois somente eles são, naturalmente, portadores de intelecto e força física para o exercício de atividades que garantem a remuneração adequada para o sustento da família. Para que esses estejam prontos para o espaço produtivo remunerado é necessário que as mulheres cuidem e zelem dos espaços privados, de modo a garantir a saída deles para os espaços públicos.

Cabe destacar, porém, que é no espaço privado que a mulher garante a manutenção da família, seja como reprodutora de novos trabalhadores, seja no cuidado doméstico para manter a ordem que garante, cotidianamente, o retorno do trabalhador ao posto de trabalho. Ao analisar as obras de Marx, Rubin (1993) afirma que não há nenhuma teoria que dê conta da opressão da mulher quanto a teoria marxista da opressão de classe. Segundo a autora, uma série de artigos que utilizam o marxismo como referencial teórico localiza a opressão feminina no cerne da dinâmica capitalista ao apontar a relação do trabalho doméstico com a reprodução da força de trabalho. Assim, cabem às mulheres não só reproduzir e povoar o mundo, mas, também, cuidar para que não falte mão de obra qualificada para a manutenção do capital.

Apesar desse sistema de opressão, brevemente relatado, muitas mulheres contestaram a *biologização* da esfera social, não aceitando pacificamente o local que lhe era imposto, e na Economia Solidária isso se evidencia. Na pesquisa de campo realizada, as mulheres entrevistadas relataram, como veremos adiante, que a decisão por se associarem a empreendimentos solidários foi uma forma de enfrentamento à imposição do espaço doméstico como único local de labor, o que se contrapõe, em certa medida, aos dados do mapeamento da economia solidária, anteriormente apresentado, evidenciado a importância de se ter como marcadores de pesquisas daquela natureza a variável de gênero e seus cruzamentos nas análises.

Foi o enfrentamento ao *modus operandi* da exploração, submissão e subjugação das mulheres que levou, no início do século XX, a muitas revoltas que culminaram na organização dos movimentos feministas, sendo a partir da luta organizada, que passaram a ocupar, com maior representatividade, os espaços públicos. Contudo, não é percebido um movimento masculino semelhante para a ocupação, também, dos espaços privados.

Não obstante a isso, se faz necessário pontuar que a luta feminista para ocupar os espaços públicos nunca foi uníssona. Visto que a luta das mulheres brancas de classe média não considerava a luta daquelas que são pobres, tampouco das negras. As mulheres brancas pobres trabalhavam exaustivamente no chão das fábricas, sem qualquer tipo de garantia, acumulando o trabalho remunerado com o trabalho doméstico. Enquanto as negras, forçosamente quando do período da escravização ou quando trabalhadoras domésticas no pós-escravização, sempre dispuseram da sua força de trabalho para garantir a manutenção da vida familiar que não lhes pertenciam. Nesse sentido Ângela Davis (2016) afirma:

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários. Considerando que suas mães escravas também haviam trabalhado nas usinas de algodão do Sul, nas refinarias de açúcar e até mesmo nas minas, elas não haviam conseguido um progresso significativo. Em 1890,

para as mulheres negras, devia parecer que a liberdade estava em um futuro ainda mais remoto do que no fim da Guerra Civil (DAVIS, 2016, p.112)

Importante demarcar que o processo de ocupação gradativa das mulheres nos espaços de trabalho remunerado manteve a lógica da opressão de gênero dos espaços privados (reprodutivo), permanecendo a desigualdade na composição dos ambientes e estrutura de trabalho. Como consequência, profissões relacionadas ao cuidado, aos serviços domésticos e ao minucioso/delicado são consideradas “trabalho de mulher”, enquanto as profissões relacionadas à força física e ao intelecto são consideradas “trabalho de homem”.

Este último é reconhecido como de maior *status* social e econômico, enquanto os trabalhos destinados às mulheres são pouco valorados e de baixa legitimação social (KERGOAT, 2009).

Quando analisada a divisão sexual do trabalho no Brasil, a partir do cruzamento dos marcadores sociais de raça, gênero e classe, o que se percebe é um sistema de exploração muito mais perverso. Quando as mulheres brancas de classe média conseguem a inserção no mercado de trabalho, muitas delas contam com a ajuda de trabalhadoras domésticas (maioria negras), para os cuidados com a família, quase nunca refletindo sobre o papel do homem nesses espaços.

As mulheres brancas e pobres, por cumprirem com as exigências fenotipicamente aceitas em sociedades estruturalmente racistas, conseguem, por vezes, a inserção em espaços de trabalho remunerado e com garantia de direitos e seguridade social. Neste caso, auferem renda, aquém do necessário para a contratação de trabalhadoras domésticas e não cogitam, no geral, a divisão desses afazeres com os possíveis familiares, inclusive os companheiros, cabendo a elas a continuação da jornada de trabalho em suas casas e o cuidado com a família. Já as mulheres negras e pobres, independente da escolaridade, de modo geral, encontram severas restrições quanto à inserção no mercado de trabalho formal, permanecendo na informalidade, na precariedade de condições de trabalho ou submetidas ao trabalho doméstico, remunerado ou não.

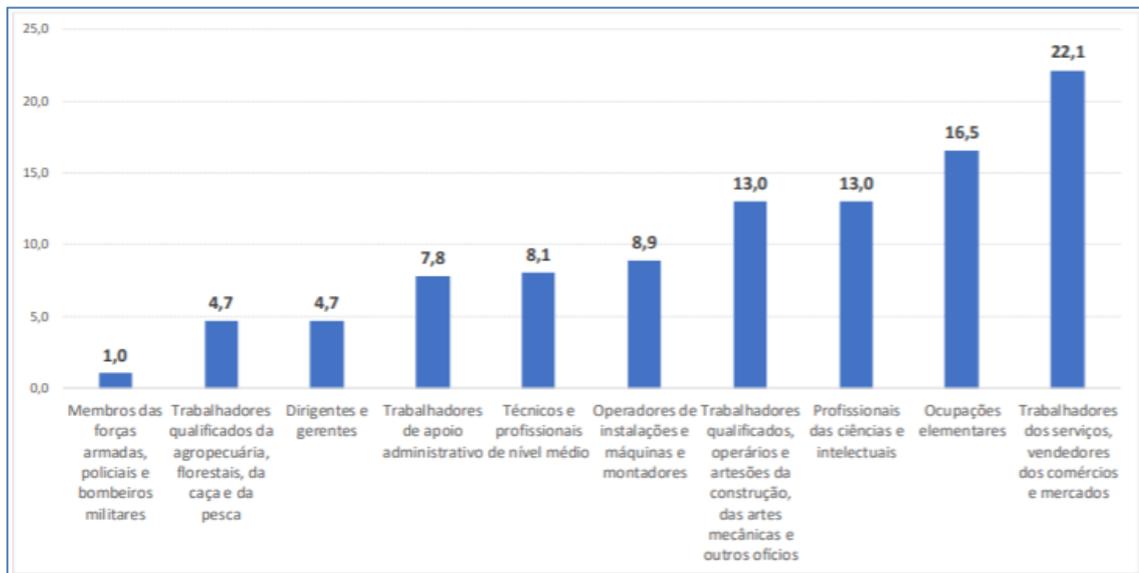
Apesar dos dados expressivos, há uma naturalização da invisibilidade das mulheres negras frente às Políticas Públicas, que não avançam no sentido de análise dos problemas públicos e das alternativas a fim de observarem as particularidades e contextos que determinam que tais mulheres estejam sempre à margem dos processos de empregabilidade e sociabilidade. Quais os motivos para que sejam elas

as chefes de família? Quais as razões de serem a maioria nos trabalhos domésticos e na informalidade?

Dados publicados pelo IBGE, em julho de 2019, referente à pesquisa sobre a diferença do rendimento do trabalho por sexo nos grupos ocupacionais escolhidos, PNAD Contínua - 2018, o rendimento médio das mulheres ocupadas no grupo etário de 25 e 49 anos de idade equivalia a 79,5% do recebido pelos homens, sendo R\$ 2.050,00 para elas e R\$ 2.579,00 para eles. Ao considerar a dimensão cor/raça, a proporção de rendimento médio da mulher branca ocupada em relação ao do homem branco ocupado é de 76,2% e entre a mulher e homem de cor preta ou parda de 80,1% (IBGE, 2019). Evidencia-se a desigualdade não só de gênero, mas reafirma-se que a raça é o marcador que estrutura as demais opressões imprimidas às mulheres negras.

Importante pontuar que para realização do estudo citado, segundo o IBGE, foram selecionados alguns grupos de base da Classificação de Ocupação para Pesquisas Domiciliares - COD. Ainda segundo o documento, a escolha das ocupações seguiu os seguintes critérios: i) apresentassem frequência expressiva, ii) que as estimativas apresentassem coeficientes de variação baixos; iii) e que o comportamento das estimativas fosse homogêneo ao longo da série histórica (2012 a 2018). As estimativas do estudo foram baseadas nos 4º trimestres de cada ano da série da PNAD Contínua.

Gráfico 1 – Distribuição percentual (%) da população de 25 a 49 anos de idade, ocupada na semana de referência, por grupamentos ocupacionais do trabalho principal – Brasil – 4º trimestre – 2018



Fonte: PNAD Contínua – 2018 (IBGE/2019)

Seguindo na análise dos dados da PNAD Contínua - 2018 (IBGE/2019), considerando o tempo dedicado ao trabalho doméstico, o valor médio da hora trabalhada pelas mulheres era de R\$ 13,00 (trezes reais), contra R\$14,20 (quatorze reais e vinte centavos) recebidos pelos homens. Cabe ressaltar que as pesquisas recentes publicadas pelo IBGE desvinculam as atividades domésticas realizadas pelas mulheres quando da mensuração da relação valor/hora de trabalho com a intensão de reduzir a disparidade na remuneração, quando observada a questão de gênero.

A participação das mulheres em serviços domésticos em 2018 era de 95,0%. Entre esses, destacam-se a atuação como professoras do ensino fundamental (84,0%), limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos (74,9%) e em centrais de atendimento (72,2%). Entre os profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres tinham participação majoritária (63,0%), mas recebiam 64,8% do rendimento dos homens (IBGE, 2019).

Os dados revelam que as mulheres continuam ocupando as atividades laborais análogas aos serviços domésticos e de baixa remuneração. Até quando ocupam as funções tidas socialmente como masculinas, as mulheres obtêm rendimentos inferiores aos homens.

Nas ocupações que exigem nível superior os dados demonstram a persistência das desigualdades. Segundo a pesquisa, quando analisadas as informações sobre profissionais do ensino, tem-se a seguinte configuração: no ensino fundamental, as mulheres recebiam 90,5% do rendimento dos homens; nas universidades e ensino superior, o rendimento das mulheres equivalia a 82,6% do recebido pelos homens. Nas profissões liberais, tais como: médicos especialistas e advogados, as participações femininas ficam em torno de 52% e os rendimentos comparados aos homens ficam de 71,8% para a primeira profissão e 72,6%, para a segunda (IBGE/2019).

No Recôncavo da Bahia, lócus dessa pesquisa, de acordo com o Censo 2010, IBGE, a população é de 514.792 habitantes. Os indicadores socioeconômicos não diferem muito dos dados nacionais. Quando observados os municípios com maior expressividade econômica temos Santo Antônio de Jesus como o maior município e o mais rico economicamente e o que apresenta o menor índice de pobreza, 8% da sua população. Possui uma população de 91 mil pessoas, PIB de cerca de R\$1,9 bilhão e IDH 0,73, o mais alto entre os cinco municípios selecionados, 0,46% da população acima de 18 anos possui mais de oito anos de estudo; Cruz das Almas é o segundo maior município em termos populacionais com aproximadamente 59 mil habitantes, PIB de R\$ 862 milhões, IDH 0,72, taxa de pobreza de 12% e 0,51% da sua população acima de 18 anos tem mais de oito anos de estudo. Santo Amaro possui uma população em torno de 58 mil pessoas, PIB de R\$ 691 milhões, IDH 0,68, 15% da sua população são de pobres e 0,44% da população com mais de oito anos de estudos; Cachoeira possui população de 32 mil habitantes, PIB de 449 milhões, IDH 0,68, 0,44% da população com mais de oito anos de estudos e a maior taxa de pobreza, 18%. Amargosa tem por volta de 34 mil pessoas, PIB de R\$ 317 milhões, 0,34% da população possui mais de oito anos de estudo, IDH 0,66 e 16% de sua população é composta por pobres.

Do total de habitantes do Território do Recôncavo, 266.361 são mulheres, ou seja, 51,74%, seguindo o dado nacional. Quanto à cor/raça, 84,60% da população se encontra na categoria negra, dessa 51,56 de mulheres, sendo 84,15% negras.

Segundo Censo 2010 a taxa de desemprego por raça no território, considerando a composição preta e parda para formar a categoria negra, era de 23,48%, contra 8,43 % das pessoas declaradas brancas.

Tabela 4 - Taxa de desemprego: Percentual da população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desocupada – Brasil – 2010

Município	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
Cabaceiras do Paraguaçu	6,59	4,63	6,82	5,03	...	5,09
Cachoeira	8,76	12,02	14,12	11,37	57,81	11,61
Castro Alves	6,21	10,76	11,67	8,46	100	8,93
Cruz das Almas	12,56	14,94	6,97	16,69	16	15,53
Dom Basílio	4,01	-	-	4,63	...	4,2
Dom Macedo Costa	7,05	10,24	...	12,4	100	11,21
Governador Mangabeira	3,66	8,69	-	4,88	...	6
Maragogipe	12,18	9,09	15,91	9,89	...	10,12
Muniz Ferreira	8,93	16,22	-	10,24	...	11,37
Muritiba	14,91	18,14	12,88	16,54	...	16,74
Nazaré	11,41	13,1	7,46	12,15	-	12,21
Salinas da Margarida	7,04	4,62	3,79	6,11	-	5,48
Santo Amaro	14,16	13,63	18,32	12,91	-	13,39
Santo Antônio de Jesus	7,53	10,39	8,57	11,81	-	10,48
São Félix	9,54	14,43	22,32	13,13	-	13,31
Sapeaçu	10,78	8,55	8,33	11,8	-	10,67
Saubara	5,84	11,05	7,18	9,35	...	9,71
Varzedo	5,89	6,75	-	7,79	100	7,24
Total	8,43	12,5	11,7	10,98	11,12	10,73

Fonte: DATASUS_IBGE - Censos Demográficos 2010

Dos dados apresentados do Recôncavo depreende-se a informação de fragilidade social e índices de desempregos elevados na categoria negra, o que reflete na informalidade e busca de formas de geração de renda alternativas ao mercado formal. Outro dado importante é a escolaridade, essa apresenta um percentual de menos de 1% da população com mais de oito anos de estudos, o que acaba refletindo na colocação em vagas de trabalho com boa remuneração.

Diante desses indicadores e na perspectiva de inclusão socioprodutiva da mulher negra é que esta investigação chega à Economia Solidária. Na tentativa de perceber como as relações de trabalho estão postas nestes espaços economicamente produtivos que pregam, a priori, princípios que divergem dos processos hegemônicos de exploração do homem e da mulher e defendem, em tese, o bem viver para todos e todas.

A divisão sexual do trabalho como uma faceta socialmente naturalizada nos grupos de Economia Solidária é delicada, pois impõe às mulheres a execução de afazeres associados ao doméstico e a ocupar posições hierarquicamente subalternas

em grupos mistos, ou nas cadeias produtivas. O impacto dessa divisão atinge diretamente o feminino, uma vez que, mesmo sendo despendida, na maioria das vezes, a mesma carga horária para elaboração e confecção dos produtos, aqueles produzidos por mulheres são menos valorizados no mercado, lhes atribuindo remunerações aquém do justo para com o trabalho dedicado. Somado a isso, o fato de exercer atividades além das postas no ambiente doméstico não assegura à mulher uma relação de equidade na divisão das responsabilidades dos afazeres do lar e da família.

Assim, entendo que os empreendimentos de Economia Solidária, apesar de trazerem algumas dimensões de emancipação da mulher, podem acabar por atuar como reprodutores da opressão de gênero refletida na divisão sexual do trabalho. Caberia, portanto, às Políticas Públicas de Economia Solidária atuarem no sentido de combater o *habitus* aqui explicitado, perseguindo a busca de ~~uam~~ uma sociedade mais justa e equânime, como comungado pelos princípios balizadores da Economia Solidária, ~~aj~~ justiça social, e ~~apela~~ apela lógica da garantia de direitos de equidade de gênero e raça ~~perseguidos~~ perseguidos pelo Estado ~~devem perseguir, em busca de uma sociedade mais justa e equânime.~~

2.2 Os marcadores sociais de gênero, raça e classe nos editais de contratação das executoras do instrumento Cesol

Nas duas últimas décadas vem se ampliando no Brasil a produção de indicadores que permitem analisar as desigualdades de gênero na nossa sociedade. As informações censitárias, quando desagregadas por sexo, evidenciam um fosso por vezes invisibilizado entre as categorias homem e mulher. Ao cruzar as informações desagregadas sexo e mercado de trabalho, por exemplo, se pode obter informações importantes sobre diferenças nas remunerações, carga horária diária de trabalho, qualificação, estrutura familiar etc.

O mesmo ocorre ao se desagregar as informações por raça, essas revelam as desigualdades de acesso e oportunidades destinadas às populações a partir da cor da pele e da etnia. Por meio do cruzamento raça e habitação, por exemplo, é possível identificar qual aquela com maior acesso a ambientes domiciliares seguros e com

maior oferta de serviços públicos, assim como é possível identificar as diferenças quanto ao acesso à educação, mercado de trabalho, cultura, entre outros.

Entre os anos de 2003 a 2015, utilizando-se de informações disponíveis em suas bases de dados, o governo federal concebeu diversas políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de acesso a bens e serviços, incluindo na pauta pública marcadores de gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe, entre outras. Para fazer frente a esses novos olhares sobre a mulher, o negro e a negra e seus papéis na sociedade brasileira, desenvolveu indicadores capazes, em tese, de refletir, direta ou indiretamente, a eficácia e a efetividade das políticas públicas empreendidas na disseminação da equidade com vistas à igualdade.

A função destes indicadores, para além de medir o desempenho das ações executadas pelo Estado, era, e é, identificar, a partir da análise das condições de vida dos seus cidadãos, as necessidades de ajustes ou de pensar novas ações; elaborar atos normativos para atender novas realidades sociais, ou ainda, preencher lacunas existentes; redirecionar as ações que não atingiram as metas desejadas, em tempo esperado e recursos destinados; assim como, sugerir novas formas de abordagens para problemas públicos já identificados.

Servem, ainda, para monitorar e avaliar a implementação de políticas públicas das ações, construir diagnósticos mais amplos e análises mais precisas sobre a natureza das desigualdades, classe social, de gênero, raça, geração, etnia, orientação sexual, entre outras, e como tais dimensões se interseccionam.

Na Bahia, a intersecção de marcadores sociais na formulação de políticas públicas ainda não se reflete nas metas estabelecidas nos planos plurianuais. Apesar disso, entre os anos de 2007 e 2013 o Estado alcançou os melhores índices na redução da pobreza, quando comparado com os demais Estados, tendo retirado mais de dois milhões de pessoas do grupo de pobres e extremamente pobres. A taxa de extrema pobreza da população baiana, também, reduziu naquela época, tendo uma queda de 3,5% no período, e a taxa de pobreza passou de 21,7% para 10,4% (PNAD, 2013). Houve, ainda, um crescimento real de 33,9% na renda média da população baiana, passando de R\$ 837,00 para R\$ 1.121,00 no período.

Destaca-se, além disso, que o rendimento médio, real mensal, de todos os trabalhos, segundo nível geográfico, sexo e situação censitária teve um salto, para homens, de R\$1.071,60 (2006) para R\$1.334,80 (2015) e para mulheres, de R\$870,70 (2006) para R\$1.080,60 (PNAD, 2015).

Como forma de perceber se as metas e indicadores do instrumento de política pública Cesol permitem analisar como a sua atuação incide no enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe, esta subseção se dedicou a revisitar os serviços e indicadores de meta de cada edital (Apêndice A).

Ao estabelecer uma relação entre as metas e indicadores dos editais do Cesol com os marcadores de gênero, classe e raça, evidencia-se não haver, a princípio, e de forma explícita, um direcionamento relacionado a esses marcadores. Importante reafirmar que 51,10% da população da Bahia é constituída por mulheres, dessas 79,3% são negras. No que se refere ao Território de Identidade Recôncavo, a sua população é em torno de 515 mil habitantes, distribuída em 19 municípios, 51,74% é composta de mulheres, dessas, 84,30% são negras. Conforme tabela a seguir:

Tabela 5 - Território do Recôncavo - População por cor ou raça e o sexo – Brasil – 2010

Município	Sexo	Cor ou raça						Total
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração	
Cachoeira (BA)	Homens	1536	6443	308	7102	64	-	15453
	Mulheres	1789	6577	388	7752	67	-	16573
Cabaceiras do Paraguaçu (BA)	Homens	880	2392	108	5157	12	-	8549
	Mulheres	915	2373	95	5385	10	-	8778
Castro Alves (BA)	Homens	1520	2984	83	7617	64	-	12268
	Mulheres	1775	2890	127	8310	38	-	13140
Conceição do Almeida (BA)	Homens	915	2549	60	5179	1	-	8704
	Mulheres	1022	2570	63	5524	6	-	9185
Cruz das Almas (BA)	Homens	3809	7454	252	16119	48	-	27682
	Mulheres	4392	7855	307	18319	51	-	30924
Dom Macedo Costa (BA)	Homens	352	412	7	1125	1	-	1897
	Mulheres	358	431	9	1178	1	-	1977
Governador Mangabeira (BA)	Homens	760	3180	107	5439	11	-	9497
	Mulheres	798	3422	112	5977	12	-	10321
Maragogipe (BA)	Homens	3560	4960	220	12769	7	-	21516
	Mulheres	3731	4669	267	12627	5	-	21299
Muniz Ferreira (BA)	Homens	661	805	24	2190	1	-	3681
	Mulheres	629	800	13	2194	-	-	3636
Muritiba (BA)	Homens	1711	3963	185	7847	20	-	13726
	Mulheres	1869	4157	258	8868	21	-	15173
Nazaré (BA)	Homens	1890	3044	95	8181	15	-	13225
	Mulheres	2048	3111	131	8736	23	-	14049

Tabela 5 - Território do Recôncavo - População por cor ou raça e o sexo – Brasil – 2010

(Conclusão)

Município	Sexo	Cor ou raça						Total
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração	
Salinas da Margarida (BA)	Homens	356	2678	110	3383	27	-	6554
	Mulheres	404	2718	122	3620	38	-	6902
Santo Amaro (BA)	Homens	2110	10942	623	14054	26	-	27755
	Mulheres	2288	11275	788	15654	40	-	30045
Santo Antônio de Jesus (BA)	Homens	9405	10190	313	23011	46	-	42965
	Mulheres	10871	10866	387	25834	62	-	48020
São Felipe (BA)	Homens	1776	2334	111	5855	7	-	10083
	Mulheres	1859	2253	128	5978	4	-	10222
São Félix (BA)	Homens	719	2053	121	3951	38	-	6882
	Mulheres	788	2071	117	4208	32	-	7216
Sapeaçu (BA)	Homens	979	2308	60	4624	7	-	7978
	Mulheres	1047	2397	65	5091	7	-	8607
Saubara (BA)	Homens	406	1939	138	2992	7	-	5482
	Mulheres	432	1999	146	3136	6	-	5719
Varzedo (BA)	Homens	784	808	27	2915	-	-	4534
	Mulheres	819	779	26	2947	4	-	4575
Total	Homens	34.129	71.438	2.952	139.510	402	-	248.431
Total	Mulheres	37.834	73.213	3.549	151.338	427	-	266.361
Total Geral		71.963	144.651	6.501	290.848	829	0	514.792
	%	13,98	28,10	1,26	56,50	0,16	0,00	100,0

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE (Censo 2010).

Tais dados não podem passar despercebidos do pensar da política pública, sobretudo daquelas destinadas a inclusão de pessoas em situação de pobreza, como é o caso do instrumento Cesol, que traz em seu edital a afirmação de que o Cesol por ter:

vocação seminal de abranger objetivos mais ampliados do que os proclamados pela lógica de mercado, aborda a Economia Solidária em uma perspectiva de estratégia de desenvolvimento e de busca de equidade social, para além da acumulação de riquezas e do lucro per si (BAHIA, Edital 06/2018. p. 23).

Nessa perspectiva, no tocante a classe, talvez apareça, não como marcador evidenciado em seus indicadores, mas na composição do público alvo mais vulnerabilizado e que é atendido por outras políticas sociais.

O Programa Vida Melhor lançado através do Decreto n.º 13.167, de 11 de agosto de 2011, que estabeleceu a instituição do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva, tendo este a finalidade de incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, pessoas em situação de pobreza e com potencial laborativo, com vistas à sua emancipação. O programa é direcionado aos baianos na faixa etária de 18 a 60 anos, prioritariamente inscritos no CadÚnico, pertencentes a famílias com renda mensal de zero até meio salário mínimo por pessoa (BAHIA, EDITAL 03/2013. p. 11)

A afirmação da questão de gênero, por sua vez, também não aparece de forma evidente, entretanto, os dados trazidos pelo mapeamento reforçam a participação majoritária das mulheres nos empreendimentos, assim, ainda que não esteja presente, a Política Pública de Economia Solidária tem maior incidência na população feminina.

A raça, mesmo que todos os dados acerca da população da Bahia evidenciem a presença predominante da população negra, tal dimensão não é considerada na formulação dos certames, por conseguinte, não há desdobramentos nos objetivos e públicos alvos desta política.

2.3 Interseccionalidade como método transversal de análise da ação pública de Economia Solidária

Até aqui os dados apresentados trazem como evidência o já conhecido local da mulher negra nos ambientes de trabalho, seu acesso limitado à educação formal, a baixa remuneração associada às atividades laborais desenvolvidas e a discrepância salarial quando comparadas à remuneração das mulheres brancas e dos homens no exercício das mesmas funções.

As trabalhadoras autônomas, ambulantes e informais, como demonstrado, são, em grande maioria, as negras, na medida em que são essas que estão fora do mercado formal de trabalho, racializadas e socialmente abjetas. Estas não se encaixam na construção eurocêntrica de mulher, pelo contrário, são a antítese dessa construção, ocupando, nesta lógica, a posição de não mulher.

No Brasil, o mito da democracia racial que persistiu (e persiste ainda), solidificou a estrutura racista que constitui a nossa cultura social. Para Figueiredo (2017) o movimento negro e as lutas identitárias foram fundamentais para revelar e comprovar as desigualdades sociais do nosso país, nesse sentido, a autora destaca que:

no contexto dos anos 1970, 1980 e 1990, todos os esforços foram realizados com o objetivo de mostrar e comprovar as desigualdades raciais no Brasil e o modo como o racismo impactou as expectativas de vida, o acesso à saúde, à moradia, à educação e a conversão da educação em trabalho e renda, entre outros aspectos da população afro-brasileira (FIGUEIREDO, 2017, p.104).

Assim, categorizar mulheres brancas e negras é, portanto, o ponto de partida para a compreensão das diferenças que se evidenciam ao tratarmos as questões de gênero. Não existe uma entidade chamada mulher, mas existem mulheres: brancas, negras, burguesas e proletárias e negras proletárias, com deficiência, jovens e idosas, indígenas e de diversas etnias. A ideia binária de gênero expressa o sistema impositivo e opressor de colonizadores para com colonizados, a construção universal não cabe para nós brasileiras, não cabe para América Latina e África. E é, neste sentido, que Lugones (2008) oferece a decolonialidade de gênero como um percurso necessário para a construção do entendimento dessas mulheres.

Para a autora a modernidade organiza o mundo, ontologicamente, em termos de categorias homogêneas, atômicas e separáveis, o que leva ao entendimento sob este prisma que:

se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Ela segue o seu pensamento e afirma que ver mulheres não brancas é ir além da lógica *categoria* (grifo da autora) (LUGONES, 2014.p.935).

Para a autora é uma lógica dicotômica, hierárquica e central no pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade.

Ao trazer a dimensão de mulheres, entendendo-as como múltiplas em seus contextos e cosmovisão, a interseccionalidade se revela como método analítico e conceito. Para Crenshaw (2004) a interseccionalidade é a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos da subordinação. Revela o modo como sistemas discriminatórios interagem para criar desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outras.

A metáfora utilizada pela autora supracitada, e que serve de elucidação para o termo, faz analogia à existência de vários eixos de poder – raça, classe, etnia, gênero – e que esses constituem as avenidas que estruturam o terreno social. Tais eixos/avenidas, frequentemente se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções

complexas com dois, três ou, até, mais eixos. As mulheres racializadas, de maneira geral, estão posicionadas em espaços nestas avenidas do terreno social onde quase todos, se não todos, os eixos se cruzam (CRENSHAW, 2002. p. 7).

Por meio do método de análise a interseccionalidade é possível identificar que as desigualdades de gênero são potencializadas e aprofundadas pela raça, classe e outros marcadores sociais que transversalizam à categoria mulher.

As críticas à interseccionalidade, a exemplo da formulada pela Curiel (2017), consideram que o conceito assume a construção de identidades de forma autônoma, e, portanto, categorias de análise separadas – mulher – negra – pobre – lésbica etc., além de, na compreensão da autora, a ação política da interseccionalidade ser liberal, na medida em que Crenshaw (2002) propôs o conceito para o âmbito jurídico. Ou seja, “uma maneira de pressionar o Estado a prestar atenção ao problema das mulheres negras... mulher está em um lado e a negra está em outro, isso numa mesma pessoa, e ainda a pobre está em outro” (CURIEL,2017.p. 116). Nesse sentido, Figueiredo (2017) contextualiza afirmando:

O conceito de interseccionalidade resulta exatamente da iniciativa de mulheres não brancas que assinalavam para uma necessária fragmentação da categoria mulher, tendo em conta, principalmente, as diferenças raciais e de classe. Os conceitos de dupla ou tripla opressão propunham exatamente isso, e é desse modo que Ângela Davis busca interseccionar as categorias de raça, gênero e classe para dar conta das múltiplas opressões. É evidente que a questão racial se coloca como particularmente importante em contextos racialmente estruturados, e o 3 Brasil é um desses casos (FIGUEREDO, 2017.p.106).

Assim, interseccionar, enquanto método, reforçando que não se trata de um protocolo ou modelo sequenciado de análise, é o aguçamento da sensibilidade para observar as categorias que emergem e como estas se articulam na produção das desigualdades.

Portanto, corporificando o método e conceito, se faz necessária a ruptura com o paradigma universalista de mulher adotando abordagens decoloniais⁷, o que Lugones (2014) sugere como feminismo de resistência. Um feminismo que, sob a ótica da autora, possa afrontar as formas de dominação e construir epistemologias em

⁷ Trata-se a decolonialidade de uma abordagem epistêmica desenvolvida por estudiosos latino-americanos e tem como principal referência o Grupo Modernidade/Colonialidade, constituído por Anibal Quijano (2014), Maria Lugones (2014), Claudia Miranda (2017), Maria Antonieta Martinez Antonacci (2015), Nilma Lino Gomez (2018) e outros.

que mulheres que estão no entre lugar, nas fronteiras, que vivam múltiplas opressões possam ter outras oportunidades. O chamamento é para descolonizar o saber e o ser, para dar espaço para um feminismo decolonial.

E é este olhar acurado que torna possível perceber que as fragilidades sociais imputadas às mulheres negras fazem com que estas sejam, quantitativamente, as mais expressivas no trabalho informal e, numericamente, mais significativas nos empreendimentos de Economia Solidária. Essa (re)colocação na esfera produtiva é, em certa medida, contraditória, pois ao tempo em que contribui para autonomia econômica e traz o debate da reprodução humana, do trabalho doméstico e do cuidado, pautados na participação e solidariedade, ele reproduz a divisão sexual do trabalho e as discriminações advindas dela (BONUMÁ, 2015).

São as mulheres negras, que estão na base da pirâmide, que possibilitam através do exercício do trabalho doméstico remunerado, a emancipação das mulheres brancas. Para Hooks (1995) mulheres brancas, assim como homens negros, podem explorar e oprimir a mulher negra; para o homem negro, ainda que seja violentado pelo racismo, lhe é possibilitado, dentro de uma sociedade estruturada no racismo e sexismo, oprimir mulheres negras; por sua vez, mulheres brancas são vítimas do sexismo, mas podem exercer o racismo contra o povo negro; entretanto, as mulheres negras, em qualquer hipótese de socialização, são passíveis de todas as formas de violência - simbólica e concreta.

Desse modo, observar a divisão sexual do trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária sem interseccionar as categorias raça e gênero não traz contribuições efetivas do pensar multidimensional que compõe a categoria “mulher” e, conseqüente percepção do conjunto de opressões que incidem à mulher negra. O não entendimento de que essa, historicamente, é intercortada por marcadores sociais que determinam seus espaços e habilidades de trabalho é, de certo modo, colaborar para a manutenção desta na subalternidade.

Uma das maiores referências do pensar tais questões no Brasil é Lélia Gonzalez, o seu pensamento nos revelou o perverso sentimento compartilhado pela sociedade brasileira de que a mulher negra existe para servir. Servir como a escrava, trabalhadora domesticada, servir para a inicialização sexual e afirmação da virilidade masculina, heteronormativa e branca; servir com mãe preta, a que cria a prole dos padrões enquanto a branca trabalha (BAIRROS, 1995).

Gonzalez, também, mostra um contraponto a partir das reflexões acerca das

experiências individuais vivenciadas por muitas mulheres negras, trazendo a resistência, enquanto característica sublimar. São, em sua maioria, as mulheres negras as principais lideranças nas religiões de matriz africana; são elas que enfrentam com altivez a violência cotidiana exercida pela lógica predominante de segurança pública; são as chefas das famílias de maternidade solo; são as grandes matriarcas que cuidam das gerações que chegam. Em síntese, são estas práticas que revelam a fortaleza das mulheres negras no processo social.

Nesse sentido, as múltiplas experiências vivenciadas por elas, exigem uma plataforma conceitual enegrecida e não eurocentrada, que consiga articular, sem hierarquizar, os marcadores sociais que as cortam, como uma lança. A intersecção dos marcadores sociais é o que mostra as diferenças nas experiências femininas.

Ao pensar nas relações de trabalho, uma mulher negra, não alfabetizada, periférica, sofrerá múltiplas opressões vindas de vários eixos. Assim, esse corpo negro estará submetido a múltiplas opressões e vulnerabilidades, a exemplo dos trabalhos com baixa remuneração e sem proteção social. Ela é obrigada a negociar o “tráfego⁸” que flui através dos cruzamentos, e tal negociação determina a sua sobrevivência.

O impacto vindo de um fluxo pode leva-la para um caminho de fluxo contrário, por exemplo, a não alfabetização decorrente do racismo estrutural da sociedade brasileira, a direciona ao trabalho pouco qualificado e com baixa remuneração. Outras vezes as colisões são simultâneas e os danos são resultados delas, por exemplo, o encarceramento decorrente de pequenos furtos ou “tráfico” de substâncias ilícitas, resultado do racismo, da pobreza a qual foi submetida, e da utilização do seu corpo para a comercialização das “drogas” recreativas, utilizadas pela classe média.

A interseccionalidade é, portanto, segundo Figueiredo (2017), resultado da iniciativa de mulheres não brancas, que assinalavam a necessidade da fragmentação da categoria mulher, levando em consideração as diferenças raciais e de classe para dar conta das múltiplas opressões vividas por mulheres racializadas. Davis (2016) intersecciona raça, gênero e classe para evidenciar as opressões historicamente

⁸ - Entendo por tráfego a metáfora de encontro de avenidas proposta por Crenshaw (2002) em que “vários eixos de poder (raça, etnia, gênero e classe) constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, económicos e políticos através dos quais as dinâmicas do desempoderamento se movem e se cruzam simultaneamente. [...] As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em espaços onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias...” (CRENSHAW, 2002, p. 7).

imprimidas às mulheres negras e que essas são resultado de processos discriminatórios que persistem desde a escravização.

É importante ressaltar que a interseccionalidade não dispensa o histórico do feminismo branco, mas demarca que esse último não nos serve como único marco teórico para pensar as mulheres negras e o conjunto de opressão que a nós recai. Foi o patriarcado que definiu os gêneros e, com ele, o sistema de opressão contra a mulher, mas foi a subjugação da raça negra pela raça branca que amalgamou o racismo e possibilitou a fundação dos pilares do capitalismo.

O racismo é o nascedouro da coisificação do povo negro e estruturação da sociedade moderna e, aliado ao patriarcado, retirou a mulher negra do conceito europeu de mulher, relegando às mulheres negras o não lugar, o não feminino. A essas mulheres foi negada, inclusive, a pecha do “quase mulher”, visto que ao homem negro é atribuído o local do “quase homem”, dentro de uma concepção eurocêntrica de masculinidade.

Ao dizer isso e perceber que os exemplos citados se tratam de fatos reais percebidos ao longo da minha adolescência, enquanto moradora de um bairro periférico da cidade de Salvador, concordo com Akotirene (2018) ao afirmar que a interseccionalidade é um sistema de opressão interligado, que não há, e não pode haver, hierarquização, comparação ou soma matemática para determinar as opressões vividas pelas mulheres negras.

Quanto antes, se trata da análise das condições estruturais que atravessam essas mulheres, das posições objetivas e subjetivas que significam esses corpos, corpos modelados pela estrutura social; estrutura essa que estabiliza as opressões como se natural fossem, atribuindo ao corpo negro feminino, impositivamente, identidades poucas vezes contestadas: a trabalhadora doméstica; a preta gostosa; a resistente; a não escolarizada; a “mulher de bandido”; a não mulher – entendendo mulher como um conceito cis/hetero/branca/ eurocentrada.

As opressões vividas pelas mulheres negras determinam o ponto de vista delas sobre o mundo, elas diferem do que é ser “mulher”, construção europeia e uníssona que não lhe cabe, ela também não é homem, nem mesmo o homem negro, elas são o resultado das próprias experiências, o resultado de uma resistência que somente a elas coube.

Então, como incidir nestes espaços de opressão se não lhes dando as vozes, se não observando as opressões vividas, numa perspectiva interseccional? Nesse

sentido, as reflexões sobre as experiências pessoais são necessárias, pois os sistemas de opressão incidem de forma diferenciada. Cada mulher negra, a partir das próprias experiências, consegue reconstruir o processo de vida que a levou ao ponto que chegou. Muitas são as limitações impostas e a necessidade de resistir.

A pesquisa aqui realizada se sustenta no conceito de interseccionalidade para dar vozes a estas mulheres racializadas, atuantes nos grupos de Economia Solidária, que, devido ao processo de exclusão, determinado estruturalmente pela raça, gênero, classe, e outros marcadores, as conduziram à atividades laborais demarcadas pelo sexo. Defende a interseccionalidade enquanto método necessário para a construção, implementação, execução e avaliação de instrumentos da ação pública voltada para a inclusão socioprodutiva por meio da Economia Solidária.

3 MULHERES NEGRAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: *MULHER, E TRABALHO E SER NEGRA*

*A vida tem sido água
Fazendo caminhos esguios
Se abrindo em veios e vales
Na pele leito de rio
Contemple o desenho fundo
Dessas minhas jovens rugas
Conquistadas a duras penas
Entre aventuras e fugas
Observe a face turva
O olhar tentado e atento
Se essas são marcas externas
Imagine as de dentro
(Na pele – Elza Soares e Pitty)*

A Economia Solidária, como já demonstrado, se apresenta como uma forma de geração de trabalho renda, utilizando-se de valores sociais estabelecidos em determinados espaços. Ao tempo em que os empreendimentos ofertam tais possibilidade da renda, eles não conseguem garantir seguridade e mobilidade social para os indivíduos neles envolvidos.

Ao problematizar as mulheres negras nos espaços de Economia Solidária busco, inicialmente, evidenciar o porquê de estas mulheres aparecerem com frequência nos grupos. Problematizo, também, as tipologias de produção e sua relação com a valoração econômica dos produtos ofertados, que são, ao cabo, o fruto do trabalho.

Ao pensar nos papéis por elas desempenhados nos espaços laborais, é importante destacar inicialmente que, enquanto princípio, a economia solidaria se pretende o enfrentamento das opressões, na medida em que sugere a justiça social como caminho.

Entretanto, para que o entendimento dos papéis aconteça, é preciso que, ao estabelecer a relação da Economia Solidária com a política pública de inclusão produtiva, esteja em seu repertório o entendimento que: em uma sociedade patriarcal o acesso à renda proporciona autossuficiência econômica, mas não a libertação da mulher; uma vez entendido que o sistema é construído para subalternizar a mulher, o trabalho é um reproduzidor do patriarcado, portanto, ao imprimir enquanto alternativas produtivas para essas mulheres a reprodução do espaço doméstico, não se caminha

para um efetivo enfretamento do patriarcado e conseqüente libertação da mulher, e; por fim, a necessidade de romper com a construção universal de mulher, entendendo que elas trazem consigo repertórios de vida e de opressão que determinam o seu local nos espaços laborais.

Ao observar, não mais a “mulher”, mas “as mulheres”, é possível verificar que nas encruzilhadas da interseccionalidade são as mulheres negras que são intercortadas pela opressão de raça, gênero e classe. Neste sentido, o enfrentamento a essas opressões requer um repertório de saberes, ora proposto nos processos formativos do instrumento Cesol, ora nas vozes das mulheres, que possibilite espaços de escuta e reverberação das suas falas.

Esta seção se destina a revelar, a partir dos dados empíricos, como a política pública de Economia Solidária vem contribuindo, ou não, para a reflexão dos papéis desempenhados pelas mulheres negras nos empreendimentos de economia, tendo como recorte o instrumento Cesol do Recôncavo, e, portanto, os grupos produtivos por ele atendidos. Apresenta ainda de que forma a política pública prepara essas mulheres negras para uma próxima etapa que chamarei, aqui, de autossuficiência consciente, que seria: a compreensão de que, ao se carregar os estigmas das opressões de gênero, raça e classe o conhecimento aliado à renda e às práticas solidárias pode contribuir com processos de transformação social.

3.1 Percurso e aspectos metodológicos

Como já afirmado, iniciar esta pesquisa foi uma retomada a questões que me inquietaram ao longo da minha vivência na gestão de políticas públicas. Observar, quando em atividades de campo, a participação quase que majoritária das mulheres nos empreendimentos visitados, perceber que os papéis executados por essas mulheres, em certa medida, se confundiam com os serviços desenvolvidos nos espaços domésticos, me colocava em reflexão. Ter a oportunidade de, junto com uma equipe de militantes da Economia Solidária, fincar os marcos da Política Pública de Economia Solidária foi um grande, prazeroso e trabalhoso desafio.

Nesse sentido, o meu percurso metodológico se inicia com a revisão do meu objeto, e, conseqüente, revisão bibliográfica aliada a este, análise documental e definição dos instrumentos da pesquisa. Ainda quando na seleção do mestrado, o objeto, inicialmente delineado, resultava da minha experiência na Sesol e inquietação

quanto à inexistência de indicadores efetivos de mensuração da eficiência e eficácia da Política Pública de Economia Solidária, assim, pretendia a sua análise, a partir do estudo de caso dos Cesol. Na primeira orientação, fui apresentada ao percurso metodológico e teórico para a realização de um estudo, dessa natureza, para um instrumento de política pública recente e sem temporalidade efetiva de mensuração dos seus impactos a curto prazo.

Se ter a visão do quão trabalhoso, e quase impossível, seria um estudo dessa magnitude no mestrado foi desolador, por outro lado, fui apresentada à outras perspectivas de pesquisa que manteria a Política Pública de Economia Solidária como foco investigativo, mas com uma vinculação àquilo que me constitui como gente: mulher preta. Foi neste caminho de busca que fui apresentada à teoria da interseccionalidade e me aprofundei no feminismo negro para lançar um novo/antigo olhar às mulheres que atuavam na Economia Solidária e suas respectivas atividades produtivas. Cheguei, então, ao problema da reprodução da divisão sexual do trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária.

A definição do novo objeto me possibilitou a inserção da Sociologia da ação Pública e a Teoria da instrumentalização, reforçando o Cesol como o principal instrumento da Sesol; com capacidade de me oferecer o ambiente de observação das dimensões de raça, gênero e classe nas tipologias de produção dos empreendimentos de Economia Solidária atendidos.

Assim, definido o objeto, a revisão bibliográfica se centrou nas teorias que sustentam este trabalho dissertativo: Política Pública; Economia Solidária; Gênero e Divisão sexual do trabalho; Interseccionalidade, raça e patriarcado. Concomitantemente à revisão bibliográfica, realizei a revisão documental, tendo verificado .

O passo seguinte foi definir o recorte da pesquisa. A escolha pelo Cesol do Recôncavo, como já relatado, se deu em função da sua relação com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, através da INCUBA/UFRB, o que facilitaria o meu acesso a informações e idas à campo, a quantidade expressiva de empreendimentos com o perfil que me possibilitaria pesquisar raça: devido à quantidade de grupos em comunidades quilombolas; gênero: expressiva participação de mulheres negras nos grupos atendidos; e, por fim, a divisão sexual do trabalho: diversificação de atividades produtivas. Com o *lôcus* definido, a elaboração do instrumento da pesquisa foi feito na sequência.

Desde o início, a decisão pela pesquisa qualitativa já se mostrava como o caminho metodológico a ser percorrido. Ao me propor a verificar experiências vivenciadas por mulheres negras na Economia Solidária busquei analisar, à luz da interseccionalidade, a reprodução do fenômeno da divisão sexual do trabalho na política pública de Economia Solidária Cesol; o que Mendes (2006) apud Câmara (2013, P.181) considera como a “demonstração lógica das relações entre conceitos e fenômenos com o objetivo de explicar a dinâmica dessas relações em termos intersubjetivos”. Para Gaskell (2002, p. 65), a pesquisa qualitativa:

fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

Somando-se a isso, Godoy (1995) acrescenta que a pesquisa qualitativa:

Não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o instrumento primeiramente construído deu conta de trazer, nas falas das mulheres, os elementos que poderiam contribuir para os objetivos gerais e específicos da investigação. Assim, delimito o instrumento em duas seções distintas, a primeira contendo questões fechadas e a segunda com questões abertas.

Após contribuições da banca no exame de qualificação dessa dissertação, o instrumento foi reformulado, sendo retiradas as questões fechadas, de modo a priorizar a livre fala das mulheres, a partir de quatro questões chaves.

O passo seguinte foi encontrar, junto a equipe do Cesol Recôncavo, os grupos que atendessem o perfil delimitado por esta pesquisa: empreendimentos constituídos exclusivamente, por mulheres; e com tipologias de cadeias de produção distintas. Outro critério que surgiu, após reunião com a equipe do Cesol, foi da representatividade territorial, assim, na medida do possível, busquei identificar grupos

de municípios distintos. Assim, do total de 66⁹ empreendimentos, cadastrados até novembro de 2019, período da reunião com a equipe do Cesol, foram escolhidos os cinco grupos para a realização das entrevistas.

A leitura dos cadastros CadCidadão trouxe informações que me apresentaram um “retrato” do empreendimento, antes da ida à campo, para realização das entrevistas. As principais informações foram sistematizadas e apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Características dos empreendimentos selecionados atendidos pelo Cesol Recôncavo

EES*	Zona	Tipo	Tipologia	Quantidade de membros	Comunidade tradicional	Beneficiárias de programas de transferência de renda
A	Urbana	Associação	Costura	15	Não	Não
B	Urbana	Grupo	Artesanato	5	Não	Não
C	Rural	Associação	Alimentação	7	Quilombolas	Bolsa família e aposentadoria
D	Rural	Associação	Mariscagem	8	Quilombolas Marisqueiras	Bolsa família e aposentadoria
E	Rural	Associação	Artesanato e confecção	8	Povo de Terreiro	-

Fonte: Formulários CadCidadão dos empreendimentos/ CESOL Recôncavo – 2019 (Elaboração própria)

Nota: *Empreendimento de Economia Solidária

Os grupos escolhidos a partir das tipologias de produção se vinculam, em tese, ao definido pela teoria da divisão do trabalho, pois, suas atividades estão circunscritas nos espaços delimitados culturalmente para o feminino. São atividades que, no geral, reproduzem o espaço doméstico e com pouca valoração social e econômica.

Por escolha metodológica e de representatividade, os grupos escolhidos possuem tipologias distintas, de modo a refletir as matrizes produtivas da Economia Solidária no recôncavo baiano, a saber: artesanato em tecido e bordado, confecção de bonecas, aproveitamento de frutas, mariscagem e atividades produtivas ligadas a terreiros de candomblé, sendo esse último não realizado em função das dificuldades de contatos durante o período pandêmico, iniciado em março/2020, quando a pesquisa de campo estava em processo de conclusão.

⁹ Informações síntese dos empreendimentos atendidos pelo Cesol Recôncavo em tabela contida em Apêndice B.

Tendo feito o retrato dos grupos, iniciei o processo de agendamento das entrevistas. Nesse processo, deparei-me com a situação de produção de final de ano de 2019 dos empreendimentos e participação desses em dois grandes eventos de comercialização promovidos pelo Governo do Estado para beneficiar grupos de Economia Solidária e agricultura familiar, eventos que se estenderam de 28 de novembro a 23 de dezembro. Desse modo, foi necessário postergar as entrevistas para início de 2020, e, que, por solicitação das representantes contatadas, voltasse a entrar em contato a partir de fevereiro.

No início de fevereiro retomei o contato, conseguindo marcar com o **grupo A** em local definido por elas. No primeiro encontro apenas três associadas compareceram, sendo uma delas a presidente, pessoa que falou com muita propriedade e que, de certa maneira, centralizou nela a conversa. A entrevista assumiu o formato de roda de conversa, nela, segundo Mello *et al.* (2007), as discussões seguem em torno da temática, e, no processo dialógico, as pessoas podem apresentar suas considerações, ainda que, em determinados momentos, sejam contraditórias.

As questões levadas não foram abandonadas, elas serviram como orientadoras na condução da conversa. O encontro levou cerca de 1h30, e foi gravado, com autorização das participantes. Marcamos o segundo encontro para o final de semana seguinte, com o objetivo de possibilitar a participação de mais associadas, seria dia de feira de artesanato no município, o que facilitaria o encontro com as demais.

No segundo encontro estiveram presentes, além da presidente, outras duas associadas, essas não estavam muito disponíveis para a entrevista, de modo que dei sequência à primeira reunião, sendo estabelecida, mais uma vez, uma roda de conversa. As condições espaciais não favoreceram o desenvolvimento da conversa, devido ao som alto que vinha de um autofalante, fixado em um poste nas proximidades, não foi possível gravar a conversa, que durou cerca de 40 minutos, mas foram feitas algumas anotações sobre a relação das associadas com a presidenta.

Nesse segundo encontro foi possível confirmar o papel de liderança da presidenta, inclusive sua desenvoltura junto aos clientes no momento das vendas. Ela falava com muita propriedade das suas peças, fazendo um resgate cultural e de identidade local. Ela sugeriu que eu aproveitasse o momento para conhecer outro grupo que estava participando da feira, que era do território e que, também, era

atendido pelo Cesol. Assim, fui levada até a barraca e apresentada à representante do **grupo B**, grupo de artesanato da cidade vizinha.

Essa indicação foi um adendo ao método definido para escolha dos grupos, uma espécie de “bola de neve”, que é uma técnica de amostra, não probabilística, utilizada em pesquisas sociais em que entrevistados iniciais indicam novas pessoas para serem entrevistadas (BALDIN, 2011).

Neste caso, a aceitação da indicação se deu em função do grupo sugerido atender aos critérios da pesquisa, além de ter se revelado uma boa oportunidade de conhecer um grupo em um momento de interação social, como é o caso da comercialização. Essa indicação fez com que o grupo, inicialmente selecionado, fosse substituído, contudo, mantiveram-se os critérios e acesso ao CadCidadão deste.

Agendamos para o dia seguinte, e, para sairmos do espaço da feira, que continuou durante a semana, fomos a um local de comercialização onde elas expunham seus produtos. A conversa com o **grupo B**, também foi centralizada em sua representante, tendo em vista o número de participantes, três, e a centralidade da fala na líder, a entrevista se comportou, mais uma vez, como uma roda de conversa. O diálogo foi mais longo, cerca de 2h20, visto que a representante trouxe outros elementos importantes para análise da pesquisa. Assim como a conversa com o **grupo A**, esta também foi gravada, mediante assinatura de termo de consentimento das participantes.

Após os festejos carnavalescos consegui agendar com o **grupo C**, porém, a chegada ao empreendimento foi mais difícil, pois ele se situa em uma comunidade da zona rural, e com acesso em estrada de barro. A reunião foi marcada para o final da manhã, momento em que as participantes do grupo poderiam me atender. Antes da reunião iniciar a presidenta da associação me levou para conhecer a área comum do cultivo de frutas e hortaliças, depois seguimos para a unidade produtiva, onde aguardamos a chegada das demais.

A reunião contou com a participação de quatro associadas, mais uma vez, a roda de conversa se mostrou a técnica mais adequada. De forma natural, a presidente comentou os pontos abordados na entrevista, acenando, vez ou outra, para as demais para que se manifestassem também. O encontro, no total, levou cerca de 3h.

Na sequência, o agendamento com o **grupo D** enfrentou dificuldades de comunicação devido às limitações enfrentadas na comunidade no que tange à disponibilidade de sinal da operadora de telefonia móvel que cobre a região. Assim,

iniciamos nosso diálogo por meio de troca de mensagens em aplicativo e, quando consegui estabelecer uma relação de confiança com a representante do grupo, marcamos a visita. Era início de março e desloquei-me de Salvador para Cachoeira, local onde um veículo oficial me levaria ao município sede da comunidade em que eu deveria chegar. Porém, por motivos logísticos, o veículo não pode ir e eu fiquei impossibilitada de seguir viagem e sem conseguir desmarcar com o grupo, devido os problemas de comunicação citado.

Por sorte, era um dia de produção, e as associadas estariam na sede, independentemente da minha agenda. No final da noite a presidenta da associação entrou em contato me tranquilizando e remarcando o encontro para o final de semana seguinte. Uma semana após o advento da pandemia ocasionado pela COVID-19, foi decretada a quarentena no estado da Bahia, impactando na manutenção das agendas, em função das medidas restritivas adotadas pelos governos. Com essas medidas, e em respeito às comunidades e decretos municipais de barreiras sanitárias, o meu campo foi paralisado, fazendo com que alternativas se revelassem para dar prosseguimento à pesquisa.

A retomada com o **grupo D** se deu em pleno processo pandêmico e, de conseqüente isolamento social. A primeira estratégia delineada para a realização da entrevista foi a utilização de uma ferramenta de reuniões on-line, contudo, a instabilidade no sinal de internet e complexidade de utilização da ferramenta, por parte das mulheres, demonstrou a fragilidade da estratégia.

Assim, como forma de manter a proposta inicial de diversificação de tipologia de produção, utilizei um aplicativo de mensagens, nele, a entrevista foi realizada com a presidenta da associação, em tempo real, sendo os áudios gravados, mediante autorização concedida, verbalmente, e enviada, para posterior transcrição.

Ainda busquei realizar a entrevista com o **grupo E**, mas as tentativas foram frustradas.

O terreiro se localiza na zona rural, fora do alcance da antena de transmissão. Assim, em função dos limites trazidos pela pandemia, o campo ocorreu com quatro dos cinco grupos selecionados.

Com a realização deste caminho empírico, coube definir a técnica para a análise dos dados obtidos com as entrevistas; tendo sido escolhida a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Seguindo o que orienta a referida autora, que apresenta quatro fases de condução, iniciei com a organização, que se subdividiu em: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados brutos e interpretação desses resultados.

Após o procedimento de transcrição das falas, obtidas nas rodas de conversa, realizei a leitura dos documentos brutos a fim de criar familiaridade com o conteúdo, a partir daí, como em um processo de costura em que se aparam as arestas, fiz a escolha do material que compôs o *corpus* da análise de conteúdo.

Com a confecção de um quadro, trouxe os objetivos da investigação, de modo a relacioná-los às falas, buscando o alinhamento com as teorias, aqui trabalhadas, para possibilitar tratar os resultados da análise.

De modo manual, fiz os recortes nos textos e os agrupei em unidades comparáveis de categorização para análise, sendo elas: escolha da tipologia de produção; gênero e trabalho; percepção de gênero; percepção de raça; colaboração do Cesol na reflexão dos papéis de gênero; ganhos simbólicos, e; outros apoios do Cesol.

Após a visão do todo, transpus o quadro para o formato digital (Apêndice C). Seguindo esse percurso, as falas “brutas” foram transformadas em textos e mantidas agrupadas por categoria para a realização da interpretação dos resultados.

A fim de preservar os grupos e manter o sigilo das entrevistadas, como sinalizado na introdução, os empreendimentos foram apresentados como Grupo A – Mulher 1; Grupo B – Mulher 1; Grupo C – Mulher 1, e; Grupo D – Mulher 1. Convém salientar que esses se situam em municípios distintos do Território do Recôncavo, de modo a manter a representatividade territorial. Passo, portanto, à descrição dos empreendimentos entrevistados.

3.2 Quem são e com o que trabalham as mulheres negras na Economia Solidária – participantes da pesquisa

A partir das entrevistas realizadas foi possível conhecer os motivadores e histórico dos grupos pesquisados. Esses históricos revelam caminhos distintos que as levaram ao campo do associativismo; não sendo, necessariamente, a geração de renda, o principal motivador para a organização coletiva da produção, apesar da variável econômica ser um dos motivos para a permanência das pessoas no grupo.

De maneira geral, o perfil das associadas foi descrito como de mulheres com as vidas voltadas aos cuidados para a família, com pouco acesso à educação formal e com domínio nas atividades por elas desenvolvidas nos empreendimentos. Todos os grupos pesquisados tinham as mulheres mais velhas enquanto representantes, percebendo-se que elas sempre exerciam a primazia da fala. Via de regra, o papel de liderança não me pareceu ser impositivo, mas acatado entre as associadas, na medida em que reconheciam, naquelas senhoras, a sabedoria de vida e domínio das técnicas empregadas na produção e importância comunitária.

O Grupo A, pertencente a cadeia produtiva da costura, surgiu em 2014 a partir de uma ação do extinto Instituto de Artesanato Visconde de Mauá¹⁰, que incentivou, a partir de um curso **de utilização de retalhos de tecidos, a formação de um grupo produtivo**. A decisão pelo formato de associação foi resultado de muitas conversas entre as hoje associadas, tendo maior peso para decisão ser este o modelo menos burocrático.... a gente foi ver a viabilidade de cooperativa ou associação, a gente percebeu de que a associação era mais prática, ou seja, era *menas* burocracia, e aí a gente formou essa associação. Um mês depois que a gente formou surgiu o top 100 do SEBRAE... ficamos no duzentos desse top 100, porque a gente na época não tinha nada mesmo, mas só tinha a cara e a coragem, um monte de mulher **doida pra poder começar um trabalho...** daí pra cá a gente foi se organizando (Mulher 1- Grupo A).

O grupo é institucionalizado e devidamente legalizado, o que permite participar de editais de apoio à produção artesanal, bem como ser convidado para feiras e rodadas de negócios organizadas por entidades apoiadoras. A associação tem 15 (quinze) mulheres que participam ativamente, sendo a remuneração realizada por produção. A idade das associadas varia dos 45 aos 70 anos, todas possuem a renda familiar principal dos maridos, sendo estes os responsáveis pelo sustento da casa,

¹⁰ Instituto de Artesanato Visconde de Mauá – Autarquia do Estado da Bahia criada em 1966, inicialmente, com o objetivo de ofertar cursos de artesanato, passando a ser responsável por executar a política de desenvolvimento do setor artesanal na Bahia em 1983. A autarquia foi extinta em 2015.

apesar de terem aposentadoria, e consideram a renda advinda da produção como um complemento.

Do ponto de vista da definição pela tipologia de produção, observa-se não haver discussão, previa, sobre possibilidades outras, que não a costura e o bordado, sendo essas consideradas as habilidades das associadas.

Assim, evidencia-se que a constituição do grupo se deu a partir dos estímulos de agente externo e não pela identificação de necessidades percebidas pelas mulheres envolvidas. Outro fator importante foi a participação delas em um concurso e, nele, terem tido o reconhecimento do trabalho realizado, o que despertou nelas a intenção de seguirem adiante, não havendo, inclusive, momentos de debates sobre quais outros tipos de produção elas teriam afinidades.

O **grupo B** foi idealizado pela atual coordenadora do empreendimento. A partir de interesses pessoais e motivada em fazer um tipo de artesanato que trouxesse consigo um resgate cultural, ela buscou cursos on-line após ter contato com o histórico de uma boneca que estava intimamente ligado à diáspora negra. Ao dominar a técnica, passou a ministrar, de forma voluntária, cursos e oficinas em escolas públicas para contribuir com o debate da autoestima e valorização de crianças negras. Ao perceber que a técnica cumpria, também, um papel terapêutico, ensinou a sua mãe, uma senhora de cerca de 80 anos, que passou, a partir da confecção das bonecas, a rememorar coisas do passado e infância dos filhos.

A história da boneca me interessou muito, a partir dela dá pra gente trabalhar outras temáticas, até o **fortalecimento da cultura popular brasileira, até as questões raciais e gênero**. Aprendi a fazer a boneca pela internet e aí deu muito certo quando botei para comercialização. Meu grupo tem uma idosa de 85 anos que é minha mãe quem foi a primeira pessoa junto comigo a produzir. Quando ela começou a produzir as bonecas eu dei muito material e ela fez na casa dela[...] eu percebi que quando ela começou a fazer as bonecas vieram alguns resgates de memória que eu achei muito interessante ela começou a lembrar coisas que ela fazia para dar aos filhos, minha mãe tem 10 filhos (Mulher 1 - Grupo B).

Em uma festa popular que ocorre na cidade, as bonecas produzidas foram vendidas em sua totalidade, sobretudo, para pessoas adeptas ao candomblé, que passaram a fazer encomendas. Foi com o aumento da demanda que surgiu a necessidade de organizar um grupo produtivo, sendo convidadas duas jovens que participaram de um dos cursos e vislumbraram a possibilidade de complementação da renda, além da cunhada da idealizadora. O grupo conta com cinco associadas e ainda não se formalizou. A renda auferida com a comercialização é distribuída por

produção, e muitas encomendas são feitas por meio de perfis do grupo em redes sociais.

Ao observar os motivadores para a organização do grupo, é possível perceber que o atendimento à demanda de comercialização foi o eixo central para a busca de outras mulheres, ainda que a escolha pela tipologia de produção tenha caráter sociocultural. A dimensão econômica é importante para o empreendimento, entretanto, a subjetividade e o caráter lúdico também.

A solidariedade familiar é a tônica do grupo, ainda que duas das associadas não sejam da mesma família. Uma dimensão apontada como delicada é o fato da produção ser realizada nas casas, o que dificulta estabelecer a separação do espaço doméstico do ambiente de trabalho. Esse fato, nas palavras da entrevistada, acaba ocasionando desentendimentos com os respectivos maridos, que apesar de respeitarem a decisão de fazerem parte do empreendimento, consideram ser “perda de tempo”.

O **grupo C** surge da percepção da atual presidenta de que havia muito desperdício de frutas em sua comunidade e que, por outro lado, de forma contraditória, existia a permanência de condições econômicas muito fragilizadas. Na ocasião, ela foi convidada a integrar o corpo diretivo da associação de moradores da comunidade e desafiada a montar um grupo produtivo na associação. Neste momento, ela percebeu a oportunidade de realizar o desejo de reduzir o desperdício das frutas e gerar renda para o quilombo. Como ela produzia doces com parte das frutas que iam para o lixo, utilizou-se desses quitutes para convencer os demais associados a autorizarem a construção de uma unidade de beneficiamento de frutas no terreno da associação; para tanto, levou em uma das reuniões os docinhos por ela preparados e informou que eles tinham sido feitos com as frutas que havia catado nos quintais dos vizinhos. Após a oferta do doce e aprovação dos presentes, ela apresentou a proposta de criação da unidade produtiva, que foi aceita.

Lá no Natal da associação teve eleição e foi me dado o lugar das mulheres. E aí foi aonde que eu recebi o convite para a gente criar um grupo para produzir, e aí eu já fazia os docinhos em casa, **eu levei doce de caju aí eu falei do desperdício e que podíamos criar uma unidade para aproveitar as frutas.** E aí a gente começou, a gente não tinha nada, meu Deus o que é que eu vou fazer? A gente fez um festival e a pediu a comunidade um quilo de uma coisa aquilo de outra coisa outro dava coisa e a gente produziu. E aí o dinheiro que a gente fez, acho que foi mil e poucos reais, aí a gente comprou o liquidificador, comprou as panelas e foi comprando as coisas para produzir.

Foi aí que foi começando então aí a gente deu continuidade (Mulher 1- Grupo C).

A partir deste ponto, ela passou a convocar pessoas para a produção e a mobilizar parceiros externos que pudessem apoiar na construção da cozinha. Sabendo do interesse de uma grande rede de supermercados em apoiar iniciativas econômicas em comunidades quilombolas, elas foram em busca de apoio, à época, uma entidade de fomento tomou ciência da movimentação das mulheres e se dispôs a escrever o projeto. Elas foram beneficiadas com a construção da unidade e aquisição de alguns itens para montagem de uma cozinha de porte semi-industrial. A associação foi legalizada e comercializa, além dos doces, polpas, sorvetes, biscoitos, bolos e hortaliças orgânicas produzidas no quintal da unidade produtiva. O grupo tem oito mulheres e a renda ganha é dividida por todas.

Seguindo o delineamento dos empreendimentos pesquisados, passo a descrever o **grupo D**, que tem como principais atividades a mariscagem e cultivo de ostras. A atividade desenvolvida pelo grupo é muito comum no quilombo, as participantes da roda de conversa não souberam responder, precisamente, quando começaram a mariscar, o que leva a inferir que desde a infância são, ou eram, inseridas na prática laboral.

Segundo a presidente da associação, elas percebiam o ciclo de exploração que estavam submetidas, mas não conseguiam escoar a produção se não por meio dos atravessadores. Esses compravam os pescados da comunidade a preços abaixo do valor de mercado e revendiam a preços mais altos, ficando com o lucro que poderia ser das marisqueiras e pescadores.

[...] as meninas *mariscava* todos os dias, umas *mariscava* sururu, outras tiravam Ostra, cada qual tinha o seu freguês para poder entregar suas mercadorias mas a gente sentia que a gente trabalhava para dar na mão dos atravessadores, a gente mariscava dava duro e eles é que davam valor. A gente lavava escaldava e ele dizia que só podia dar *tanto* e a gente não podia dizer que era mais porque se a gente dissesse que era mais caro eles diziam que os atravessadores que eles entregavam em Salvador não ia querer por aquele preço... *não sei o que...* ficava naquilo (Mulher 1- Grupo D).

A associação surge incentivada por agentes externos vinculados à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que, após captação de recursos junto a financiadores, chegaram à comunidade com um projeto de organização da produção e comercialização dos mariscos. Foram realizadas reuniões para apresentação do

projeto, segundo as entrevistadas, algumas pessoas aderiram, elas viram na proposta a possibilidade de se livrarem dos atravessadores. A partir de então, muitos encontros formativos foram realizados até a formalização da associação.

A comunidade, em que se sedia o empreendimento, vem de experiências associativas que precedem a formação do grupo. Segundo a presidenta da associação, o fato de estarem afastados da sede do município fez com que eles assegurassem a sobrevivência de todos a partir do que era ofertado pelo mar. A prática da pesca de rede foi um dos exemplos de atividade coletiva por ela citada. A tessitura social, os laços de solidariedade, a busca por soluções coletivas, favoreceram a organização do empreendimento.

Ao estabelecer o diálogo do observado na prática com a economia popular solidária, depreende-se que o empreendimento conseguiu impactar as condições de vida da comunidade, promovendo transformações que foram além do econômico, ainda que esse esteja presente e relatado como aquém das expectativas. Pontuo, neste sentido, o reconhecimento da atividade da maricultura, que possibilitou, dentre outros avanços, o acesso à políticas públicas relacionadas ao defeso e, agora, segue para o reconhecimento de terras quilombolas.

Quanto a aderência ao projeto do empreendimento e participação dos moradores, o empreendimento iniciou as atividades em 2015, com 30 mulheres e o direcionamento para o cultivo de ostras foi resultado do processo de formação para a criação do grupo. Com a formalização da associação elas receberam, a título de doações, todos os equipamentos, fardamento, bem como a estrutura física.

Com as dificuldades de comercialização regular, agravada com o fenômeno da maré vermelha em 2016, somado ao desastre do derramamento¹¹ do petróleo em 2019, parte das associadas saíram do grupo, de modo que, atualmente, apenas oito mulheres seguem na atividade do cultivo de ostras. Convém ressaltar que a mariscagem e a pesca artesanal são as principais fontes de renda da comunidade.

Observa-se que, em que pese o grupo ter sido organizado a partir de iniciativa da Universidade, a maricultura artesanal já era atividade de trabalho e geração de renda na comunidade, não sendo, portanto, uma tipologia de produção induzida por

¹¹ O vazamento de óleo no Brasil foi um derrame de petróleo cru que atingiu mais de 2 mil quilômetros do litoral das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.(Fonte: site Estadão. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-vazamento-de-petroleo-em-praias-do-nordeste,70003026922> Acesso em 17 de jun. 2020)

terceiros. Coube na entrevista, entretanto, perceber se na comunidade a divisão das atividades vinculadas ao pescado eram influenciadas pela binaridade de gênero, o que não se confirmou.

De modo geral, a constituição dos grupos na perspectiva da geração de renda, a partir da identificação de recursos da própria comunidade, a fim de atuar na superação de problemas públicos ali existentes, converge com as ideias de França Filho (2004), abrangendo tanto o plano do nível de renda quanto os das condições de vida mais gerais da comunidade. A mobilização de atores diversos, a princípio, sem a participação de um agente público, contribuiu para o fortalecimento comunitário, preparando-os para a busca de parcerias mais direcionadas junto ao Estado, demonstrando, inclusive, a capacidade de a comunidade ser, não somente, beneficiária da política pública, mas agente desta também.

As informações dos grupos pesquisados convergem com o perfil dos empreendimentos de Economia Solidária trazidos pelo mapeamento de Ecosol. Como já apresentado, os grupos formados em sua maioria por mulheres são empreendimentos com poucos membros, até 20, com atividades pouco valorizadas socialmente e com baixo valor agregado. É possível constatar que esses grupos não conseguem garantir a renda principal das mulheres, servindo como um complemento à renda principal.

Esses grupos se aproximam da relação capital-trabalho, na medida em que a dimensão econômica está presente em todos, alguns mais evidenciados que os outros, sendo o trabalho executado a única forma de fazer o dinheiro chegar aos grupos. Elas praticam a horizontalidade nas tomadas de decisões, ainda que o papel de liderança esteja centralizado em uma única pessoa de cada grupo, sendo essas, as portas vozes dos empreendimentos.

A solidariedade entre os membros dos grupos, a livre associação e a cooperação na produção se apresentaram em todos os empreendimentos pesquisados. Tais dimensões são importantes de serem pontuadas, pois são essas que diferenciam, em essência, os empreendimentos de Economia Solidária das iniciativas de mercado.

Para Gaiger (2009), a solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica e à disponibilização para uso em comum dos meios de produção. Além disso, os grupos ocupam um lugar na vida social e de trabalho que não é Estado nem mercado, como sinalizado por França Filho (2002).

Assim, uma vez apresentados os grupos pesquisados, a próxima seção se destina a trazer as dimensões de gêneros e raça percebidas pelas associadas, e, até que ponto as atividades por elas praticadas já foram objeto de reflexão dos próprios grupos.

Quadro 3 – Síntese dimensional dos empreendimentos

Grupo	Cadeia Produtiva	Nº de Mulheres	Ano de fundação	Tipo de Organização	Valores compartilhados	Sentido da produção	Marcadores sociais
A	Costura	15	2014	Associação	Solidariedade/ cooperação/ respeito/ democracia	Realização pessoal/ socialização/ geração de renda	Raça/ gênero/ classe/ espacialidade (rural)/ geração
B	Artesanato	5	2018	Grupo	Solidariedade/ cooperação/ respeito/ democracia	Resgate cultural/ geração de renda	Raça/ gênero/ classe
C	Alimentação	7	2016	Associação	Solidariedade/ cooperação/ respeito/ democracia/ autogestão	Geração de Renda	Raça/ gênero/ classe/ espacialidade (rural)
D	Mariscagem	8	2015	Associação	Solidariedade/ cooperação/ respeito/ democracia	Geração de Renda	Raça/ gênero/ classe/ espacialidade (rural)/

Fonte: Formulários CadCidadão dos empreendimentos/ CESOL Recôncavo - 2019

*Empreendimento de Economia Solidária

Da leitura do Quadro 3 destaco: os valores compartilhados entre os grupos, percebidos durante a realização das rodas de conversa, sendo a autogestão, ainda de forma inicial e aparentemente incidental, revelada no grupo C, o que indica a aproximação, em termos de valores filosóficos, com os princípios da Economia Solidária; o sentido da produção, que para o grupo A, pela característica geracional visualmente superior aos demais, estar na associação significa possibilidade do encontro semanal com as amigas, conhecer outras pessoas, viajar, etc.; e marcadores sociais, o geracional se mostrou uma variável importante de análise, assim como a espacialidade (zoneamento rural e urbano), as mulheres dos espaços rurais enfrentam preconceitos outros, que não se mostraram no grupo urbano.

3.3 A percepção das mulheres negras associadas a grupos atendidos pelo Cesol acerca da divisão sexual do trabalho

Os critérios estabelecidos para a distinção ocupacional desqualificam o trabalho da mulher, esvaziam-no de sentido e de importância social; é entendido como natural, logo, sem necessidade de remuneração. Ao transferir o trabalho doméstico para o espaço público, carrega-se com ele a desvalorização das atividades, reforçando o mecanismo de desigualdade de gênero.

Segundo Kergoat (2009), outra base da divisão sexual do trabalho, além da separação, é o aspecto da hierarquização. A diferenciação entre as atividades laborais desenvolvidas por homens e mulheres são reforçadas pelos valores monetários ou não monetários atribuídos aos sexos. Assim, os empreendimentos de Economia Solidária, na medida em que não refletem sobre esses aspectos, reproduzem nas tipologias de produção o desenho hierárquico estabelecido na sociedade, destinando às mulheres as tipologias produtivas associadas ao espectro definido como feminino, logo, os com baixa capacidade remunerativa.

O conjunto de fatores culturais da nossa sociedade atribui, quase que exclusivamente, à mulher a responsabilidade pela reprodução social, o que interfere nas oportunidades de empregabilidade das mulheres, sobretudo, nas mais pobres, com baixa escolaridade e nas mulheres negras. Problematizar a maior incidência destas mulheres nos empreendimentos de Economia Solidária é atender-se para dimensões pouco tocadas, seja pela academia, seja pelas entidades de apoio e fomento, seja pelo Estado.

O campo revelou que a definição pelas tipologias de produção dos grupos pesquisados não precedeu de uma análise de vocação das mulheres envolvidas, não se pautou em análises técnicas, não foram realizados estudos de viabilidade econômica do empreendimento, e nem da percepção da existência de um tecido social favorável. Dois empreendimentos foram fomentados por agentes externos, que aproveitaram as habilidades prévias das mulheres, atividades socialmente definidas como “coisa de mulher”, e incentivaram a produção coletiva daquilo que elas já desenvolviam: a costura e a mariscagem.

Menina ... isso aí, assim...a (agente do Instituto Mauá) fez uma pesquisa lá do passado e descobriu que **as mulheres negras da antiguidade faziam um trabalho em chita**, e aí diante dessa pesquisa a gente acabou chegando no bordado na chita...ela fez um curso para ensinar a gente a fazer vários bordados e veio a ideia de fazer um grupo! Então a gente foi vendo isso aí e

a tendência foi a gente ir organizando pra tá sempre melhorando nossos produtos (Mulher1 - Grupo A);
 Antes do cultivo das ostras as meninas mariscava normal, cada uma mariscava para poder ganhar o seu sustento, vender seu marisco **para comprar alguma coisa para seus filhos**, não era uma venda boa era uma coisa ruim porque o preço do marisco era muito baixo. **Antes da associação a gente vendia o marisco lavado, tratado e fervido pro atravessador e recebia o preço que ele queria pagar.** Por isso a gente quis o projeto do cultivo de ostra, depois dele a gente não trabalha como fazia antes, que era vender 1kg de ostra por R\$ 20,00 hoje a gente vende por R\$25,00 a dúzia (Mulher1 - Grupo D).

Essas informações são importantes porque trazem a reflexão sobre como a reprodução das atividades laborais, associadas ao feminino, compõem o relatório narrativo dos agentes públicos e agências de fomento, não havendo por parte desses atores problematização destas questões.

Paciência, delicadeza e cuidado, foram algumas das características trazidas nas falas das mulheres ao justificarem o tipo de produção. Características essas reforçadas, implicitamente, por aqueles que fomentaram os grupos, imprimindo uma concepção binária no tipo de produção, desprezando o caráter social da divisão de gênero.

É nesse contexto que a Economia Solidária colabora com os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, apresentados por Kergoat (2009): a separação de gênero, ao atribuir distinção ao que é trabalho de homem e trabalho de mulher, e reforça a hierarquia, na medida em que reproduz, sem reflexão, que tipologias produtivas, com maior valor agregado, são desenvolvidas por homens.

Os outros dois empreendimentos surgiram da percepção das representantes, que, partindo das próprias habilidades, viram na organização dos grupos a possibilidade da geração de renda: a confecção de bonecas e a produção de doces.

Importante reforçar que o capital se apropria das ditas habilidades femininas para explorar a força do trabalho das mulheres, retirando dessas atividades produtivas a técnica especializada, conferindo-lhe o lugar do natural para justificar sua desvalorização social e econômica. Nesse sentido, Souza-Lobo argumenta que:

[...] os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina. [...] a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho de homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais [...] (SOUZA-LOBO, 1991, p.154).

É relevante observar, ainda, que a transferência do espaço privado para o público acontece de forma linear, indutiva, como relatado pelo **grupo B**, “perto do nosso dia-a-dia”, ou seja, atividades que fazem parte do repertório das tarefas das mulheres dentro das casas. Isso torna evidente o fato de não haver momentos de reflexão, de se perguntarem o porquê de estarem reproduzindo no ambiente externo aquilo que já é realizado no cotidiano dos afazeres domésticos.

Quando questionadas sobre o porquê da escolha do tipo de produção e se as atividades escolhidas se configuravam como de mulheres, ou melhor, executadas por mulheres, as respostas dadas revelaram, em parte, não haver uma percepção acerca da divisão do trabalho a partir do gênero:

Sinceramente assim, na nossa opinião, a gente acha **que quem quiser pode bordar, a gente conhece homens que bordam muito bem, são poucos, mas que bordam muito bem! A exclusividade de trabalho não deveria ser só de mulheres**, talvez seja por a gente saber mais do que os homens, e também como a gente na época não tinha homens alunos na instituição que deu o curso pra gente, então a gente criou só de mulheres, mas achamos que o homem desde quando ele desenvolve o mesmo trabalho, com a mesma capacidade com a mesma dedicação, não tem nenhum *problema* de que ele faça isso (Mulher 1 - Grupo A)

Não conseguimos perceber homens na produção das nossas bonecas. **Até pelo contexto histórico dela... é muito feminino, sabe?** (Mulher 1 – Grupo B).

A identificação de que havia poucos homens executando a atividade do bordado não significa que tenha ocorrido a percepção da divisão do trabalho na perspectiva de gênero. Para o grupo, uma possível justificativa para não haver homens no empreendimento é o fato da mulher saber mais (sobre bordado) do que o homem. Elas não conseguem justificar, claramente, a causa de poucos homens se disporem a bordar estar, intrinsecamente, vinculado ao fato de o bordado pertencer ao conjunto das atividades domésticas, portanto, “coisa de mulher”.

Já o **grupo B** não consegue visualizar homens confeccionando as bonecas e apresenta como justificativa o caráter histórico da peça. Ao afirmar que homens não podem costurar bonecas o Grupo B acaba reproduzindo a narrativa de que compete, exclusivamente, às mulheres a execução de atividades mais delicadas. A indagação feita durante essa narrativa parece traduzir a normalização da divisão sexual do trabalho pelas próprias mulheres.

O **grupo C** surge com a participação de um homem, contudo, esse se afasta pouco tempo depois. De acordo com a fala das mulheres, na percepção delas, um

possível motivo para a saída dele tenha sido a pressão da comunidade, visto que a produção de doces na região sempre foi associada a uma atividade a ser desempenhada por mulheres. As entrevistadas ressaltaram que não houve desavenças entre as partes e que respeitaram a decisão dele, inclusive de não manifestar o motivo do afastamento do grupo.

É um grupo só de mulheres, mas tinha um homem, ele saiu. Não sabemos por que, ele não falou nada. E aí é só mulher porque como o povo diz: que cozinha é de mulher, né? Mas não precisa ser só mulher para produzir né?... Quando ele começou a trabalhar ele não tinha *problema*, mas eu acho que as pessoas na própria comunidade começaram a olhar estranho aí um dia ele deixou de vir, mas ele não falou porque foi, a gente também não perguntou ele só deixou de vir (Mulher - Grupo C).

Com a fala do grupo é possível perceber que há a constatação do fato, contudo, não há uma reflexão aprofundada sobre os motivos do afastamento dele, não passando, portanto, a observação de uma comprovação factual.

Curiosamente, o grupo D apresentou outra perspectiva acerca da divisão sexual do trabalho. Na comunidade da associação não há divisão de trabalho por gênero, todos fazem tudo. Homens mariscam e são, também, responsáveis pela limpeza dos mariscos. Mulheres pescam junto aos homens sem distinção. Lá é praticada a pesca de rede e todos cultivam ostras e camarões. Portanto, é de competência de cada um e cada uma a execução e acompanhamento de todas as etapas, desde a pesca, a limpeza dos pescados até a comercialização.

Aqui na minha comunidade tem homem que marisca, que tira sururu e pega ostra. Tem rapazes que *vai* com a esposa pegar ostra na canoa, e quando chega em casa escalda cata e leva para vender. Aqui tem mulher que é pescadora, a maioria das meninas recebe defeso da pesca do camarão, e tem mulheres que trabalham na pesca de rede, que é a com quatro pessoas. Aqui todos os homens fazem mariscagem e quando chega em casa ajuda na lavagem e limpeza dos mariscos também (Mulher 1 – Grupo D).

Importante informar que se trata de uma comunidade remanescente de quilombo que manteve suas características culturais ao longo do tempo. Um estudo antropológico das relações comunitárias pode revelar mais elementos para o reconhecimento do sistema de sociabilidade compartilhado, entretanto, para essa investigação, o fato é que as atividades laborais dessa associação refletem as práticas de trabalho na comunidade.

A complexidade do debate de gênero permeou todas as entrevistas. Mas, pelo menos nos termos acadêmicos, ao que parece, a incorporação de tais discussões passa muito longe do cotidiano de vida dessas mulheres. A divisão sexual do trabalho, assim como a biologização do gênero são debates, ainda, refinados e com pouca reverberação entre as trabalhadoras da Economia Solidária.

Ser mulher no ambiente de trabalho, para elas, se reduz a assumir os papéis socialmente impostos, e não há sofrimentos aparentes no cumprimento desses papéis - quando não há a percepção da opressão de gênero imprimidas, estas não existem.

Ao serem perguntadas como elas percebiam a ocupação das mulheres nos espaços públicos foi possível depreender que, de modo geral, a participação nos empreendimentos alargou o olhar delas acerca do enfrentamento ao machismo na sociedade:

A gente acha que a vida das mulheres mudou mais em função da postura, porque hoje em dia a gente ficou muito independente, então a gente não se deixa muito levar, ser levada por conversas tipo... Ah! Eu não quero que você vá em tal reunião, por exemplo, se algum marido dissesse isso, sendo bem sincera, não estamos fazendo nada de errado!, Tipo, *cê não quer não*, mas eu vou, porque eu não tô fazendo nada de errado, somos convictas daquilo que a gente quer. Se vai ser bom no futuro? *Tamos indo*. Todas no grupo adota essa mesma postura caso eles queiram vetar que elas façam. Não conheço ninguém que dissesse... eu não fui porque meu marido não deixou, nunca ouvimos ninguém dizer isso (Mulher 1 – Grupo A).

O fato da mulher começar a produzir e ter esse reconhecimento dessa produção acaba levantando auto estima. Às vezes você se liberta de algumas outras coisas eu conversei com a mulher de um grupo ela disse que o marido batia muito nela, que era uma pessoa muito sofrida que o marido arranhou uma amante largou a casa e foi construir no fundo da casa dela. Ela tinha que lidar com essa situação. Aí ela me disse que eu que libertou ela foram as bonecas que ela faz. Ela foi ser presidente da associação de mulheres e depois ele quis voltar, mas a primeira coisa que ele pediu foi que ela saísse da associação. E aí ela disse que não tinha mas como pedir mais nada para ela, porque ela já estava sentindo muito fortalecida, não financeiramente, mas ela se sentia útil sendo a representante da associação de mulheres e não voltou para ele. Ela disse que se libertou através das Bonecas (Mulher 1- Grupo B).

A possibilidade das trocas de saberes, ocorridas em feiras e demais eventos formativos, contribuiu para a ampliação desses olhares.

O perfil das mulheres que estão trabalhando especificamente nas feiras de Economia Solidária são de mulheres que às vezes são sofridas, são viúvas separadas... mas as feiras que participamos e as poucas pessoas com que lidamos, vizinhas de barraca, percebemos que tem algumas mulheres que tem até um sentimento de liberdade depois que começaram a participar das ações Cesol. Não falo somente do Cesol, falo do artesanato, uma coisa liga a outra, acho que você faz o artesanato e você tem as possibilidades e

oportunidades estar no lugar que não estaria se não estivesse produzindo e vendendo ali (Mulher 1- Grupo B).

Do ponto de vista subjetivo e imaterial, os espaços de partilhas das práticas da Economia Solidária contribuem para a formação política cidadã. A possibilidade das empreendedoras estarem em ambientes diferenciados, junto com outras, permite compartilharem de histórias de vida semelhante, ajudam nos processos de construção do próprio caminho para reconhecer e superar as barreiras colocadas pela hierarquização de gênero.

Sabemos que teve pessoas que por conta da gente produzir mais à noite, lá na escola, começou a discriminar a gente, né? mulher indo para rua sozinha, e aí faz o quê? Aí muitas mulheres desistiram tiveram algumas que saíram e não falava porque, mas a gente sabe que tem aqueles maridos que pega no pé? **E aí aquelas mulheres tinham que obedecer... a gente sabe que a motivação por trás foi o marido**, mas só que elas não falam coisa nenhuma. Pode ser qualquer uma, se tem marido, o marido sempre tem aquele jeito de pisar no calo, mas só que a gente mulher tem que saber o nosso dever de casa e o nosso dever de trabalhar, para a gente conseguir o que a gente quer e não ficar também somente debaixo do pé do marido (Mulher 1 - Grupo C).

Quanto às questões relacionadas à percepção a questão racial e o impacto dessa no cotidiano delas, demoraram a serem tocadas nas suas falas. O debate de raça e gênero, ainda que apareça diluído em alguns veículos de comunicação de massa e ser recorrente nas redes sociais, apresenta dificuldade de assimilação e percepção no cotidiano das pessoas diretamente afetadas, e provavelmente é pouco abordado pelas políticas públicas e seus executores, como as entidades de apoio e agências de fomento.

O entendimento de que muitas formas de exclusão e tratamentos interpessoais são determinados pela cor da pele e pelo sexo requer um processo de reflexão e de auto (re)conhecimento nesses espaços de opressão e discriminação, que, na maioria das vezes, não alcança o público geral.

Levar essas questões para os grupos entrevistados perpassou pelo entendimento que essas opressões, na medida em que são naturalizadas, também, não são facilmente percebidas. Assim, durante a realização das entrevistas, foi necessário em determinados momentos refazer as perguntas, retomar falas por elas proferidas, e exemplificar, ainda que rapidamente, alguns conceitos de gênero, raça e separação de tarefas. E, por mais que consideremos que tais conceitos sejam

autoexplicativos, na medida em que a pesquisa foi direcionada para mulheres negras, na prática eles não são.

As feridas impostas pelo racismo sofrido e a insistência social do apagamento dessas violências contribuem para a relativização dos casos de discriminação e, conseqüente, impossibilidade de enfrentamento.

Nesse sentido, é importante problematizar os modos como o racismo é operacionalizado em nossa sociedade. Almeida (2018) afirma que, de forma subjetiva, somos culturalmente influenciados por um conjunto de princípios “verdadeiros” e “racionais” que aponta como fundamental as desigualdades raciais.

Por meio dos meios de comunicação, mídias, indústria cultural, instituições de ensino tais princípios constroem, cotidianamente, ideias que moldam o imaginário individual e coletivo numa perspectiva racista. Segundo o autor o racismo opera de forma ideológica, uma prática social que busca representar uma determinada realidade. Na compreensão do autor:

uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos (ALMEIDA, 2018, p. 53).

É importante reforçar que a pesquisa aconteceu no Recôncavo Baiano, território notadamente de maioria negra, com desigualdades sociais e raciais patentes e má distribuição de renda. Desse modo, por maior que tivesse sido o esforço de trazer à tona o debate no **grupo A**, ele não emergiu. A resistência vinda do grupo em falar sobre raça pode ser explicada pelo perfil das associadas, que na sua grande maioria, são senhoras com idade próxima, ou acima, dos 60 anos. A questão geracional é uma dimensão importante para a compreensão das limitações do debate racial na sociedade.

Visto até hoje, ainda, na sociedade perdurar a negativa do debate racial na perspectiva sociológica, sobre este debate, Almeida (2018) afirma que a compreensão da sociedade contemporânea precisa levar em consideração as concepções de raça e racismo através dos conhecimentos trazidos pela Teoria Social.

Para o grupo B, em que pese as bonecas confeccionadas trazerem como marca principal o processo diaspórico da população negra, o debate da raça foi invisibilizado e substituído pela classe. Para elas, os olhares diferentes de algumas

peças sobre o grupo e os produtos não se devem à cor da pele, mas por acharem que todas as pessoas que comercializam nas feiras são muito pobres.

Coincidentemente, os grupos que falaram sobre as questões raciais e discriminações sofridas foram os grupos pertencentes às comunidades quilombolas. Conveniente ressaltar que o tema não surgiu tão facilmente, sendo preciso reformular as perguntas e em determinados momentos evidenciar a contradição nas falas, como apareceu nos grupos:

Aqui na cidade não, o pessoal aqui trata a gente muito bem nunca conseguimos perceber não, se tiver alguma coisa só se for escondido, mas assim cara a cara o pessoal trata e gente muito bem. O pessoal que convive com a gente que trabalha com a gente trata a gente super bem, e também é assim porque a gente se valoriza, a gente nem percebe que a gente está sendo discriminada. Podem até falar alguma coisa de a gente ser negra, essas coisas, mas a gente não se sente menos importante... não existe pessoa mais importante, nem melhor, nem mais nem menos, somos igual, todo mundo é importante.

... Aqui é uma comunidade quilombola muita gente fala que era muito discriminado e já se sentiu muito. Era mesmo porque as pessoas falavam assim: é o nego da Baixa Grande (risos)! Isso a gente via muito mesmo. Tinha umas pessoas que se sentiam humilhada e até vergonha de si mesmo por conta das pessoas fazer esse tipo de coisa. **Hoje em dia não é dizer que tá melhor... mas não tem mais a coragem porque sabe que dá lenha hoje tem a justiça, mas discriminação continua (Mulher 1 – Grupo C).**

Quando o tema surgiu no **grupo D** o depoimento da presidente foi muito importante, pois evidenciou o papel das políticas públicas de gênero na construção da autoestima da comunidade, o reconhecimento do local, como terras quilombolas, o fato de que a comunidade marisqueira levou orgulho para os moradores, além de contribuir para o processo de enfrentamento do racismo quando precisavam ir à sede do município.

Preconceito tem sim nunca para de ter aqui dentro é uma coisa, mas, quando a gente sai sempre tem preconceito. Agora, depois **quando conhecemos a Secretaria das Mulheres, e que começou a colocar os assuntos aqui na comunidade, a gente começou a entender.** Aqui é terra quilombola, mas nós não temos o registro ainda do Quilombo, então para todos os efeitos em todo lugar que nós vamos nos apresentamos como marisqueiras, e temos orgulho disso, mas estamos brigando pelo reconhecimento das nossas terras.

A gente começou a aparecer nos jornais, começamos a sair para eventos e a secretária apresentava a gente para todo mundo. Ficamos famosas e o povo da rua passava e dizia – olha aquelas mulheres do quilombo (Mulher 1- Grupo D).

Ao serem perguntados sobre a percepção da discriminação racial associada ao gênero, os grupos, de forma unânime, não houve expressão dos grupos. As questões foram reformuladas, ao longo da conversa, na tentativa de perceber alguma evidência implícita, mas não ocorreu.

O racismo e machismo, dimensões estruturantes da nossa sociedade, são de difíceis percepções, inclusive por quem sofre tais discriminações. Compreender que se faz parte de um sistema engendrado por opressões não é fácil, isso requer um repertório prévio de acessos que possibilite a ampliação da visão e capacidade crítica, visto que tais opressões seguem relativizadas e naturalizadas, como se fossem explicadas biologicamente e não culturalmente.

Talvez, um dos papéis da Política Pública de Economia Solidária seja, por meio dos Cesols, lançar luz a essas dimensões e possibilitar que as mulheres possam despertar o olhar para as questões de raça e gênero, entendendo-as como responsáveis pelas fragilidades sociais sofridas, afinal, é na raça que a classe se revela (DAVIS, 2016).

3.4 Ferramentas de enfrentamento à naturalização da divisão sexual do trabalho e a invisibilidade das diferenças de raça

O percurso da investigação me trouxe a este ponto, o momento de questionar o Instrumento de Política Pública que atuei, enquanto formuladora e gestora, estando agente público.

Ao revisar os editais de contratação das executoras dos Centros Públicos de Economia Solidária foi possível ajustar as lentes para enxergar até que ponto as metas e indicadores descritos nos instrumentos convocatórios dialogavam com as dimensões gênero, raça e classe. Percebi que essas “preocupações” não se refletiram nas peças licitatórias, cabendo então, verificar se na execução dos contratos, haveria um olhar mais cuidadoso das executoras, postos essas se tratarem de associações da sociedade civil, conhecidas entre os militantes da econômica solidária como *entidades de fomento*.

Há de se questionar, portanto, do ponto de vista da ação pública, se existe a compreensão da necessidade de incidir, de forma mais contundente, na mobilidade social destas mulheres o empreender solidariamente; apesar de trazer outros valores, não pode cair na cilada de que a sociedade civil tem o poder de resolver suas questões

de modo empreendedor sem o apoio necessário do Estado para que se consolide a garantia de direitos.

Empreender não é demérito, pelo contrário, na sociedade de mercado, com precária proteção social ofertada pelo Estado, inclusive quanto à segurança de renda, empreender muitas vezes passa a ser um mérito numa lógica liberal e meritocrática. Portanto, necessário se faz que os investimentos públicos levem em consideração os anos de exploração e subjugação das mulheres negras, que datam do período de escravização.

Assim, quando questionadas sobre as contribuições do Cesol para a reflexão acerca dos papéis que elas desenvolvem nos espaços de produção, relacionados às dimensões de gênero e raça, as respostas variaram, parecendo não haver um direcionamento do atendimento da assistência técnica prestada pelo Cesol para o tratamento destas questões.

Sempre tem reunião, o Centro Público tá sempre atento a essas coisas de mulher, sabe? De ser negro. Então sempre tem reunião é como..., eu chamo de *expranação dos problemas*... então as vezes, a cada semestre, a gente tá sempre sendo chamado, geralmente é em Cruz para as reuniões. (Mulher 1 – Grupo A).

Não percebemos esse direcionamento de gênero e raça no Cesol, nem sobre pensar no papel que temos no grupo. Acho que às vezes as oportunidades de crescimento pessoal que o cesol dá acaba oportunizando as pessoas a *tarem* participando de algumas capacitações, mas não são direcionadas para questões de gênero e raça não (Mulher 1 – Grupo B).

Ao não se evidenciar a raça e gênero, enquanto marcadores importantes para execução do instrumento de política pública de Economia Solidária Cesol, o objetivo da igualdade e expansão política, debatido teoricamente, não se revela. Ao contrário, esta secundarização de variáveis tão importantes reforça a submissão e subjugação das mulheres neste sistema hierárquico de valoração do trabalho, e, contribui para o apagamento das violências sociais sofridas pelas mulheres negras nos espaços públicos.

As ações isoladas de promoção das temáticas raça e gênero não entram nas estratégias de desenvolvimento e busca de autonomia e sustentabilidade dos empreendimentos constituídos por mulheres, sobretudo por mulheres negras, como evidenciado pelos grupos:

Acho que o Cesol nunca falou essas coisas assim de mulher e de trabalho e de ser negra, a gente não sabe. A gente tem o apoio pra vender

as coisas lá na UFRB. Mas a gente nunca fez nenhuma reunião para falar sobre esse negócio de cor né? de ser mulher! Tem um negócio de ajudar a gente como fazer os preços, de formação de preço, pra gente aprender a saber tudo que tá gastando para saber como é que a gente vai botar o preço, mas essas outras coisas de preconceito de mulher, de ser de Quilombo a gente não tem nunca teve com eles (Mulher 1 - Grupo D).

Por outro lado, outras iniciativas promovidas por outros órgãos públicos, acabam contribuindo para o entendimento destas mulheres acerca da necessidade do enfrentamento do racismo e machismo:

Nós tivemos várias oficinas com o pessoal da Secretaria das Mulheres, vieram algumas pessoas aqui para ver as pessoas que estavam passando por essas coisas de discriminação e conversaram com a gente explicaram tudo, coisas que a gente pensava de um jeito, mas através dela a gente já encarou as coisas de outra maneira. A gente não se deixa mais levar pelo preconceito das pessoas que antes a gente deixava se levar. Quando a gente chegava no lugar e a gente via que as pessoas olhavam para a gente diferente a gente fazia de tudo para sair, para não ficar naquele lugar e hoje em dia não. **Através do conselho do pessoal do Cesol a gente agora enfrenta de frente a gente não abaixa a cabeça para ninguém (Mulher 1 – Grupo D).**

Nesse sentido, a transversalidade entre órgãos gestores de políticas públicas, para além das intenções presentes nos PPA's, é importante no pensar e executar da Política Pública de Economia Solidária. E pode contribuir com a conscientização e reflexão sobre as dimensões de gênero e raça.

Porém, as falas trazidas pelas mulheres evidenciam que o debate do papel da mulher nos empreendimentos de Economia Solidária não ocupa lugar de centralidade nos processos formativos protagonizados pela Política Pública. Não estando este em local de constante reflexão, as dimensões de gênero e raça também não são trabalhadas com as intensidades necessárias.

Não perceberem as violências subjetivas e objetivas impostas pela estrutura da nossa sociedade não contribui, efetivamente, para a emancipação destas mulheres, pelo contrário, as condicionam a aceitarem pacificamente os locais que lhes foram socialmente destinados.

Ora, se são as mulheres negras que recebem os menores salários; se são elas que buscam, na informalidade, experiências coletivas de produção na possibilidade de conciliação do doméstico com o público; se são elas as chefes de famílias homomaternais, e ainda assim, tais temas não se refletem enquanto estratégicos, então: qual a real capacidade do instrumento Cesol em promover mudanças substanciais nas vidas dessas mulheres, considerando essas dimensões?

Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber que a Política Pública de Economia Solidária reproduz o sistema de opressão imposto às mulheres, seja pelo fomento à criação de grupos de produção associados a atividades vinculadas ao espaço doméstico, ou devido a invisibilidade das diferenças sociais que atingem as mulheres negras.

Por fim, é importante destacar que ainda que não haja, de forma direcionada, o tratamento do tema de raça e gênero, as experiências de Economia Solidária acabam por atuar em questões subjetivas que não aparecem quantificadas em metas e nem traduzidas em indicadores, sendo esses os ganhos imateriais da própria existência da Economia Solidária. Elas se revelam nas possibilidades de trocas de afeto, de cuidado, de sabedorias, sobretudo, nos espaços das feiras, como trazido na fala do grupo B:

A participação em feiras e congressos acaba *influindo*, mas não que o Cesol use essa temática, pelo menos estamos entrando agora não tenho como falar se anteriormente fazia, mas desde que entramos não vimos ainda a temática. Percebemos que existem mulheres que transformaram suas vidas e que o artesanato ajudou a isso aí, às vezes a inserção nessa Economia Solidária acaba ajudando, fortalecendo isso, pois se tivesse sozinha fazendo isolada não tinha oportunidades outras (Mulher 1 – Grupo B).

As vivências proporcionadas pelos empreendimentos de Economia Solidária possibilitam o contato com novas experiências, propiciam aprendizados e atuam na elevação da autoestima dessas mulheres. Seja pela possibilidade da complementação da renda e poder realizar o desejo de um netinho, como relatado por uma senhora do Grupo A; seja pela possibilidade de através do contato com outras mulheres se libertarem de relações abusivas, como comentado pela entrevistada do Grupo B; pela possibilidade de viagens e conhecer outros lugares, como trazido pelo grupo D; ou pela realização do sonho de buscar na própria comunidade as oportunidades do desenvolvimento local.

Do ponto de vista teórico a Economia Solidária representa um processo revolucionário da relação trabalho/economia/bem viver, sendo capaz de promover a justiça social, a igualdade e a educação para o exercício das liberdades. Mas para além da teoria é necessário que essa revolução aconteça de fato onde os empreendimentos estão sendo fomentados. Isso só é possível fazer trazendo para a arena pública a necessidade da intersecção de marcadores sociais que fragilizam a ampliação da própria Economia Solidária, aspectos abordados neste estudo.

Qualquer tipo de falta de conscientização sobre as opressões ou o exercício dessas no cotidiano, de modo implícito ou explícito, recai sobre a ausência ou restrições às liberdades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências das mulheres negras nos espaços de trabalho são singulares. São únicas, na medida em que cada mulher carrega o próprio repertório que a constitui enquanto ser social.

Ao falar da mulher negra, economicamente fragilizada, se faz necessário compreender que essa enfrenta condições desfavoráveis na busca e efetivação do trabalho formal, uma vez que, é atingida, simultaneamente, por marcadores sociais que determinam o seu local na vida social desde a infância.

No debate gênero e trabalho, como já apontado, a condição da mulher é uma construção do patriarcado, em decorrência dele, naturalizamos a inferioridade das atividades em que são atribuídas habilidades femininas. Concomitante ao sistema patriarcal, o racismo, que estrutura a nossa sociedade, incide, violentamente, sobre as mulheres negras, sendo, portanto, subalternizadas nos espaços laborais em função do gênero e raça.

Na perspectiva histórica brasileira, as mulheres negras sempre estiveram nos espaços do trabalho doméstico, braçal e informal. Na escravização, como mucamas e lavradoras, e pós-escravização, como trabalhadoras domésticas (sem reconhecimento profissional), lavadeiras e quituteiras.

A sobrevivência das famílias negras sempre esteve nas mãos das matriarcas, que, desde muito cedo, ocupavam os espaços públicos a fim de garantir o sustento diário de filhos, filhas, netas e netos. O trabalho informal sempre foi, portanto, a principal forma de inserção das mulheres negras nos espaços de trabalho.

A questão de partida dessa pesquisa foi: **Como o instrumento de política pública Cesol influencia na construção e/ou manutenção dos papéis desempenhados pelas mulheres negras nos empreendimentos econômicos solidários?** Tal pergunta foi respondida ao longo das análises, evidenciando algumas questões importantes.

Ao se aproximarem da Economia Solidária, por meio do trabalho coletivo, as mulheres negras trabalhadoras acabam reproduzindo nos empreendimentos aquelas atividades determinadas socialmente como sendo do escopo de suas habilidades.

Na investigação, aqui realizada, foi possível verificar que ao serem motivadas a empreenderem, associativamente, as mulheres não foram provocadas a refletirem

sobre os papéis a serem desempenhados, nem sobre as tipologias produtivas fomentadas.

O debate da divisão sexual do trabalho sequer foi margeado durante os processos de aglutinação dos grupos, ainda que os papéis de gênero estivessem fortemente demarcados nas falas das mulheres quando afirmaram serem detentoras de habilidades, especificamente, femininas, como a confecção de bonecas, bordados e doces.

Mesmo havendo a intervenção do Cesol nos grupos, não foi possível perceber inquietações das mulheres sobre os papéis desempenhados. Pelo contrário, a ideia de que as atividades desempenhadas, ainda que passíveis de serem desenvolvidas por homens, eram mais bem executadas por mulheres, como se natural fosse, foi a tônica das conversas ao serem abordadas sobre o tema.

Por outro lado, a chegada do instrumento Cesol no território possibilitou a inserção dos grupos em atividades de comercialização, como relatado pelas mulheres participantes das rodas de conversa, atuantes dos empreendimentos selecionados para esta investigação. Nas suas falas, foram relatadas participação em feiras e eventos onde puderam, além de venderem seus produtos, trocarem experiências com outros grupos do território. Os processos formativos relatados estiveram, de modo geral, relacionados à comercialização.

Nesse sentido, a Política Pública de Economia Solidária favoreceu a obtenção de renda e compreensão das etapas produtivas, mas não contribuiu para a reflexão acerca da posição de gênero, classe e raça destas mulheres empreendedoras.

Ao se propor, em função dos princípios da Economia Solidária, incluir, socioprodutivamente, pessoas em idade laboral, por meio do trabalho decente, o instrumento Cesol, por essência, precisaria atuar para além da comercialização. Este deveria atentar, também, para desigualdades raciais e de gênero postas para aqueles e aquelas que atuam, cotidianamente, na prática econômica solidária.

Assim, ao se atentar às desigualdades imprimidas, em função da raça, gênero e classe os processos formativos conduzidos tratariam essas especificidades, de modo a problematizar a posição das mulheres negras nos empreendimentos e a naturalização dos papéis atribuídos às mulheres, em atividades demarcadas pelo gênero. Reflexões estas que não foram trazidas por elas nas rodas de conversa.

Nos editais de chamamento público para contratação de Organizações Sociais para execução do instrumento Cesol, esses não são evidenciadas questões de raça

e gênero; não estando refletidos, portanto, nas metas e respectivos indicadores. O instrumento normativo não reflete em seus discursos implícito ou explícito tais questões.

Essa inexistência desobriga as Organizações Sociais contratadas de incidirem nas desigualdades de gênero e raça, seja através das atividades formativas, seja na busca da equidade, quando da seleção dos grupos e empreendimentos a serem atendidos pelos serviços de assistência técnica socioproductiva, ou ainda, na disponibilização de espaços de comercialização ofertados ou apoiados pelos Cesol.

De modo geral, as entrevistadas não conseguiram identificar a relação entre as atividades praticadas nos grupos com o trabalho exercido no ambiente doméstico. A reprodução dessas atividades demarcadas como femininas acontecem sem reflexão e não há, a partir das análises das narrativas, momentos de problematização e, por consequência, oferta de ferramentas capazes de enfrentar a naturalização da divisão sexual do trabalho.

Por outro lado, de forma indireta, as atividades de comercialização acabaram influenciando as mulheres a enfrentarem o machismo. Nas falas surgiram exemplos de contestação à opressão doméstica e reconhecimento de potencialidades que contribuem para o embate, junto aos maridos, quando questionadas sobre as atividades produtivas fora de casa e em horários, considerados por eles, inadequados. Também de forma indireta, a possibilidade de saírem de casa para comercializarem colocaram essas mulheres em situações que as fizeram refletir, de modo geral, sobre o racismo e a necessidade de se posicionarem quando se sentiram ofendidas ou inferiorizadas em função da raça. Contudo, esses olhares mais atentos não se configuram como um reposicionamento do papel destas mulheres negras nos espaços produtivos.

Talvez as constatações, aqui trazidas, não sejam novidades e, de certa maneira, reforcem aquilo que me inquietou e me conduziu a este trabalho: a necessidade de aproximar Economia Solidária ao debate de gênero, raça e classe, entendendo que esta nova forma de organização para o trabalho não deve repetir práticas de inferiorização, subalternização de discriminação em função dos marcadores sociais citados.

Neste sentido, a interseccionalidade, enquanto teoria e método, precisa ser compreendida e assimilada pelos formuladores da política pública, sejam esses agentes públicos ou sociedade civil.

A investigação revelou, também, três outros marcadores passíveis de intersecção, o geracional, o educacional (no sentido do acesso a educação formal) e o espacial (zoneamento rural e urbano). Assim, é necessário, no caso da Política Pública de Economia Solidária, ao se interseccionar raça, gênero e classe, observar que as mulheres estão em tempos geracionais, acesso a educação e disposição espacial diferentes.

Destaco que no tocante a geração, nem sempre a voz da liderança significa a centralidade nas decisões, mas o respeito à posição e sabedoria de quem chegou antes. Esse entendimento contribui na percepção da identificação do silenciamento das demais vozes dos grupos durante a realização das rodas de conversa, que podem estar associadas a outras variáveis, não apenas a uma liderança centralizadora ou democraticamente frágil. No tocante ao acesso a educação formal, ela possibilita observar os fenômenos sociais de forma menos igênea. Quanto à espacialidade, importante compreender que as mulheres da zona rural sofrem com a estigmatização intelectual, sendo atribuídas a elas a incompetência e incapacidade, em todas as esferas da vida; elas são as “matutas”, “jocosas”, “analfabetas”, e isso se revelou como um grande incômodo e limitador de trânsito social das mulheres pertencentes ao campo.

Ao que parece, o instrumento Cesol tem influenciado, em certa medida, no posicionamento destas mulheres que passam a executar seus trabalhos para além dos desenvolvidos no âmbito do doméstico, revelando um engajamento nos empreendimentos solidários que fazem parte. Se por um lado essa questão já é um avanço alcançado a partir da lógica pública do Estado, por outro, muito ainda há de se avançar no que diz respeito a reprodução de papéis que reforçam a divisão sexual do trabalho, e, ao reconhecimento explícito das opressões de gênero e raça.

Talvez a principal contribuição deste estudo para a Política Pública de Economia Solidária seja a necessidade de observar o conjunto de opressões que incidem sobre as mulheres e que isso possa colaborar nos processos de formulação das suas metas e indicadores; considerando que para a mulher negra existe, para além da geração da renda, a obrigatoriedade da reparação histórica de todo processo de subalternização imprimido pelo Estado.

Incluo ainda ao conjunto de contribuições desse trabalho, o olhar de uma mulher negra que esteve e está comprometida com a economia solidária e com as questões de gênero e raça, mas que, no cotidiano do trabalho, ao olhar para os anos

de formulação da política pública, não percebe espaços de reflexão desses temas de forma interseccional e aprofundada; além de não ter percebido ou provocado a problematização da reprodução da divisão sexual do trabalho no construir das peças norteadoras da ação pública.

Penso que essa pesquisa revela um olhar indutivo sobre como os problemas públicos aqui levantados são construídos e interpretados para materializarem instrumentos como o Cesol. Apesar das limitações impostas, principalmente, devido a pandemia COVID-19, falta de acesso a internet de alguns empreendimentos e adequações do método originalmente proposto, tem-se resultados significativos que devem ser explorados em futuras investigações no campo das Ciências Sociais.

Entre questões que emergem do estudo, ficam como sugestões para futuros estudos: Como a mulher negra é situada no conjunto de políticas públicas de geração de trabalho e renda? É possível a Economia Solidária realizar a autocritica, quanto ao papel que vem cumprindo na reprodução sexual do trabalho? Como instrumentos de políticas públicas de geração de renda podem utilizar a interseccionalidade como método de enfrentamento das opressões sofridas pelas mulheres negras e contribuir com a superação deste sistema? Pode a Economia Solidária provocar rupturas no sistema patriarcal?

Enfim, os instrumentos de política pública precisam ter a capacidade de incidir nas desigualdades, sobretudo, no conjunto de violências que impactam, de forma severa, as mulheres negras. É por isso que a Economia Solidária se apresenta como uma ferramenta prática e teórica para o exercício interseccional com capacidade de transformação do pensamento por meio dos processos formativos, por ela, produzidos.

A mudança do pensamento leva à mudança de práticas; a mudança de práticas leva à movimentação de lugares, tidos como estáticos. É disso que nós, mulheres negras precisamos, de movimentos nos espaços naturalizados como nossos para a (des) construção de novos lugares que desejemos conquistar. Como nos ensina Ângela Davis (2017):

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Davis, em conferência na UFBA, em 2017).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Atlas digital da economia solidária no Brasil. *In: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 14 jul. de 2018.

BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. **Balanco das ações do governo do estado 6 anos**. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/arquivos/File/Editais/balanco6anos.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Plano Plurianual – PPA 2012-2015**. http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2012_2015/20120223_174911_Apresentacao.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. Dossiê Mulheres Negras – M. R. (org.). **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.3, n. 3, p. 458-463, 1995.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In: CONGRESSO ANUAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE – Anais [...]*. Paraná, 2011. p. 329-341. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

BARBOSA, L. M. de L. Feminismo Negro: notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9 Anais [...]* Florianópolis. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONUMÁ, H. **As mulheres e a economia solidária: A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. 97 f. Dissertação (Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Bozzano, H. Los procesos de estructuración de espacios periurbanos. *In: Revista Interamericana de Planificación*, Buenos Aires, 23 (89): 269, 1990.

BAHIA. Decreto nº 13.167 de 11 de agosto de 2011. Institui o programa estadual de inclusão socioprodutiva - Vida Melhor. **Secretaria de Governo**. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1028767/decreto-13167-11> Acesso em: 15 abr. 2020.

BAHIA. Edital de seleção nº 009/2012 – Assistência técnica e extensão urbana para empreendimentos associativos, através da implantação/gestão de centro público de

economia solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. **Secretaria de Governo**. 2012. [Acervo pessoal].

BAHIA. Edital de seleção nº 003/2013 – Assistência técnica e extensão urbana para empreendimentos associativos, através da implantação/gestão de centro público de economia solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. **Secretaria de Governo**. 2013. Disponível em:
http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/File/ArquivosPDF/edital_setre_03_2013.pdf
 Acesso em: 15 abr. 2020.

BAHIA. Edital de seleção nº 006/2018 – Assistência técnica e extensão urbana para empreendimentos associativos, através da implantação/gestão de centro público de economia solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. **Secretaria de Governo**. 2018. Disponível em:
http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/File/ArquivosPDF/EDITAL_DE_CHAMAMENTO_PUBLICO_N_006_2018.pdf Acesso em: 15 abr. 2020.

BAHIA. Secretaria do planejamento do estado da Bahia – SEPLAN. **Territórios de Identidade do estado da Bahia**. Disponível em:
<http://www.seplan.ba.gov.br/mapa.php>. Acesso em: 07 nov. 2018.

CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.** Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013. Disponível em
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2020.

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo, ou como escapar das armadilhas do método. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004. Disponível em:
<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares a economia do trabalho. *In*: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. *In*: CATTANI, (et al.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CURIEL O. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel. *In*: **Cadernos de gênero e diversidade**, vol. 3, n. 4, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24674>. Acesso em: 09 jul. 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DOCUMENTO DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA PARA O DIÁLOGO COM O GOVERNO ESTADUAL. **Destinatário**: Jaques Wagner. Salvador, 7 mar. 2007. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/08/11_doc1_movsociais_govba.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

FIGUEREDO, A. Apresentação e comentários à entrevista de Ochy Curiel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, vol. 3, n. 04 - Out. - Dez., 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 09 jul. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, G. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública. **Cadernos EBAP. BR**. v. 2, n.1, p. 1-18, 2004.

_____. A economia popular e solidária no Brasil. *In*: _____ et al. (orgs.). **Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 57-71, 2006.

FRANÇA FILHO, G.; RIGO, A.; SOUZA, W. A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). **Revista Organizações & Sociedade: O&S / Universidade Federal da Bahia, UFBA: Núcleo de Pós-Graduação em Administração, PGA/Editora da Universidade Federal da Bahia**, v. 27, n.94, p. 556-584, 2020.

GAIGER, L. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, p. 81-99, 2009.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

GODOY A. S. (1995a). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

_____. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. [recurso digital].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD**: síntese de indicadores 2007. Rio de Janeiro: IBGE 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais Pnad Contínua - 2018**. IBGE 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/93fe55e0692c504efbc849b796921b18.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-76.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KRAYCHETE, G.; COSTA, B.; LARA, F. (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 9, n.18, p. 19-44. 2012.

_____. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: Ed. UFAL, 2012.

_____. Introdução: Entendendo políticas públicas através dos seus instrumentos - Da natureza dos instrumentos a sociologia da instrumentação das políticas públicas. *In*: **Governance**: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, vol. 20, n. 1, January 2007, p. 1–21.

LAVILLE, J. (org.), **Economía social y solidaria. una visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**. Bogotá. n. 9, p. 73-101, 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Set Dez.2014.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso**, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114753>. Acesso em: 02 jun. 2020.

PASSOS, O. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2007.

PINHO, O. O Sacrifício de Orfeu: Masculinidades Negras no Contexto da Antinegitude em Salvador. *In: ____*. CAETANO, M.; MELGAÇO, P. (orgs.). **De Guri a Cabra-Macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

RUBIN, G. **O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: S.O.S Corpo. 1993.

SAEB – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA. **Manual de Gestão - Programa Estadual de Organizações Sociais**. Disponível em: <http://www.saeb.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=122>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SENDÓN, A. ROSANVALLON, P. La Sociedad de Iguales, Buenos Aires: Manantial, septiembre de 2012, 375 páginas. *In: Propuesta Educativa*, n. 40, noviembre, 2013, p. 126-128. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2004. Relatório.

SILVA, F. Desenvolvimento territorial: a experiência do território do sisal na Bahia. *In: XII Semana de Economia da UESB*, 2013. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/?pagina=anais. Acesso em: 16 jul. 2019.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil. *In: Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, n. 57. Brasília: Ipea, 2014.

_____. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Brasília: Ipea, 2018.

SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. *In: KRAYCHETE, G. LARA, F.; COSTA, B. (orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40 Acesso em: 15 abr. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA.

Resultados da PNAD 2015. Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2231&Itemid=418. Acesso em: 15 abr. 2020.

UNAFISCO. **Nota técnica UNAFISCO nº17/2020.** Disponível em

<http://unafiskonacional.org.br/wp-content/uploads/2020/09/NT-17-1.pdf> Acesso em: 20 dez. 2020.

APÊNDICE A – Metas, serviços e indicadores dos editais Cesol¹²

Edital 009/2012		Edital 003/2013		Edital 006/2018	
Meta maior - Incremento de 10% da renda produtiva familiar		Meta maior - Incremento de 10% da renda produtiva familiar		Meta maior – comercialização em rede	
Serviço	Indicadores	Serviço	Indicadores	Serviço	Indicadores
Instalação do CESOL	CENTRO PÚBLICO em condições físicas de funcionamento	Instalação do CESOL	CENTRO PÚBLICO em condições físicas de funcionamento	Prestar assistência técnica com vistas a levantar potencialidades e oportunidades de mercados para os empreendimentos atendidos pelo Cesol	Relatório com estudo do território sobre vocações, segmentos, cadeias produtivas, potencialidades econômicas, Políticas Públicas ligadas ao desenvolvimento territorial e atividades com maior oportunidade de atuação para o EES existentes; Relatório com estudo de redes de cooperação e intercooperação solidária existentes no território.
Processos de trabalho implantado	Processos de trabalho em condições de operação	Processos de trabalho implantado	Processos de trabalho em condições de operação	Prestar assistência técnica com vistas a melhorar as condições de gestão e gerenciamento do EES	Empreendimentos da carteira do CESOL com Plano de Ação elaborado
Diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo local/territorial	Diagnósticos do contexto realizados	Diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo local/territorial	Diagnósticos do contexto realizados	Prestar assistência técnica para a comercialização de produtos dos empreendimentos atendidos pelo Cesol	Empreendimentos com produtos inseridos em mercados convencionais; Empreendimentos com no mínimo 02 aspectos do produto melhorado; Plano de Marketing para os produtos e serviços da Rede de Comercialização dos EES atendidos pelo Cesol.; Peças de comunicação e propaganda desenvolvidas e veiculadas.
Oficinas Temáticas (Sensibilização)	8 Oficinas Temáticas (Sensibilização) realizadas	Oficinas Temáticas (Sensibilização)	8 Oficinas Temáticas (Sensibilização) realizadas	Prestar assistência técnica para aumentar a capacidade de integração, cooperação e intercooperação dos empreendimentos atendidos pelo Cesol	Empreendimentos inseridos em redes de comercialização. Cooperativas Centrais (de 2º grau) constituídas com fins de comercialização Constituição de Fundos Rotativos Solidários criado com participação dos EES atendidos pelo CESOL; Empreendimentos inseridos nas Lojas fomentadas e apoiadas pelos Centros Públicos de Economia Solidária; Eventos de estímulo ao consumo responsável.

¹² Editais disponíveis em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=183>

Estudo Viabilidade Econômica – EVE	126 Estudos de viabilidade econômica realizados	Estudo Viabilidade Econômica – EVE	126 Estudos de viabilidade econômica realizados	Monitorar a assistência técnica socioproductiva	Empreendimentos com informações atualizadas; Famílias com informações atualizadas
Assistência técnica gerencial Prover acesso a ativos produtivos	108 Empreendimentos associativos com assistência gerencial	Assistência técnica gerencial Prover acesso a ativos produtivos	108 Empreendimentos associativos com assistência gerencial	Instalação Física do Centro Público de Economia Solidária – CESOL	Centro Público de Economia Solidária em condições físicas de funcionamento.
Assistência técnica socioproductiva	108 Empreendimentos assistidos pela assistência socioproductiva	Assistência técnica socioproductiva	108 Empreendimentos assistidos pela assistência socioproductiva	N/A	N/A
Assistência técnica específica	108 Empreendimentos capacitados	Assistência técnica específica	108 Empreendimentos capacitados	N/A	N/A
Orientação de acesso ao crédito	72 Empreendimentos orientados para acesso ao crédito 72 Empreendimentos encaminhados para as agências de microcrédito 72 Empreendimentos que acessaram microcrédito	Orientação de acesso ao crédito	Meta condicionada ao interesse do empreendimento	N/A	N/A
Assistência técnica em comercialização	108 Empreendimentos assistidos pela assistência em comercialização	Assistência técnica em comercialização	108 Empreendimentos assistidos pela assistência em comercialização	N/A	N/A
Monitoramento da Assistência Socioproductiva	108 Empreendimentos e famílias com informações atualizadas	Monitoramento da Assistência Socioproductiva	108 Empreendimentos e famílias com informações atualizadas	N/A	N/A

Fonte: Editais de chamada pública para seleção de organização social para gestão de centros públicos de Economia Solidária

APÊNDICE B - Empreendimentos atendidos pelo CESOL Recôncavo, de março a dezembro, contrato 001/2019

Nº	NOME DO EMPREENDIMENTO	TIPOLOGIA DE PRODUÇÃO	MUNICÍPIOS	Mulheres	Homens
1	GRUPO AJEUM DAS CRIOLAS	GASTRONOMIA	CRUZ DAS ALMAS	3	1
2	GRUPO AMIGAS ARTESÃS	ARTESANATO	CACHOEIRA	4	0
3	GRUPO AMIGOS DA ARTE	ARTESANATO	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	5	1
4	APICULTORES DO ENGENHO DA PONTE	APICULTURA	CACHOEIRA	0	3
5	ARUANDA	CONFECÇÃO DE ROUPAS DE SANTO E ESTILO AFRO-BRASILEIRA	CRUZ DAS ALMAS	3	2
6	ASSOCIAÇÃO ARTESANAL CHITARTE DE CACHOEIRA BAHIA	ARTESANATO	CACHOEIRA	12	0
7	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARTES E DOCES DE RIACHO SECO	AGRICULTURA FAMILIAR	VARZEDO	9	2
8	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA GRANDE E BAIXA DA AREIA	AGRICULTURA FAMILIAR	CRUZ DAS ALMAS	8	0
9	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PAU FERRO	AGRICULTURA FAMILIAR	MURITIBA	4	1
10	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DO TINTUREIRO	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	2	1
11	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO DA PONTE	AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA	CACHOEIRA	2	2
12	ASSOCIAÇÃO DAS ARTESÃS DO SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ	ARTESANATO	MURITIBA	3	0
13	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES REGIONAL EMPREENDEDORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR- AME	AGRICULTURA FAMILIAR	CRUZ DAS ALMAS	8	2
14	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE JANGADA	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	2	1

15	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	1	1
16	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLA DE SANTO ANTÔNIO E VIDAL	AGRICULTURA FAMILIAR	SÃO FÉLIX	5	1
17	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE CRUZ DAS ALMAS E DO RECÔNCAVO - ACAR	ARTESANATO	CRUZ DAS ALMAS	5	0
18	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃS NOSSA ARTE	ARTESANATO	SANTO AMARO	4	1
19	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO BOM GOSTO	AGRICULTURA FAMILIAR	SÃO FELIPE	15	1
20	ASSOCIAÇÃO DE MARISQUEIRAS E QUILOMBOLAS DO BAIXÃO DO GUAÍ PIJURU - MARIQUILOMBO	PESCA E CULINÁRIA	MARAGOJIPE	8	0
21	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COREIA E REGIÃO DA MERCANTIL E PITINGA	AGRICULTURA FAMILIAR	NAZARÉ	1	0
22	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS, CERAMISTAS E OLEIROS DE TOCOS III	AGRICULTURA FAMILIAR	GOVERNADOR MANGABEIRA	6	1
23	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE LAGOA DA ROSA E SUNGAIA	ARTESANATO E AGRICULTURA FAMILIAR	GOVERNADOR MANGABEIRA	7	1
24	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO CABOTO	AGRICULTURA FAMILIAR	NAZARÉ	3	1
25	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE COPIOBA AÇU	AGRICULTURA FAMILIAR	NAZARÉ	5	1

26	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE TABULEIRO E REGIÃO - ASCOPETRE	AGRICULTURA FAMILIAR	MURITIBA	5	3
27	ASPROART – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ARTESANATO	ARTESANATO	DOM MACEDO COSTA	3	0
28	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE CAJAZEIRAS E RAMOS DAS GRAÇAS	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	1	3
29	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE DOM VITAL	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	1	0
30	ASSOCIAÇÃO ILÊ AXÉ YEPÂNDÁ ODÉ	CONFECÇÃO DE ROUPAS DE SANTO E ESTILO AFRO-BRASILEIRA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	2	0
31	ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE SAUBARA	ARTESANATO	SAUBARA		0
32	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA BAIXINHA E PONTO CERTO	AGRICULTURA FAMILIAR	CRUZ DAS ALMAS	3	0
33	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO POVOADO DO SACO- ASPROSACO	AGRICULTURA FAMILIAR	CACHOEIRA	3	0
34	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO SANTA SOFIA	AGRICULTURA FAMILIAR	NAZARÉ	3	1
35	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE DE RIACHÃO	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	2	0
36	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JACARANDÁ	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	1	0
37	ASSOCIAÇÃO FLOR DO ITAPICURU	ARTESANATO	CRUZ DAS ALMAS	8	0
38	ASSOCIAÇÃO TRÊS CRUZEIROS, BOA PAZ E QUEBRA MACHADO	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	2	1
39	FAMÍLIA SANTOS	ARTESANATO	CACHOEIRA	1	1

40	GRUPO DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR	AGRICULTURA FAMILIAR	DOM MACEDO COSTA	5	4
41	FEIRA LIVRE DO ALECRIM	AGRICULTURA FAMILIAR	CACHOEIRA	2	0
42	GRUPO FLOR DE JASMIM	ARTESANATO	VARZEDO	7	0
43	FRUTOS DA TERRA	ALIMENTAÇÃO/AGRICULTURA FAMILIAR	MURITIBA	5	0
44	ATELIÊ XVII	ARTESANATO	CACHOEIRA	2	1
45	GRUPO DA TERRA	ARTESANATO	CRUZ DAS ALMAS	2	1
46	GRUPO DE ARTESÃS DE CASTRO ALVES	ARTESANATO	CASTRO ALVES	8	0
47	GRUPO DE MULHERES ARTESÃS DO GRAVATÁ	ARTESANATO	MURITIBA	9	0
48	GRUPO DE MULHERES DOS RETALHOS DO JENIPAPO	ARTESANATO	SAPEAÇU	5	0
49	GRUPO DE MULHERES DA COMUNIDADE DE LAGOA SECA	ARTESANATO	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	4	0
50	GRUPO DE MULHERES DA COPIOBA AÇU	AGRICULTURA FAMILIAR	NAZARÉ	5	2
51	GRUPO DE MULHERES DO BEM VIVER	ARTESANATO E CULINÁRIA	NAZARÉ	5	0
52	GRUPO DE MULHERES PESCADORAS QUILOMBOLAS DO ENGENHO DA PONTE	PESCA E EXTRATIVISMO	CACHOEIRA	4	0
53	GRUPO DE MULHERES SONHADORAS DE CASTRO ALVES	ARTESANATO E ALIMENTAÇÃO	CASTRO ALVES	3	0
54	GRUPO NÓS DA MEMÓRIA	ARTESANATO	CACHOEIRA		
55	GRUPO UNIDAS VENCEREMOS	AGRICULTURA FAMILIAR E ARTESANATO	DOM MACEDO COSTA	8	0
56	GRUPO FLOR DO IGUAPE	ARTESANATO	CACHOEIRA	2	0
57	GRUPO DE ARTESANATO MASSAPÊ	ARTESANATO	SANTO AMARO	4	2
58	GRUPO MULHERES EMPREENDEDORAS DO SÍTIO	AGRICULTURA FAMILIAR E CULINÁRIA	CASTRO ALVES	5	0

59	GRUPO PADARIA DO POVO	CULINÁRIA	CASTRO ALVES	4	0
60	GRUPO PRODUTIVO DE MULHERES RURAIS DE CABOTO	AGRICULTURA FAMILIAR	NAZARÉ	3	0
61	GRUPO PRODUTIVO RENASCER	AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	MURITIBA	4	1
62	JARDIM DAS CORES	ARTESANATO	CRUZ DAS ALMAS	3	0
63	GRUPO MÃOS TALENTOSAS	ARTESANATO	SÃO FÉLIX	3	0
64	NÚCLEO DE MULHERES AXÉ EYIN	ARTESANATO E OUTROS SEGMENTOS LIGADOS A CULTURA AFRO	SAUBARA	15	2
65	QUILOMBOLA ARTH	ARTESANATO	SÃO FÉLIX	2	0
66	UNIÃO DE ARTESÃS CRUZALMENSE - UNIARC	ARTESANATO	CRUZ DAS ALMAS	10	0
	Total			289	46

APÊNDICE C – Organização do material e categorização

HISTÓRICO DO GRUPO:

GRUPO A:

A criação da associação foi assim... foi uma coisa tão repentina, Barbara (?) foi a mentora... a gente tem uma madrinha que é Jussara, que ela é de Salvador, da Sete e ela faz parte de outros grupos e queria que a gente formasse uma cooperativa, a gente foi ver a viabilidade de cooperativa ou associação, a gente percebeu de que a associação era mais prática, ou seja era mais..., menos burocracia, e aí a gente formou essa associação, um mês depois que a gente formou surgiu o top 100 do SEBRAE, um prêmio que é..., tem uma classificação pra as associações..., Barbara ousadamente inscreveu a associação, e a gente foi classificada, ficamos no “duzentos” desse top 100, porque a gente na época não tinha nada mesmo, mas só tinha a cara e a coragem, um monte de mulher doida pra poder começar um trabalho, e aí agente não foi ao 100 porque a gente não tinha produção, a gente não tinha estoque, não tinha nada, e então daí pra cá a gente foi se organizando, Jussara sempre empurrando, empurrando... e a gente também organizadamente, a gente conseguiu chegar no patamar que a gente está hoje, porque hoje a gente tem uma associação que é legalizada, que é uma associação que a gente concorre a editais, a gente participa de várias feiras, a gente participa de rodadas de negócios, participamos em feiras já em BH, é ... no shopping agora, na FENAGRO, e outras feiras que a gente tem sempre... ou seja até agora não teve um edital que a agente concorresse que a gente não fosse classificada, justamente porque somos organizadas né?, porque é... hoje em dia, é ... essas associações precisam t organizadas , porque se não tiver não vai chegar a lugar nenhum porque vai ficar só malhando, malhando, e malhando e não vai chegar no objetivo maior

GRUPO B:

o grupo B eu tive a iniciativa de colocar esse nome pq eu tive a necessidade de criar algum artesanato para comercializar, mas um artesanato que tivesse a ver com a nossa cultura, daí eu aprendi a fazer a abayomi pela internet e aí deu muito certo pq quando botei para comercialização as pessoas começaram a comprar e a história da abayomi me interessou muito , achei muito pertinente trabalhar pq com ela a gente pode trabalhar outras temáticas, até o fortalecimento da cultura popular brasileira, até as questões raciais gênero e aí eu comecei a além da produção eu comecei tb a fazer alguma leituras pq a gente vende aquilo que a gente conhece e dentro dessas leituras eu fui descobrindo algo muito interessante q foi o surgimento político da boneca, pq na história do senso comum é que ela surge na diáspora africana nos navios negreiros, mas eu busquei outras informações que me embasasse melhor essa história e aí eu fui me aprofundar acerca do surgimento político dela que se deu no Rio de Janeiro da década de 80 no período onde houve uma efervescência muito grande das lutas sociais encontro de mulheres que também se deu nesse período e que Eu comecei a mergulhar nessa história e

aliado a isso comercializar e foram surgindo pedidos pessoas ligadas ao candomblé querendo lembrancinhas e aí eu vi necessidade de criar um grupo para ajudar na comercialização. O grupo tem idosas no grupo e jovens.

O meu grupo ele é muito heterogêneo meu grupo tem uma idosa de 85 anos que é minha mãe quem foi a primeira pessoa junto comigo a produzir e quando ela começou a produzir as bonecas eu dei muito material e ela fez na casa dela chegar avarenta ver ela começou a fazer e começou achar e eu pensei quem vai querer comprar Essas bonecas e aí ela mandou uma caixa de bonecas para mim todas prontas a festa da cidade.

Quando foi na cidade eu apaguei Essas bonecas na parede de uma lojinha que eu abri que nós abrimos embaixo da minha casa que fica ao lado festa e como decoração e comecei a vender as pessoas paravam é parece que tá movimentando E aí tá mais natural a dela da minha que a minha mãe fez Mas o que eu percebi é que como quando ela começou a fazer as bonecas vieram alguns resgates de memória que eu achei muito interessante ela começou a relembrar coisas que ela fazia para dar aos filhos minha mãe tem 10 filhos Você se lembra dele que eu fazia a boneca de osso de mocotó para vocês e voltava para secar e fazer as roupas aí ela começou a rememorar coisas muito interessantes e a boneca dela talvez saia nesse formado magro coisa e tal Porque isso reflete a vida dela na vida sofrida que o marido trabalhava na Rede Ferroviária que passou muita dificuldade com 10 filhos e não tinha ninguém para ajudar então a boneca é muito espelho da sua vida e isso foi uma coisa que eu fiquei para mim percebi mas que a boneca não foi descartada eu botei como decoração e acabou vendendo então ela ela pode ter tiro o sentimento de que ela conseguiu contribuir comigo nesse sentido e aí ela chegou aqui no dia da festa as bonecas estavam aqui ela ficou na loja junto com amiga idosa e apresentei Esse aqui foi ela que fez então é uma forma satisfatória e a outra que faz parte do grupo é minha cunhada ela tá aposentada sempre gostou de fazer artesanatos mas não deixa muito claro a visão dela faz porque Costa e tem as duas jovens mais jovens fazem produzem porque querem o dinheiro entendeu Não tenho sentimento todo que nós temos de produtos então quando tem muitos pedidos trago as duas e fazemos aqui juntos porque a produção sai bem melhor do que quando elas fazem casa sozinhas entendeu mas uma coisa que eu percebo é que como foi algo que surgiu de mim consequentemente já fazer o melhor e isso tem em mim isso tem me dado uma redescoberta em muitas coisas e tem habilidades que eu estou assim tendo que nunca tinha visto antes e através dessa confecção é tão assim você só em parte ele ajuda eu sempre

GRUPO C:

O grupo começou a partir do desperdício de fruta eu olhava assim dizia meu Deus do céu porque tanta fruta para gente foi 2016 teve uma seca mais fruta quanto mais no tempo quente mais dá e a gente ver aquele desperdício E aí a gente diz o que fazer e aí lá Natal da associação teve eleição E aí foi me dado o lugar das mulheres né E aí foi aonde que eu recebi o convite para a gente criar um grupo para produzir e aí eu já fazia os docinhos em casa hoje docinho de Caju e aí eu levei aí a gente eu já produzi Dolce e o primeiro foi o caju tudo isso aí começou com Caju aí aí os pessoal abraçaram E aí a gente fundou a

primeira reunião foi no dia 5 de Janeiro de 2016 E aí a gente começou a gente não tinha nada meu Deus o que é que eu vou fazer a gente vai fazer o que a gente fez um festival e a gente pediu a comunidade um quilo de uma coisa aquilo de outra coisa outro dava coisa e a gente produziu E aí o dinheiro que a gente fez acho que foi meio poucos reais aí a gente comprou o liquidificador comprou as panelas foi comprando as coisas para produzir Foi aí que foi começando então aí a gente deu continuidade E aí quando a gente começou o grupo né a corpo chegou que aqui para você que uma bola chegou um projeto a um ano aí a gente já tinha um grupo E aí se inscreveu para a gente ganhar esses a sede da Carrefour foi a gente já tinha iniciado e muitos criados muitos lugares foram criados depois mas a gente já tinha uma cozinha já produzindo lá no frb mesmo porque aqui também sempre foi o lugar que chegou pessoas para fazer estágio Associação Aí tinha uma menina de lá dá ufrb de Cruz aí via para comunidade para fazer estágio aí a gente sempre começou vendendo domiciliar entregando fazendo entrega das nossas hortaliças de suco a gente tinha aqui a gente entregava domiciliar.

Aí foi um projeto Ela ajudou a gente a gente também começou vendendo Isso aí foi antes do a gente fazer entrega domiciliar os produtos os produtos orgânicos e o povo gostava mesmo aí a gente levava entregava lá e aí a gente ia Fazendo docinho já levava sorvete de aipim também que a gente faz sorvete de jaca sorvete de abóbora então tudo que a gente tem aqui a gente foi criado o sorvete de abóbora eu coloquei Outro dia eu vou fazer vai dar certo E aí deu certo tudo que a gente vê perdendo a gente faz aí a gente vamos fazer de amendoim deu certo né então é isso a gente vai criando as coisas e a gente vai levando tudo porque assim se a gente fazer um pouco de cada coisa você a gente fizer uma coisa só não gostava ou tu não gostava então não comprava Então a gente tem uma variedade de coisa então quando a pessoa não quer uma coisa até outra aí depois eu chip de aipim que tá fazendo sucesso também o povo tá amando mesmo o chip de aipim A trufa de jaca também aí agora a cocada de jaca é receita nossa e aí a gente chegou lá né Eu queria botar o nome no doce mas depois raspar dura de jaca ficou no ponto a primeira receita que eu fiz entendeu tudo lá noite vá aí eu fiz mais e foi isso tudo lá era para te deixar um pouquinho aqui que às vezes chega sempre chega a pessoa aqui e a gente tá mostrando que a gente faz aí tem um tempero também aí nesse fazendo os temperos e aí a gente botou a venda e o povo gosta é assim tudo que a gente faz o povo gosta eu chama peça para provar primeiro aí tá bom aí pronto o tempero mesmo o povo gosta Aí é tudo natural aí nossa horta porque até no caso a gente tem um pé de louro desse tamanho comprei cara mas comprei mas tá aqui desse tamanho né é orégano a gente tem um pezinho essa horta que tem aqui é do grupo aí é então assim a gente falta ter hortelã grosso até uma miúdo alfavaca e manjeriçã eu sei que são 18 de diversidade de erva e de água que a gente tem aqui e o povo gosta mesmo do tempero às vezes eu vou no Muritiba aí eu boto tudo na sacola bota lá perto da prefeitura todo mundo compra então isso tudo quer dizer no caso a gente já tem um dinheiro também né a gente tá vendendo e a pizza de aipim o povo ama também.

GRUPO D:

Todas aqui são marisqueiras nesse lugar que a gente mora em Capanema fica um pouco distante da sede na zona rural, as meninas marisca todos os dias para vender e umas mariscavam sururu outras tiravam Ostra, cada qual tinha o seu freguês para poder entregar suas mercadorias mas a gente sentia que a gente trabalhava para dar na mão a eles, os atravessadores. A gente trabalhava para dar na mão dos atravessadores porque eles que queriam dar o valor, a gente mariscava duro e eles é que dá valor. A gente lavava, escaldava e ele dizia que só podia dar tanto e a gente não podia dizer que era mais por que se a gente dissesse que era mais para eles, eles não davam porque dizia que era caro e que os atravessadores que eles entregavam em Salvador não ia querer por aquele preço. Ai tinha que ser mais barato, então a gente sempre tinha que marchar para eles. Começamos assim, mas depois de certo tempo sempre chegava alguém aqui e falava para gente que ia fazer isso que ia fazer aquilo para melhorar a vida das marisqueiras mas promessas a gente tinha muita mas ninguém nunca voltava para cumprir as promessas. Foi aí que surgiu Daniel que era coordenador e Moacir da UFRB, entendeu eles tinham um projeto que eles pegaram então eles vieram aqui e marcaram várias reuniões com os pessoal aqui para saber quem queria participar desse grupo de ostra algumas pessoas diziam que queria outras dizia que não queria mas aí a gente abraçou esse projeto entendeu foi um projeto muito bom ganhamos até hoje a gente a gente não gastou nada na associação a gente sempre ganhou e através das outras pessoas e dos outros projetos que nos abraçaram também nós ganhamos freezer ganhamos fogão ganhamos equipamento para pesca botas apropriada para andar na lama ganhamos os capotes apropriados para o frio e o calor entendeu foi muito bom projeto foi um projeto muito bom mas é uma coisa que a gente trabalha vai fazer cinco anos que a gente tá nessa vida mas o que é boy é dinheiro e não entra para gente entendeu.

Semelhanças	Verbalização nas entrevistas
Escolha do tipo de produção	<p>Grupo A - Menina ... isso aí, assim...a Barbara fez uma pesquisa lá do passado e descobriu que as mulheres negras da antiguidade tinha um trabalho, faziam um trabalho em chita, e ai diante dessa pesquisa a gente acabou chegando no bordado na chita, foi tanto que quem deu o curso de bordado, ela que ensinou vários pontos de bordados , que tem muitas pessoas que bordam, mas não tem a mesma, é... como é que se diz?...não fazem igual, tipo, não fazem a mesma técnica, que a gente tem dezesseis pontos diferenciados, e as vezes a gente <i>aprica</i> esses dezesseis pontos diferenciado no nosso bordados, a gente nunca faz todos iguais! Então a gente foi vendo isso ai e a tendência foi, é ... foi nos organizando pra tá sempre melhorando nossos produtos, e o que a gente continua fazendo até hoje, que a gente tá sempre né? querendo fazer o melhor?</p> <p>Assim... quando a gente fundou essa associação todo mundo já sabia o que queria, uma das coisas foi uma independência, estamos porque a gente gosta, porque queremos fazer aquilo, e assumimos o papel de empreendedoras ali dentro daquele grupo e realmente vamos continuar. Algumas chamam de passatempo, porque não impede que elas façam suas atividades, outras atividades em suas casas, até no trabalho mesmo. Todas nos trabalhamos em outro lugar, mas isso não deixa que a gente não cumpra papel a função de cada uma dentro do grupo, dentro da associação. Então quando a gente vai lá é para trabalhar, gente botou que cada uma recebe por produção, recebe pelo que faz, se eu bordar vinte espelho de almofadas por exemplo, que a gente também faz, eu vou receber meus vinte espelhos de almofadas pelo valor x que for determinado, Então se fulana só bordar dois, vai receber só os dois dela.</p> <p>A gente acha que como o bordado e a costura a gente já sabia fazer, então foi mais fácil a gente fazer um grupo disso, sabe?</p> <p>Grupo B - tive a necessidade de criar algum artesanato para comercializar, mas um artesanato que tivesse a ver com a nossa cultura, daí eu aprendi a fazer esse tipo de boneca que vi pela internet e ai deu muito certo por que quando botei para comercialização as pessoas começaram a comprar. A história da boneca me interessou muito, achei muito pertinente trabalhar pq com ela a gente pode trabalhar outras temáticas, até o fortalecimento da cultura popular brasileira, até as questões raciais gênero e ai</p>

	<p>eu comecei, além da produção, eu comecei tb a fazer alguma leituras pq a gente vende aquilo que a gente conhece! E dentro dessas leituras eu fui descobrindo algo muito interessante q foi o surgimento político da boneca, pq na história do senso comum é que ela surge na diáspora africana nos navio negreiros, mas eu busquei outras informações que me embasasse melhor essa história e ai eu fui me aprofundar. Acho que a costura é algo muito perto do nosso dia a dia, acho que a escolha da boneca tb teve a ver com essa proximidade.</p> <p>Grupo C - O grupo começou a partir do desperdício de fruta eu olhava assim dizia meu Deus do céu porque tanta fruta para gente? Foi 2016 que teve uma seca, mas fruta quanto mais no tempo quente mais dá, e a gente ver aquele desperdício! E aí? O que fazer ? e aí lá no Natal da associação teve eleição E aí foi me dado o lugar das mulheres (diretoria) né? E aí foi aonde que eu recebi o convite para a gente criar um grupo para produzir. E aí eu já fazia os docinhos em casa, docinho de Caju e aí eu levei para a reunião tudo isso aí começou com Caju aí aí os pessoal abraçara. E aí a gente fundou a primeira reunião foi no dia 5 de janeiro de 2016</p> <p>Grupo D - Antes do cultivo da ostras as meninas mariscava normal, cada uma é mariscar para poder ganhar o seu sustento vender seu marisco comprar alguma coisa para seus filhos, não era uma venda boa era uma coisa ruim porque o preço do marisco era muito baixo. Ai foi quando Marcelo e João ajudaram a criar Associação. Antes deles aparecer a gente vendia o marisco lavado, tratado e fervido pro atravessador e recebia o preço que o ele queria pagar. Por isso a gente quis o projeto do cultivo de ostra, depois dele a gente não trabalha como fazia antes, que era vender 1kg de ostra por R\$ 20, hoje a gente vende por R\$25,00 a dúzia.</p>
<p>Trabalho de mulher/trabalho de homem</p>	<p>Grupo A - Sinceramente assim..., na nossa opinião, a gente acha que quem quiser pode bordar, a gente conhece homens que bordam muito bem, são poucos, mas que bordam muito bem! A exclusividade de trabalho não deveria ser só de mulheres, talvez seja a gente por ter..., eu não sei...a gente tipo...saber mais do que os homens, e também como a gente na época não tinha homens alunos na instituição que deu o curso pra gente, então a gente criou só de mulheres, mas achamos que o homem desde quando ele desenvolva o mesmo trabalho, com a mesma</p>

capacidade com a mesma dedicação, não tem nenhum *problema* de que ele faça isso.

Grupo B - não conseguimos perceber homens na produção das nossas bonecas. Até pelo contexto histórico dela... é muito feminino, sabe?

Grupo C - É um grupo só de mulheres, tinha um homem mas ele saiu. Não sabemos por que, ele não falou nada porque saiu, a gente não sabe. E aí é só mulher porque como o povo diz né que cozinha é de mulher né? Mas não precisa ser só mulher para produzir né? Mas tem outras coisas também para fazer, tem entrega, aí a gente vai precisar um dia de um carro para levar, um motorista para transportar nossos produtos. Então vai ter que ter pessoas vários tipos de pessoas porque não adianta a gente pegar um representante, qualquer pessoa que chegue lá e que não goste de fazer essas coisas.

Então assim, ele quando começou a trabalhar ele não tinha problema, mas eu acho que as pessoas na própria comunidade começaram a olhar estranho aí um dia ele deixou de vir mas ele não falou porque foi, a gente também não perguntou ele só deixou de vir. Mas a gente não sabe o que foi mas a gente acha que assim, o homem pode também fazer esse trabalho mas também tem muito preconceito né? de homem ficar na cozinha essas coisas então eu acho que ele acabou ficando com vergonha e não veio mais mas a gente acha que foi isso né?

Os homens poderiam fazer tudo, eles poderiam ficar aqui mexendo doce porque ele tem mais força porque a gente tem mais força na língua e para brigar.

Ele fazia bastante ele ajudava a sair para vender os produtos mas a gente tá na luta aqui há quatro anos mas só agora que nosso produto pode sair para fora, porque a gente sabe que agora tá nas rede social então o povo já sabe do nosso produtos então a gente acha que ele também saiu aí nisso né porque não tinha muita venda não sei.

Grupo D - Bom aqui na minha comunidade tem homem que marisca, que tira sururu e que e pega ostra. Tem rapazes que vai com a esposa pegar ostra na canoa, e quando chega em casa escalda cata e leva para vender.

Aqui tem mulher que é pescadora, a maioria das meninas recebe defeso da pesca do camarão, e tem mulheres que trabalham na pesca de rede, que é a com quatro pessoas.

	<p>Aqui todos os homens fazem mariscagem e quando chega em casa ajuda na lavagem e limpeza dos mariscos também.</p>
<p>Percepção de gênero</p>	<p>Grupo A – A gente acha é mais em função da postura, porque hoje em dia a gente ficou muito independente, então a gente não se deixa muito levar, ser levada por conversas tipo...Ah! Eu não quero que você vá em tal reunião, por exemplo se algum marido dissesse isso, sendo bem sincera, não estamos fazendo nada de errado!, Tipo, Cé não quer não, mas eu vou, porque eu não tô fazendo nada de errado, somos convictas daquilo que a gente quer, vai ser bom no futuro? tamos indo. Todas no grupo adota essa mesma postura caso eles queiram vetar que elas façam. Não conheço ninguém que dissesse... eu não fui porque meu marido não deixou, nunca ouvimos ninguém me dizer isso.</p> <p>Grupo B - Às vezes fico assim questionando é que assim essas mulheres estão fazendo essas produções, estão comercializando mas a mulher precisa estar também em outros espaços no espaço da política pública onde tudo acontece e aí eu não sei se na realidade lá em cima essas mulheres estão de frente trabalhando isso. As vezes acredito que principalmente no ramo de alimentação, e de outras coisas, que as mulheres às vezes estão de frente ali na produção fazendo e às vezes tem homem por trás até ganhando em cima disso, se aproveitando, não sei se isso acontece ainda não parei para verificar ainda porque não temos muito contato com quem trabalha com alimentação mas nos artesanato acaba sendo assim. O perfil das mulheres que estão ali trabalhando especificamente nas feiras de Economia Solidária são mulheres que às vezes são sofridas são mulheres viúvas separadas e percebemos nessas feiras alguns olhares e alguns comentários.</p> <p>Nós temos pouca propriedade é porque nós não temos muito contato ainda, mas as feiras que participamos e as poucas pessoas com que lidamos vizinhos de barraca e olhando também algumas coisas percebemos que que tem algumas mulheres que tem até um sentimento de liberdade depois que começaram a participar das ações Cesol</p> <p>Não falo somente do Cesol, falo do artesanato, uma coisa liga a outra, acho que você faz o artesanato e você tem as possibilidades e oportunidades estar no lugar que não estaria se não estivesse produzindo e vendendo ali.</p>

Nós somos mulheres produtoras e mesmo não tendo o retorno financeiro a gente acaba se empoderando de outras formas uma pessoa que pega uma peça que a gente fez e fala “nossa como é linda” é muito gratificante porque algo que a gente construiu e que é fantástico e mesmo sendo uma coisa que às vezes a pessoa não dão muito valor em uma feira, as pessoas têm olhar diferente mas estamos crescendo enquanto pessoa, quantas visões a gente tá tendo de economia, de mulher e de tudo?

Na feira às vezes tem essa separação, distanciamento e olhar diferenciado, como se fosse só espaço para quem precisa, como se fossem todas coitadas. Qualquer mulher que esteja participando de uma feira dessa ela pode não precisar financeiramente, mas tem outras questões pessoais que está necessitando que ela faça isso que tá fazendo bem. Os maridos não se envolvem no nosso projeto, mas as vezes falam “em vez de tá me ajudando na nas coisas da casa está aí varando noite fazendo essas porcarias de bonecas que não tem retorno nenhum com isso”...o retorno é muito mais simbólico, tá fazendo bem.

As oficinas do Cesol são muito legais porque além de ampliar os conhecimentos tem pessoas ali e mulheres que, no geral, estariam nos afazeres domésticos, a história dessas mulheres é sempre nessa pegada, é difícil diferenciar um pouco não sei se você já percebeu isso que nosso grupo diferencia um pouco dessas mulheres que estão cadastradas no Cesol, geralmente são mulheres que tiveram mais uma vida voltada para o lar para vida doméstica que não tem conhecimento acadêmico são mulheres que sabem trabalhar bem que tem muitas ideias, mas com pouca escolaridade.

Grupo C - A gente sente que teve gente que por conta da gente produzir mais à noite, lá na escola, começou a discriminar a gente né? mulher indo para rua sozinha, e aí faz o quê? E aí muitas mulheres desistiram tiveram algumas que saíram e não falava porque, mas a gente sabe que tem aqueles maridos assim né? que pega no pé? e aí aquelas mulheres tinham que obedecer. E aí também elas saíram e não dá uma satisfação e também não corremos atrás porque, assim, se ela disse vou sair do serviço não precisar falar com todos mas se desse satisfação às vezes a gente ia até resolver o caso. Mas só a gente não sabe a motivação por trás é o marido, mas só que elas não falam que foi o marido, não fala coisa

	<p>nenhuma. Pode ser qualquer uma, se tem marido, o marido sempre tem aquele jeito de pisar no calo mas só que a gente tem que saber o nosso dever de casa e o nosso dever de trabalhar, para a gente conseguir o que a gente quer e não ficar também somente debaixo do pé do marido, é aquela questão!</p> <p>Teve um dia que uma pessoa fez assim “ vocês podiam ir para faculdade, mas a gente chega nas plantas vai olhando ela e conhece elas, às vezes a gente vai para faculdade e não sabe nem nada disso né? a gente que é preciso estudar mas talvez se a gente estudar e a gente não tava mais produzindo esse doce.</p> <p>Ver assim a gente não tem estudo mas a gente criou esse grupo a gente pensa que pode dar certo, a gente mete mão e faz. Não precisa saber ler e não precisa saber escrever, a gente produz e bota pra vender. E aí a gente vê que é muito preconceito de quem estudou e não valoriza a gente porque não tem estudo e muita gente achou que a gente nunca conseguiria ter esse espaço aqui porque a gente não tem estudo.</p>
Percepção de Raça	<p>Grupo A – Nada a escrever aqui mesmo?</p> <p>Grupo B – A gente percebe que algumas pessoas olham diferente, mas não parece ser por causa da cor não, parece que é porque acham que todo mundo que está na feira é muito pobre, então rola dessas coisas, sabe?</p> <p>Grupo C - Aqui na cidade não, o pessoal aqui trata a gente muito bem nunca conseguimos perceber não, se tiver alguma coisa só se for escondido, mas assim cara a cara o pessoal trata a gente muito bem. O pessoal que convive com a gente que trabalha com a gente trata a gente super bem, e também é assim porque a gente se valorizar, a gente nem percebe que a gente está sendo discriminada. Sei que se você chamar, falar alguma coisa de você ser negra, essas coisa, mas a gente não se sente menos importante do qualquer pessoa a gente se sente importante... não existe pessoa mais importante nem melhor, nem mais nem menos, somos igual, todo mundo é importante.</p> <p>Porque diz assim, ela é professora você é aluna e a gente faz nosso docinho Mas você é importante porquê né? porque as pessoas aprendem. Se a gente tivesse só aluno de uma coisa só então e se não tivesse produzindo esse docinho você não ia ter isso para comer, para saborear essa delícia. Então nos sentimos valorizada... meu Deus eu mesmo que fiz entendeu? A gente mesmo se valoriza, não espera</p>

que o outro venha valorizar, então não chegamos a perceber essa diferença entendeu?

De ter preconceito assim de cor a gente acha que não tem não, a gente acha que não, porque sei lá, a gente não percebe não mas assim tem vezes que a gente vai fazer feira lá na cidade aí é que a gente vê que as pessoas olham para a gente assim né? porque todo mundo sabe que a gente aqui é do Quilombo né? Então as pessoas olham e acha que só porque a gente é do Quilombo e a gente é da zona rural que é todo mundo burro que é todo mundo ignorante que a gente não sabe fazer nada né? então eu acho que a gente sente né?

Eu acho que que as pessoas não falam mas a gente sente né? a gente sente no olhar a gente vê que não quer às vezes chegar perto.

Aqui é uma comunidade quilombola muita gente fala que era muito discriminado e já se sentiu muito e era mesmo porque as pessoas falavam assim é o nego da Baixa Grande risos isso a gente via muito mesmo a gente via muita crítica mesmo mas tinha umas pessoas que se sentiram mesmo humilhada lá embaixo tinha até vergonha de si mesmo por conta das pessoas fazer esse tipo de coisa

Hoje em dia não é dizer que tá melhor tá assim tá respeitando tem medo de falar só isso mas a diferença continua a mesma agora assim não tem mais a coragem de falar de fazer de falar como falava antes mas a discriminação continua nunca vai parar hoje a questão disso aí pessoal tem medo de falar porque sabe que dá para Lena hoje tem a justiça aí eu peço até medo de falar mas que é discriminação continua mas só que ninguém chega a cara cara para falar só fala por de trás escondido com medo de ser representado mas que a gente vê que tem.

Grupo D - a gente já passou muito por preconceito os lugares que a gente ia a gente passava por muito preconceito e nós aqui o nosso lugar que nós moramos aqui é quilombola mas nós não temos o registro ainda do Quilombo então para todos os efeitos em todo lugar que nós vamos não nos apresentamos como quilombola nos apresentamos como marisqueiras e Preconceito Tem sim nunca para de ter aqui dentro é uma coisa mas quando a gente sai sempre tem preconceito agora depois quando nós fomos mais reconhecidas como mais Pesqueira e depois que nós conhecemos a secretaria das mulheres que começou a colocar os assuntos começou a colocar nos jornais e nós começamos a

	<p>sair para eventos e a secretária da Secretaria das mulheres que apresentava a gente a todo mundo entendeu ficamos mais famosas como diz o povo Eu já cansei de sair e ter pessoas que me param na rua e fala é você eu te vi na televisão no programa eu vi você no evento em tal lugar assim as marisqueiras de Capanema sempre que sai a gente acha pessoas que comentam sobre os eventos que nós participamos a televisão reportagem que o pessoal vem aqui fazer com a gente que joga na televisão Às vezes a gente nem existia mais pessoas ligavam para gente dizia Rita a gente viu na televisão e vocês conversando teve a festa do Shopping Barra das mulheres a gente foi Eu e Janete e nós conseguimos nós saímos no cartaz na rua Ficamos um bom tempo saiu nos jornais tudo isso ficamos mais reconhecidas mas sempre em algum lugar que a gente vai pela nossa cor pela nossa origem tem preconceito sim nunca para de ter e os quilombolas daqui o pessoal não quer conta porque tem os quilombolas que gosta de possuir as terras porque eles querem Terra porque o pessoal fica com dúvida neles mas dizer que tem preconceito Tem sim</p>
<p>Colaboração do Cesol na reflexão dos papéis</p>	<p>Grupo A - Sempre tem reunião, o Centro Público ele tá sempre atento a essas coisas de mulher, sabe? De ser negro. Então sempre tem reunião é como...,eu chamo de expranação dos probremas, é porque isso não deixa de ser realmente um probrema, então as vezes a cada semestre, a cada bimestre a gente tá sempre sendo chamado, geralmente é em Cruz as reuniões agora porque lá é a sede né? então eles estão sempre atento a essas questão.</p> <p>Nosso grupo mesmo, é um grupo de mulheres, tem homens, mas são bem poucos, são bem poucos homens que na verdade eles são os maridos que ajudam as mulheres, mas quem ta lá na frente mesmo são as mulheres.</p> <p>Grupo B – Na verdade nós entramos no cesol mas não tivemos orientação sobre essas questões não. Foi muito básico, fomos convidadas por um amigo para irmos lá fazer o cadastro, aí fomos sem muito expectativas. E aí com essa formação que nós fomos começando a entender melhor o funcionamento e assistimos alguns vídeos que mostravam algumas coisas, tipo o fundo rotativo, equipamentos de casa de farinha, equipamentos que faltavam que quando um grupo não é contemplado aquele que foi contemplado também vai atender aquele que não é, então achamos muito interessante principalmente para essas</p>

	<p>comunidades rurais que vivem sem muitas oportunidades e através do fundo rotativo consegue um crescimento no seu negócio, mas só financeiramente.</p> <p>Não percebemos esse direcionamento de gênero e raça no cesol, sobre pensar no papel que temos no grupo, acho que às vezes as oportunidades de crescimento pessoal que o cesol dá acaba oportunizando as pessoas a serem participando de algumas capacitações, mas não são direcionadas para questões de gênero e raça não. A participação em feiras e congressos acaba influenciando mas não que o cesol use essa temática, pelo menos estamos entrando agora não tenho como falar que anteriormente fazia, mas desde que entramos não vimos ainda a temática de forma muito forte. Percebemos que existem mulheres que transformaram suas vidas e que o artesanato e ajudou a isso aí, às vezes a inserção nessa Economia Solidária acaba ajudando fortalecendo isso, pois se tivesse sozinha fazendo isolada não tinha oportunidade outras, então a questão da mulher e da raça eu não vi trabalhar, essa coisa não é direcionada lá, até porque o trabalho das pessoas cadastradas tem homens e eu percebo uma grande parte de mulheres, né?</p> <p>Eu acho que falta um reconhecimento das mulheres em relação ao cesol não percebemos feedback das pessoas ter um reconhecimento mas também acho que poderia existir se cesol trabalhasse melhor, focar-se mais a questão da mulher. Acho que pode acontecer as transformações e estão acontecendo, mas estão acontecendo de forma muito natural entre as pessoas mas não que o cesol esteja trabalhando essa temática, ainda não vimos. O fato da mulher começar a produzir e ter esse reconhecimento dessa produção isso acaba levantando auto estima que conseqüentemente, as vezes, se liberta de algumas outras coisas. eu conversei com a mulher ela me disse que o marido dela batia muito nela que era uma pessoa muito sofrida que o marido arranhou uma amante largou a casa e foi construir no fundo da casa dela e ela lhe dava com essa situação aí ela me disse que eu que libertou foi nas bonecas que ela faz E aí ela foi ser presidente de uma associação de mulheres e depois ele quis voltar mas a primeira coisa que ele pediu era que ela saísse da associação. E aí ela disse que ele não tinha mais como pedir nada para ela porque ela, pois ela já estava se sentindo muito fortalecida, não financeiramente, mas ela se sentia útil</p>
--	---

sendo a representante em um grupo de mulheres e ela disse que se libertou através das Bonecas. Então eu acho que isso acontece de alguma forma, mas não direcionado pelo Cesol, essa coisa chamada fortalecimento da mulher. Podia ter encontro de mulheres.

Grupo C - Acho que o Cesol nunca falou essas coisas assim mulher e de trabalho, a gente não sabe, a gente tem o apoio pra vender as coisas lá na UFRB. Mas a gente nunca fez nenhuma reunião para falar sobre esse negócio de cor né? de ser mulher! Tem um negócio de ajudar a gente como fazer os preços né? de formação de preço, pra gente aprender a saber tudo que tá gastando para saber como é que a gente vai botar o preço, essas coisas, isso a gente não sabia aí foi o cesol que ajudou, mas essas outras coisas de preconceito de mulher, de ser de Quilombo a gente não tem nunca teve.

Essa questão aí a gente não está tendo informação sobre essa separação sobre trabalho produzir que a gente vê isso aí sobre trabalho de homem e mulher nunca foi conversado sobre essa diferença que a gente sabe que tem e existe a diferença de valor, de ser negra, da zona rural, e tem essa coisa ainda, de que as pessoas acham que é da zona rural não tem poder de nada e também com a próprio estudo a gente até percebe assim que nem todo mundo estudou até a terceira a quarta série, tem gente que está no EJA estudando para aprender um pouquinho, a gente vê que as pessoas acham que é assim de que a gente não pode levar frente porque a gente não tem estudo.

Grupo D - nós tivemos muitas reuniões com Cesol ajudou muita gente sobre essas coisas de raça às vezes que elas vieram aqui marcar reunião com a gente sempre conversavam com a gente sobre isso e elas nos ajudaram muito e foi importante para a gente. Nós tivemos além do seu sol tivemos várias oficinas com o pessoal da Secretaria das mulheres ver era algumas pessoas aqui para ver as pessoas que estavam passando por essas coisas de discriminação e conversaram com a gente explicaram tudo coisas que a gente pensava de um jeito mas através dela a gente já encerrou as coisas de outra maneira a gente não se deixa levar pelo preconceito das pessoas que antes a gente deixava se levar quando tu chegar vai no lugar e a gente via que as pessoas olhavam para a gente diferente a gente fazia de tudo para sair daquele

	<p>lugar para não ficar naquele lugar e hoje em dia não através do conselho do pessoal do Sesol a gente agora enfrenta de frente a gente não abaixa a cabeça para ninguém mais entendeu qualquer lugar que a gente vai nós fomos para aquele evento na Barra no Shopping/ e fala lugar muito chique que quando a gente Recebeu o convite o pessoal disse eu mesmo que não vou para esse lugar chique é um lugar que eu não tenho nem roupa não sei falar não sei mexer direito não vou para lá passar vergonha que não sei o quê então Gabriele Daniel insistiram para gente ir e aí Eu e Janete nós viajamos para tirar foto fomos fizemos entrevista tiramos fotos e no dia da festa nós fomos fomos bem recebidas tivemos uma mesa só para gente uma foto minha de Janete que tá guardado até hoje minha e de Janete ganhamos vários presentes foi uma maravilha Tatá a gente muito bem antes você sol a gente a gente sabia que eu peço só tinha para consertar porque a gente era Negra pobre marisqueira mas depois do C sol e vim fazer a reuniões a gente abriu os nossos olhos e mostrou para gente que a gente tem que lutar e que a gente não deve baixar a cabeça para ninguém e a gente tem que correr atrás nossos obstáculos e nós corremos graças a Deus hoje em dia a gente não abaixa a cabeça para ninguém mais para conserto tem mas a gente não abaixa a cabeça para ninguém</p>
Ganhos simbólicos	<p>Grupo A – Estar no grupo mudou muita coisa porque para gente, é um dinheiro extra, esse dinheiro extra a gente sabe que é muito bom, porque dinheiro é uma maravilha, isso me ajuda muito a pagar a escola, ajuda pra comprar material, o esse extra que entrou pela associação, porque antes a gente não tinha esse dinheiro extra, financeiramente esta sendo muito bom! Também, o que é que acontece...são as viagens, não deixa de ser um lazer né? Porque quando você sai de sua casa que vai passar uma semana em Salvador participando de uma feira, você conhece pessoas diferentes, você conhece grupos diferentes, pessoas de outros estados então isso é uma coisa que é gratificante demais, isso nem dinheiro nenhum paga, porque agora por exemplo no shopping a gente foi pra uma feira que teve mais de cinquenta e tantos territórios diferentes e você tem contato com todo aquele povo , aquilo ali e muito gratificante, isso muda muito em termo de conhecimento também pra a gente, á uma troca de conhecimento muito boa referente a o convívio da gente aqui, você participar de uma feira dessa com vários grupos.</p>

Grupo B - Através do Cesol temos conseguido fortalecer o grupo porque através do cesol conseguimos nos articular melhor do que sozinha. Então, através dele hoje eu já estamos participando de algumas feiras e a feira está sendo algo muito diferente porque a gente na feira conhece pessoas troca ideias acaba fazendo uma Economia Solidária sem a questão do dinheiro, da comercialização então, começamos a entender o que é essa Economia Solidária e as transformações que ela pode vir a ter com a mulher, então a gente consegue fazer essa Economia Solidária de forma solidária.

Meu grupo entrou tem mais ou menos sete meses e particularmente estamos nos reinventando o tempo todo depois que começamos a produzir os materiais e ter entendimento já diferenciado porque a gente se satisfaz muito fazendo, a gente acaba tendo um sentimento de valorização de algo que está saindo das nossas próprias mãos, sendo confeccionado por nós então não é nem só a questão financeira. Mas é uma coisa que transcende a questão do retorno financeiro porque essas feiras nem sempre tem retorno financeiro, porque você despense de tempo seus afazeres vai para uma feira e você chega sem o retorno por que se espera que quando a mulher sai de casa ela volte com o retorno financeiro favorável né? Mas na feira existe outras trocas, estamos gostado muito, apesar de nunca termos trabalhado com isso mas a feira tem essa troca de energia, de comunicação e de contatos porque através das feiras a gente consegue se articular de uma outra forma também que não é só comercialização, temos feito oficinas pedagógicas com esse material que trabalhamos, nós temos o retorno disso as pessoas pegam nosso contato depois convidam para fazer oficina Isso é uma satisfação.

Grupo c- Nós não temos medo, a gente não falava nada, eu particularmente, não conversava eu sou tímida né? vamos dizer assim ...sou tímida! Mas se precisar de falar eu falo do meu jeito das minhas palavras não importa de ser criticada da maneira que eu falo o importante é que a pessoa entenda o que eu tô falando entendeu? então a gente tá aqui com a mão na massa produzindo e eu tenho fé em Deus.

Vamos produzir, porque mesmo sentindo a diferença das pessoas porque a gente não tem estudo, pois as pessoas olha vocês e acham que não vão a lugar nenhum, a gente não fala mas no olhar a gente sente... não precisa falar entendeu? a gente sente, mas a

	<p>gente tá aqui na luta a gente tá aqui a 4 anos lutando, e a gente vai conseguir com fé em Deus porque o objetivo de estar aqui foi a gente gerar renda e emprego na comunidade.</p> <p>Agora mesmo eu disse: eu não posso ficar diretamente na produção porque meu trabalho me desgasta muito e eu não tenho mais tempo, nem para mim nem para minha casa nem para meus filhos, eu tô fazendo isso aqui para que um dia eu possa dizer isso aqui é meu, é teu emprego, não é muito mas é o que tenho para comer para vestir mas e a gente.</p> <p>A gente está produzindo com aquilo que desperdiçava, que não valia nada, a gente leva para feira muita gente já faz encomenda a gente vende já consegue ter um dinheiro para ajudar um pouco, já é um pão um pedaço de alguma coisa e esse é o nosso objetivo e da gente chegar lá.</p>
<p>Outros apoios do Cesol</p>	<p>Grupo A - eu acho que o maior <i>problema</i> da gente esbarra é nas vendas, porque nas vendas? Porque a agente não tem..., agora que graças a Deus as coisas tá começando até melhorar mais, mas no início quando a gente não participava muito de feiras fora a gente produzia e não tinha a quem vender, então isso gerava um <i>problema</i> porque a gente investia um dinheiro, um capital que não tinha um retorno, agora de uns dois anos pra cá, depois do Cesol, por exemplo, depois da gente tá <i>incrusa</i> no Cesol que as <i>coisa</i> foram melhorando, se desenvolvendo mais no Centro <i>Pubrico</i>, tem Cruz das Almas, cada mês sempre vende alguns produtos da gente , então as coisas foram ficando mais leve, foram é..., melhorando em questão de vendas, porque todo mundo que produz quer vender né?, então a gente tinha justamente... esbarrava justamente na burocracia, o Centro <i>Pubrico</i> por sua vez já conseguiu resolver, porque esta sempre articulando feiras, que a gente não tinha essas <i>articulação sem tá</i> participando do Cesol, e agora não ,agora a gente já tá todas as feiras que tem... a gente ... a associação pode se inscrever? Pode ! <i>umbora inscrever a associação!</i> Então isso melhorou bastante, o Centro <i>Pubrico</i> na verdade ele é assim ...Eu diria que hoje ele tá como mais importante de todos, no contexto de vendas, porque ele abriu portas pra gente, é muito bom , interessante demais a inclusão.</p> <p>Grupo B - Eu deixo bem claro o quanto que o cesol tem contribuído de forma oportunizar, colocamos as bonecas lá no shopping Salvador, nunca imaginamos,</p>

e fazer com as próprias mãos algo e que fosse para algum lugar vender e lá no shopping Salvador. Teve um profissional que foi contratado pelo Cesol coisa e tal e ele prestou algumas orientações que mesmo tendo pouco tempo, que já era para ter acontecido em relação ao produto final para comercialização. As bonecas forma para Salvador e também para o artesanato da Bahia .

Grupo C- Então hoje o Cesol nos ajuda a ter aquela experiência de venda de toda segunda-feira, sai alguém do grupo daqui vai para Cruz das Almas ficar na loja, a gente também tem aquela fama de ser cozinheira a gente cozinha também para fora a gente sai para cozinhar. Então tudo isso é uma experiência para aquelas pessoas que viviam lá no seu cantinho e não sabia o que era vida então hoje a gente dá Graças a Deus que a gente está no bom caminho né? A ajuda do Cesol pelo menos leva nossos produtos , que no caso os nossos produtos tinha um festival lá em Salvador shopping eu mesmo fui para lá levar no artesanato em dezembro. E aí então Só de tar lá e leva eu fui também um dia lá e fiquei lá né para representar as trufas e foi bom porque vendemos nossos produtos lá e na Fenagro também, foi no mesmo tempo no festival do PAT juntou tudo mas nossos produtos tava lá.

Agora, a gente acha que também tinha que ter outros investimento. A gente precisa o apoio para compra de material assim né para poder a gente produzir porque tem muito investimento que é para formação aí vem um bocado de pessoa fazer isso e fazer aquilo e tá todo mundo empregado, mas assim, vamos dizer, ninguém pergunta você está precisando disso aqui né? vou doar um aparelho para vocês melhorar o trabalho de vocês, para ajudar a produzir doce mesmo né? É trabalho... precisa braço, precisa abraço mesmo, porque se tivesse um apoio para ajudar a gente aqui já tem equipamentos pra mexer o doce né? Porque para gente produzir tudo tem equipamento de indústria. Na verdade, aqui ainda não dá valor que a gente merece porque também não tem condição né? A gente vende o doce por r\$ 5,00 mas se fosse pelo valor mesmo do trabalho era para ser 10,00 entendeu?